

FUTURA MENTE

Revista Científica FIU
FACULDADES INTEGRADAS URUBUPUNGÁ

Edição nº2 2004
ISSN 1679-9305



Faculdades Integradas Urubupungá
PEREIRA BARRETO - SP

FUTURA MENTE

REVISTA CIENTÍFICA FIU



2ª EDIÇÃO DA REVISTA CIENTÍFICA DAS
FACULDADES INTEGRADAS URUBUPUNGÁ
ANO 2004

FUTURA MENTE

ISSN 1679-9305

Revista Científica FIU

Edição nº 02 / 2004

Conselho editorial

Professores das FIU

Adriano Mendes dos Santos
Gizelda Maria Almeida de Oliveira
Eliana Izabel Scurciatto Fernandes
Iris Néia Tosta Barbosa
Jesuino Arvelino Pinto

Idealização e coordenação

Profª Gizelda Maria Almeida de Oliveira

Revisor de textos

Prof. Marcos Luiz Berti

Capa

André Cese Arantes

Diagramação e arte-final

Elabora Design & Publicidade
elabora@clubinter.com.br
(18) 3704-6348

Impressão

JB de Sousa Gráfica Me
CNPJ 05.682.010/0001-78

Tiragem

1.000 exemplares

FIU - Faculdades Integradas Urubupungá

Av. Jonas Alves de Mello, 1660
Pereira Barreto - SP
15370-000
Fone: (18) 3704-4242
Fax: (18) 3704-4222

* Os artigos dos cursos de Pedagogia e
Administração são de inteira responsa-
bilidade de seus autores

Índice

04 Editorial

Letras

05 Filhos do Destino: Uma narrativa poética?

Jesuino Arvelino Pinto - Mestre e Doutorando em Estudos Literários (UNESP- Araraquara)

10 O Gênero poético intercalado N'O Crime de Padre Amaro

Lucilo Antônio RODRIGUES (Doutorando em Teoria da Literatura - UNESP, São José do Rio Preto)

15 A Náusea Sartreana: um ponto de intersecção entre personagens existencialistas

Gizelda Maria Almeida de Oliveira
Mestre em Literatura Brasileira
UNESP de S. José do Rio Preto

18 Competência inferencial e produção dos sentidos do texto

Marcos Luiz Berti
Doutorando em Filologia e Linguística Portuguesa - UNESP Assis

Pedagogia

22 O brincar na educação infantil: uma breve reflexão

Profª: Telma R. Duarte Vaz e as alunas do curso de Pedagogia

27 O Trabalho do educador frente ao desenvolvimento do hábito da leitura

Profª Telma R. Duarte Vaz e as alunas do curso de Pedagogia

31 Ensinar ou educar: qual é o papel da escola?

Profª Marialba da Glória Garcia Carneiro

Administração

33 Qualidade do atendimento na visão do consumidor (sudmenucense)

Alunas Ana Paula e Adriana

38 Gestão escolar: a discussão de um novo paradigma na educação

Profs: Marco Antonio Costa da Silva e Telma R. Duarte Vaz

48 Gestão ambiental e economia sustentável: um estudo de caso da Destilaria Pioneiros S/A

Prof.: Vitor Paulo Boldrin, Marinalva da Silva Boldrin e José Carlos Barbieri

54 Fluxo de Caixa: um enfoque teórico sobre esta ferramenta de gestão

Prof.: João Ângelo Segatin

59 O álcool como uma alternativa sustentável de energia renovável

Prof. Mestre Márcio Antonio Hirose Fedichina / Dr. Sérgio Gozzi / José Carlos Gorzoni / Renata de Sampaio Valadão

EDITORIAL

A sociedade, ao acumular conhecimentos, proporciona ao homem condições e possibilidades de uma avaliação crítica do seu modo pessoal e social de viver. Assim, o conhecimento se torna uma mola propulsora de mudanças e transformações sociais. O conhecimento, como propriedade da sociedade, não pode ser um enfeite, mas um mecanismo fundamental para tornar a vida mais satisfatória e feliz. É o que todos nós procuramos e, para que isto aconteça, é necessário que o sujeito, o ser humano, tenha coragem para agir, para realizar, para mudar, para criar. A ação é fundamental. Nenhum conhecimento é definitivo e isto abre sempre o questionamento à indagação. Todo e qualquer conhecimento é apenas uma parte da realidade conhecida. Estamos no mundo e enfrentamos os seus desafios, que nem sempre são fáceis. A edição de uma revista científica, em uma faculdade do interior, é um desafio. Outros surgem e é preciso enfrentá-los. De início, trabalhos do curso de Letras fizeram a revista. Agora, outros cursos enriquecem a publicação da revista nº 2. Novas respostas a velhas questões deverão ser apresentadas. Outras questões deverão ser colocadas e assim se enriquecem todos. Os cursos de Administração e Pedagogia com certeza pelo que já fizeram, trazem para a revista as suas questões e as suas respostas. É fato que estão diante de uma tarefa ainda mais específica: a de criar, elaborar e codificar uma mensagem em nível de trabalho científico. A comunicação escrita, mais exigente que a oral, implica em um amadurecimento do pensamento intelectual e está inserida em um momento histórico e em um local. Sejam bem-vindos. Nós estamos vencendo os nossos desafios – continuamos, entretanto, buscando respostas para nossas questões, para as nossas dúvidas. Assim é a vida – assim é o homem.

João de Altayr Domingues
Diretor Geral das FIU

FILHOS DO DESTINO: UMA NARRATIVA POÉTICA?

Jesuino Arvelino Pinto
(UNESP- Araraquara)

Resumo: Este trabalho tem como objetivo precípuo a observação da estrutura da narrativa poética proposta por Tadié (1978) no romance *Filhos do Destino* de Hernani Donato, visando à comprovação de que o fato da obra apresentar alguns elementos dessa tipologia não implica na sua classificação como tal.

Palavra-Chave: *Narrativa Poética – Filhos do Destino – Hernani Donato – Literatura e Sociedade.*

O objetivo do presente texto não é a classificação do romance como uma narrativa poética, mas a comprovação do oposto, ou seja, a elucidação de que quando um texto apresenta alguns aspectos pertinentes à poesia não será necessariamente o que Tadié (1978) denominou de narrativa poética. O romance *Filhos do Destino* de Hernani Donato vem carregado de momentos líricos, até porque trata-se de uma narrativa de cunho social, o social por si já é poético, no entanto se distancia da teoria de Tadié, uma vez que o escritor opta por uma narrativa tradicional, linear, extremamente documental, com grande proximidade da História.

Na época da publicação de *Filhos do Destino*, Mesquita Valeça crítico da *Revista Caiçara* de Marília/SP destaca no romance "a clara honestidade do autor, a par da adaptação do regionalismo sadio, bafejado por um sopro constante de lirismo, a vida mesmo em sua plenitude." Quanto ao escritor, Lys elogia a destreza com que Hernani Donato "cria excelentes trechos nos quais se apura a concisão de vocábulos e se estende em achados descritivos. Ocorre no livro um segredo de criação."

Valem ser registradas também as opiniões de um crítico do *Jornal A Gazeta* de Manaus, sobre esse romance: "a forma, o colorido de que está impregnada a paisagem ondulante dos cafeeiros, a dinâmica acionada fazem do romance um marco a ser cantado na história da literatura paulista"; e de outro, da *Revista O Cruzeiro* dados do ano da publicação da obra: "É um dos melhores romances brasileiros de 1951" ou, "O mais importante romance regional paulista dos últimos tempos".

Para se caracterizar um texto como narrativa poética, segundo Tadié (1978), deve-se observar vários aspectos próprios da poesia que permeiam a obra prevalecendo sobre o trivial, não apenas "o sopro de lirismo".

De acordo com Tadié (1978), os aspectos que devem ser observados detidamente são a duplica-

ção (o autor se desmenbra: narrador, personagens); o paralelismo, ou seja, as imagens se alternando, gerando o ritmo; aliterações; repetições; circularidade; presença do mito, que pode ser retomado a sua maneira e, ainda, as personagens da narrativa, em um número muito reduzido priorizam a reflexão e a interiorização, pois estão sempre em busca de sua essência, de uma revelação, assim como na poesia, as palavras "iluminam-se com chamas recíprocas" (p. 99).

O romance caracteriza-se como um gênero fundamentalmente social, enfocando determinado lugar, época e vários núcleos interligados; a história está situada em um tempo e espaço, a sua linguagem está voltada para a história, para os acontecimentos.

Filhos do Destino, romance publicado em 1951, aborda a história do café, do imigrante e compreende a época histórica pós-abolição da escravatura, passando pela crise de 1929 até a revolução de 1932, abrangendo então o período de 1895 a 1932. O café inunda São Paulo, a cada dia os navios trazem mais imigrantes. Por todo o interior paulista lados formam-se fazendas de café, crescem os bairros, surgem vilas, os fazendeiros constroem igrejas, grupos escolares, mais mercearias, ferrovias, prefeituras, aparecem as cidades do interior. O tra-

balho é árduo, duro, cansativo, mas traz a prosperidade. Os imigrantes são muitos, de todas as origens: lituanos, sírios, árabes, alemães, japoneses, italianos, portugueses. As línguas se mesclam, os nomes mudam, são adaptados assim como os costumes e as raças.

Para melhor delinear a história do café, motivo principal da obra, o narrador expõe e acompanha, como pano de fundo, a trajetória de uma família de imigrantes italianos: Giacomino (Jacó), sua esposa Maria e o filho Tonico. No mesmo navio em que esta família chegou na capital no porto de Santos, também vieram Afonsinho, irmão de Jacó, e Polaco. Como os demais imigrantes, eles também vieram em busca de riqueza, de uma vida melhor, mais confortável que aquela que tinham em sua terra natal. A propaganda, lá fora, sobre o Brasil era convincente, prometia uma vida de fartura e pouco esforço, bastava coragem para abandonar a Pátria para colonizar outra, distante sim, mas que prometia uma vida bem melhor do que a vivida até ali em seu próprio país. Em busca de prosperidade, de trabalho digno e de terras próprias para o cultivo, é que a família de Jacó, como tantas outras, veio para o Brasil.

A viagem de navio é terrível, muito sofrimento, mas acalentada pela esperança de dias melhores. Ao chegarem ao Brasil, a decepção, a desilusão: os imigrantes deparam com uma realidade completamente diferente daquela que fora divulgada sobre o nosso país. Sonhos desfeitos. A família de Giacomino resolve enfrentar obstinada a situação: lutar pela sobrevivência, em busca de aprendizagem sobre as pessoas, o plantio do café, a colheita, a lavoura, a difi-

culdade de adaptação. Após as primeiras tentativas frustradas de um bom contrato, eles são levados para uma fazenda em Botucatu. Alojaram-se no chamado "Quadrado", antiga senzala dos escravos, onde ficam amontoados, juntamente com outros colonos até construírem sua própria casa na fazenda. Fazem tudo, desde a fabricação de tijolos à construção da moradia. O tratamento é o pior possível, dormem pouco e mal. Comem mal e trabalham arduamente. A partir daí a família de Jacó começou a economizar anos e anos, com a intenção de comprar o seu sítio, como todo colono almeja ter um dia, e deixar de ser simplesmente um colono para ser sítiante, dono de sua terra e pés de café.

O café enriqueceu muita gente, principalmente os donos de fazendas. Estes esbanjavam riquezas, mandavam os filhos estudarem na Europa, formavam-se médicos, advogados e se transformavam em políticos. Os filhos, principalmente, após terminarem os cursos superiores, em sua maioria não retornavam às fazendas de café, não se adaptavam mais à vida do campo, como os pais desejavam. Assim, os coronéis não tinham para quem transferir a administração das fazendas, sendo obrigados a retalharem, aos poucos, as terras, formando sítios, que eram vendidos aos colonos. Jacó conseguiu juntar dinheiro suficiente para adquirir o sítio desejado. Faltava apenas o coronel se decidir a vender; e este oscilava indeciso entre a paixão pelas terras e a esperança do filho retornar à fazenda. Neste meio tempo, Jacó é picado por uma cobra e termina por falecer, contudo, Maria, viúva de Jacó, dá continuidade ao trabalho e às negociações do marido e

acaba comprando o sítio almejado. Com a ajuda do filho, Tonico, e da filha, Benvinda, nascida no Brasil, prosperam. Mais tarde compram outro sítio. Tonico casa-se com Branca, filha do coronel Coelho, mesmo contra a vontade do pai e do irmão Jarbas, já que o noivo era um italiano, ex-colono, agora sítiante, mas não era nobre. Benvinda casa-se com Mateus, ex-macate, que se tornara um próspero industrial.

Maria tem quatro netos. O mais velho, filho de Tonico e Branca, vai para a capital, fazer faculdade, morar com o tio Jarbas, irmão de Branca, e por este é influenciado para a política, o que revolta a família, apesar desta nada poder fazer.

O Café trouxe a riqueza, a liberdade, o conforto, mas como nada é constante e duradouro, veio a crise e com ela a revolução, a falta de dinheiro, a pobreza, o desespero. Só não abalou muito aqueles que sempre economizaram para os momentos difíceis, aqueles que sabem o quanto é penoso ganhar, como a família de Maria. Porém, a família de Maria e Tonico teve um desgosto maior: ver o neto partir para o combate na Revolução.

Além de momentos líricos descritos com grande perfeição por Donato, podemos encontrar notoriamente a referência ao mito, para entendê-la, devemos evocar o conceito popular de mito que passa principalmente pela noção de história inventada, pela idéia de ficção. Segundo Wellek e Warren (1955: 240), de maneira geral o mito acaba por significar qualquer narração de histórias, anonimamente compostas, relativas às origens e aos destinos: essas explicações que uma sociedade oferece aos jovens, das razões por que existe o mun-

do e nós agimos como agimos, das imagens da natureza e do destino do homem.

Essas explicações correspondem, em sua maioria, a um processo de ressignificação, de perda ou troca de significado, vivida pelo mito ao longo dos séculos, processo que pode ser identificado por atualização, res-significação, descontextualização, ou como sugere Mircea Eliade (2000) "dessacralização".

Mielietinski, em sua obra *A Poética do Mito*, publicado em 1976 e traduzido para o português em 1987, tece um exame aprofundado das principais teorias do mito, fornece-nos ainda uma análise dos trabalhos teóricos mais importantes de estudiosos como Levi-Strauss, Jung, Northrop Frye, Ernest Cassirer, Mircea Eliade entre outros, estudos onde prevalece o enfoque mitológico e ritualístico da literatura. Na última parte da obra, o estudioso realiza uma reflexão sobre "O Mitologismo na literatura do século XX" (p.329), analisando mais detidamente os escritos de autores como Joyce, Tomas Mann, John Updike, Gabriel Garcia Márquez, entre outros, que realizam uma narrativa mítica, prevalecendo, nas obras desses escritores, o processo de remitológização. O que não ocorreu com a literatura do mesmo período nos países de terceiro mundo, que, somente nos anos 50 e 60, começaram a aderir a tal tendência, contudo o estudioso alerta-nos acerca da coexistência e a interpenetração, que às vezes chega à síntese orgânica, de elementos de historicismo e mitologismo, realismo social e folclore autêntico, cuja interpretação oscila entre um enaltecimento, no fundo romântico, da originalidade nacional e as buscas modernistas de arqué-

tipos recidivos. (p. 434)

Não podemos caracterizar o romance *Filhos do Destino* de Hernani Donato como uma narrativa mítica, mas podemos identificar alguns temas míticos implícitos na narrativa. Por se tratar de um romance predominantemente com características do realismo social, nos moldes dos romances do final do século XIX e início do século XX, período, segundo Mielietinski na obra já citada, de predominância da "representação verossímil da realidade, na criação da história artística do seu tempo e só implicitamente admitia elementos de mitologismos." (p. 02).

Podemos relacionar *Filhos do Destino* com os romances latino-americanos dos anos 50 e 60 estudados por Mielietinski, pois também apresenta como característica certa biplanaridade de motivos crítico-sociais e folclórico-mitológicos, que parecem opor-se internamente a essa realidade denunciável, em todo caso se lhe opõem em proporções bem maiores do que metaforizam. Neste sentido, o elemento folclórico-mitológico está, de maneira ou de outra, relacionado com o povo e não com os seus opressores. (p. 434)

A obra de Hernani Donato apresenta um forte apelo social e levanta uma temática que aproxima das preocupações que marcaram a Literatura Brasileira nos anos 30 do século XX. Embora escrita em 1951, *Filhos do destino* guarda ecos da Geração de 30 no que se refere à caracterização de regiões nas quais o romance se desenvolve. A narrativa desenrola-se no centro-sul paulista, junto a um ramal da Sorocabana e ao lado da rodovia São Paulo-Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, nas proximidades da cidade de

Botucatu, na época em que São Paulo, com bilhões de pés de café e a maior lavoura organizada do mundo, oscila entre a agricultura e a indústria, os imigrantes italianos rumam para o campo a fim de substituir o negro recém liberto. O escritor descortina o drama do imigrante, do desembarque às lavouras, seu trabalho, costumes, anseios e ascensão social.

Em nova roupagem, reaparece, no decênio de 30 do século passado, a literatura regionalista, intelectualista e crítica num processo de redescobrimto da identidade e da realidade brasileiras. Difere, assim, do regionalismo ocorrido durante o romantismo que era voltado para a idealização da natureza e do homem, numa tendência edênica e superlativa do nosso país, devido ao fato de se tratar de uma nação recém independente politicamente em busca de sua maioridade. Dessa forma, tudo se constituía em futuro promissor e a estrutura da sociedade rural brasileira mantinha-se estável. Estabilidade essa diluída posteriormente pela crise econômica internacional e, conseqüentemente, nacional, gerando outra crise, a sócio-política.

Consciente desta crise social, o romancista da geração de 30 abandona a posição da primeira fase do modernismo de combater os parnasianos e se lança a um realismo regionalista e social, substituindo o texto experimentalista pelo caráter documental, na busca de revelar a realidade brasileira, numa visão mais crítica das relações sociais. Torna-se, assim, uma literatura mais politizada, empenhando-se na denúncia dos entraves culturais. Gera, dessa forma, o romance social engajado à realidade, revelando a tensão existente entre o indi-

víduo e o mundo. Trata-se de um romance cuja temática e características adquirem uma linha bem definida: denúncia da degradação humana decorrente de condições sociais adversas, luta dos pobres pela sobrevivência e sua submissão ao meio, ao nomadismo forçado e às injustiças sociais. Complementam esta linha, os temas do trabalhador versus latifundiário, da opressão, da seca nordestina, da miséria, dos efeitos da natureza sobre a sociedade desigual, da denúncia dos mecanismos políticos por fim, dos conflitos entre empregado e patrão, alicerçados nas diferenças sociais.

Quanto ao aspecto formal, a linguagem dos romancistas de 30 passa a ser crítica, respeitando as nossas diferenças regionais, embora culta, revelando atenção ao concreto e com grande vigor estilístico.

Nesta fase, ao lado de escritores de renome, penso que devemos localizar Hernani Donato. Em sua obra, a denúncia social, a tensão entre o herói e o mundo, a degradação humana, a crítica ao sistema capitalista e o caráter documental são traços que comungam da ideologia compositiva dos romancistas da Geração de 30; é uma obra que, apesar de ter sido escrita em 1951, retoma as temáticas sociais da década de 30, preocupando-se em retratar, denunciar uma realidade histórico-social.

A terra é um tema recorrente na obra de Hernani Donato, não apenas em *Filhos do Destino* como também nos demais romances, como *Chão Bruto*, a disputa pela propriedade é exposta de uma forma lúcida, crítica, de caráter documental e de denúncia das crueldades feitas em nome da terra, ou pelo seu domínio, é o leitmotiv

(Kayser, 1985:69), os motivos condutores, centrais da narrativa, que se repetem por toda obra ou no conjunto da produção literária do escritor.

Os elementos de mitologismos que aparecem no romance *Filhos do Destino* estão intimamente ligados à sua estrutura, assim como as grandes epopéias. A obra é dividida em três partes: sendo a primeira intitulada "A Gente", iniciada com a epígrafe "... estreita é a porta e apertado o caminho para a vida..." (S. Mateus, VII, 14); a segunda, "A Terra", com duas epígrafes "... Vós sois o sal da terra..." (S. Matheus, V, 13-14) e "... Se se queimarem os campos e se conservarem as cidades estas não sobreviverão" (Franklin) e a terceira parte, "O Tempo", "... em seguida saíram do mesmo rio sete vacas muito magras..." (Velho Testamento, 3ª época, capítulo V).

Todas as epígrafes estão relacionadas ao conteúdo das partes constituintes do romance, deixando evidente a aproximação de sua estrutura à de uma epopéia, transmitindo a idéia do poder da criação e procriação, implícito na Terra. Elementos míticos como a viagem, o deslocamento das personagens além mar em busca de uma nova terra, remete-nos à peregrinação de Ulisses, não sendo menos cruel e retalhadora; e a Terra, como declara o escritor na Introdução da 1ª edição da obra, constitui a personagem central: "os personagens humanos não são os principais. Principais são uma planta, um tempo, uma mentalidade" (p. 5), ainda remete-nos ao poder cíclico da criação. O café é considerado um rei, "a construção do reino do café paulista" (p. 99), e todo poderoso como um deus, "O café é um deus" (p. 83). Cria-se um mito em torno do café

e o seu poder econômico.

Ainda ligada à formação de uma identidade nacional, à criação, temos o processo de miscigenação na narrativa, os imigrantes (italianos) misturando sua raça com outras (brasileira), denotando as particularidades de nossos costumes, como o caso da união de Tonico e Branca, ou ainda de Benvinda e Mateus.

Por meio da descrição, podemos entrar em contato com a vida rural explícita no romance. A narrativa encontra-se permeada por vários discursos, de diferentes classes sociais ou nacionalidades, percebe-se ao mesmo tempo a presença do folclore e as culturas de imigrantes, alemães, italianos, espanhóis em choque com a cultura tradicional local, fortalecendo o caráter documental da obra e imprimindo-lhe maior verossimilhança. Esse fato fora coletado mediante observações do escritor em sua cidade natal (Botucatu), como ele mesmo nos declara em entrevista: "Levava minha mãe à feira aos domingos, ela ia à missa das 6:00, de maneira que nos levantávamos às 5:00, e enquanto ela fazia as compras, eu conversava com os colonos e anotava coisas, expressões, fatos, nomes."

As diversas famílias de colonos dinamizam a narrativa e marcam as posições bem delineadas de suas funções: de um lado, o dos opressores/coronéis que, de várias formas, controlam a vida dos trabalhadores e os submetem a condições subumanas; de outro, o grupo dos oprimidos que sonha em libertar-se das pesadas tarefas que lhes são impostas. Um tem o poder e o querer, o outro o dever e o fazer. Os coronéis utilizavam todos os meios de opressão, até mesmo proporcionando a dependência econômica dos colonos aos

armazéns das fazendas, que os exploravam e os mantinham endividados, não podendo assim deixar as fazendas, "Uma cader-neta de armazém, devidamente trabalhada, tem mais força para prender o branco do que as gargalheiras em torno às carnes dos negros" (p. 98).

Paralelamente a esses grupos, há aqueles imigrantes que permanecem nas cidades, a fim de exercerem outras profissões que a população carece, enganando muitos, mas, com o tempo, aprendendo a realizar outras tarefas, como é o caso de Afonsino, irmão de Jacó.

Percebe-se, no desenrolar da narrativa de Hernani Donato, a anulação da origem do homem em função da terra, a identidade humana começa a se desfazer a partir dos nomes dos imigrantes, dada a dificuldade da pronúncia, "Giusepe fica sendo Bepe, Johanes vai ser João, Michele resulta Migué, Francisco passa a ser Chico, Manuel se torna Mané... Giacomo passa a ser Jacó" (p. 48). Perde-se ainda a faculdade da fala, os sentimentos dos colonos deixam de ser ex-

pressos pela linguagem fazendo assim com que os homens caminhem cada vez mais para a aproximação aos animais, embrutecendo-se, "são camponeses, gente da terra - sabem sentir, mas não sabem dizer o que sentem. Basta-lhes o sentir." (p. 94)

A essência de *Filhos do Destino* provém do fato de que os imigrantes ou colonos estão vinculados a duas forças contrárias a eles: o poder dos latifundiários e a exploração do trabalho. Marcada

pela opressão exercida pelos coronéis. Assim, a narrativa se processa em termos de grupo, visto a necessidade de caracterizar um todo acoplado, de traços específicos de condição econômica, humana e até psicológica, traçando a diferença entre o grupo e os que o exploram. O sofrimento, a opressão sobre as personagens é tão grande que muitas acabam sucumbindo e desistindo de conquistar os seus objetivos anteriormente traçados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DONATO, H. *Filhos do Destino* (História do Café e do Imigrante em São Paulo). 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1951.

ELIADE, M. *Mito e realidade*. Trad. Pola Civelli. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

KAYSER, W. *Análise e interpretação da obra literária* (introdução à ciência da literatura). Trad. Paulo Quintela. 7. ed. Coimbra: Armênio Amado, 1985.

LYS, E. *Revista da Semana*,

Rio de Janeiro. s.d.

MIELIETINSKI, E.M. *A poética do mito*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

TADIÉ, Jean-Yves. *Le récit poétique*. Paris: PUF, 1978.

VALEÇA, M. *Revista Caiçara*, Marília/SP. s.d.

WELLEK, R; WARREN, A. *Teoria da literatura*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1955.



Faculdades Integradas Urubupungá

Letras

O profissional é pesquisador, o professor de línguas. Sua atividade é estudar e ensinar Português, Inglês, assim como a suas literaturas. Vive no Universo da comunicação. O profissional formado em Letras ministra aulas de Português, Inglês e suas Literaturas. Pode ainda exercer atividades em empresas, redigindo e fazendo revisão de textos. O ato de escrever exige raciocínio.

O GÊNERO POÉTICO INTERCALADO N' O CRIME DO PADRE AMARO

Lucilo Antônio RODRIGUES

(Doutorando em Teoria da Literatura – UNESP, São José do Rio Preto e professor de Teoria da Literatura – FIU/FAI/FIPAR)

O problema do romance como gênero específico e a questão do discurso da prosa literária foi objeto de uma atenção especial por parte de Mikhail M. Bakhtin (estudioso e filólogo russo) no decorrer de sua fecunda produção intelectual. Ele considerava o romance um gênero literário peculiar que, portanto, mereceria da parte dos estudiosos da literatura um tratamento diferente. Para M. Bakhtin o romance é uma combinação de estilos envolvendo diferentes vozes: o discurso do autor, os discursos dos narradores, os discursos das personagens, os gêneros intercalados, entre outros. Essas vozes, no interior do romance, vão introduzir uma estratificação da linguagem: os estrangeirismos, os jargões profissionais, as gírias, a fala das gerações, os neologismos, entre outros. Desse modo, Bakhtin,

A originalidade estilística do gênero romanesco está justamente na combinação dessas unidades subordinadas, mas relativamente independentes (por vezes até mesmo plurilingües) na unidade superior do "todo": o estilo do romance é uma combinação de estilos; sua linguagem é um sistema de "línguas". (1998: p.74)

Essa concepção da estilística do romance revela uma

visão inteiramente nova quando comparada com a estilística tradicional, baseada no estudo dos tropos. Aqui o que está em jogo é a orquestração de todas essas unidades estilísticas e o modo como cada uma delas se relaciona com as outras, introduzindo o que Bakhtin chamará de *plurilingüismo*. O autor da obra se vale dessa diversidade de vozes para expressar, também, as suas intenções. Ele não fala diretamente; fala de modo refratado: "nós advinhamos os acentos do autor que se encontram tanto no objeto da narração como nela própria e na representação do narrador, que se revela nesse processo" (1998: p.119). Assim, o autor "não está na linguagem do narrador nem na linguagem literária normal, com a qual esta correlacionada a narrativa" (1998: p.119), mas pode estar próximo ou distante de uma determinada língua. O autor utiliza as diversas linguagens presentes no texto literário para não revelar inteiramente às suas intenções: "ele utiliza essa comunicação, esse diálogo das línguas em cada momento da sua obra, para permanecer como que neutro no plano lingüístico" (1998: p.119). O autor está livre de uma linguagem única e acabada, essa liberdade está relacionada a uma importante característica dos sistemas lingüísticos literários: a sua própria relativização. Assim, ele não tem a necessidade de se autodefinir, e pode "transferir as suas intenções de um sistema lingüístico para outro, de misturar a "linguagem comum" de falar *por si* na linguagem de outrem, e *por outrem* na sua pró-

pria linguagem" (1998: p.119).

Vimos que o plurilingüismo pode ser introduzido por diversas formas composicionais. As mais importantes relatadas por Bakhtin são: o discurso do autor, o discurso do narrador, o discurso das personagens e os gêneros intercalados. Neste artigo, falaremos sobre os gêneros intercalados, mais precisamente, sobre os gêneros poéticos intercalados no romance. Os gêneros intercalados, como forma composicional de introdução e organização do plurilingüismo no romance, são de grande importância nos estudos de Bakhtin, porque eles também podem ser os responsáveis pela estratificação social das diferentes vozes que povoam o romance. Nesse particular, merece atenção especial o fato de o romance admitir, na sua composição, uma grande diversidade de gêneros "tanto literários (novelas intercaladas, peças líricas, poemas, sainetes dramáticos, etc.) como extraliterários (de costumes retóricos, científicos, religiosos e outros)" (1998: p.124). Apesar de serem submetidos a uma elaboração literária, "os gêneros introduzidos conservam habitualmente sua elasticidade estrutural, a sua autonomia e a sua originalidade lingüística e estilística" (1998: p.124). Talvez seja essa a particularidade mais notória do romance: os gêneros intercalados no romance mantêm a sua autonomia e originalidade, contudo, estão sujeitos às intenções do autor, que pode acentuá-los de diferentes modos.

Para Mikhail Bakhtin, "a confissão, o diário, o relato de viagens

a biografia, as cartas e alguns outros elementos" (1998: p.124) são os gêneros intercalados mais importantes, pois além de participarem da estratificação da linguagem, também exercem um importante papel na estrutura do romance. Bakhtin vai dizer que esses gêneros são essenciais para o romance justamente porque introduzem uma linguagem privada da convencionalidade literária e enriquecida pela relação que eles mantêm com o mundo.

Talvez seja por esse motivo que Bakhtin dá pouca importância aos gêneros poéticos intercalados no romance. Para ele, os gêneros poéticos (no sentido restrito) são monológicos, isto é, são compostos a uma só voz e não conseguem abarcar as várias vozes que compõem o tecido social, não possibilitando, portanto, o plurilingüismo, que seria uma característica dos gêneros prosaicos. Assim, ao adentrar o romance, tais gêneros levariam consigo essa impossibilidade de estratificação social. Apesar dessa limitação, os gêneros poéticos introduzidos no romance podem também refratar as intenções do autor e introduzir, ainda que de forma limitada, a estratificação social.

De acordo com Bakhtin os gêneros poéticos encaixados no romance, como qualquer outro tipo de forma composicional, podem ser diretamente intencionais ou totalmente objetivos. Na maioria das vezes, entretanto, esses gêneros servem para refratar as intenções do autor. No primeiro caso os textos literários introduzidos no romance expressam, sem qualquer tipo de restrição, as intenções do autor. As poesias introduzidas por Goethe em *Wilhelm Meister* constituem, no entender de M. Bakhtin, um bom exemplo de textos literários que refletem diretamente as intenções do autor: "os românticos

inseriram seus versos na prosa, pois, como é sabido, julgavam a presença de versos no romance (na qualidade de expressões diretamente intencionais do autor) um índice constitutivo desse gênero (1998: p.125). Quando totalmente objetivos, os gêneros poéticos são apenas mostrados como se fosse uma coisa, um "objeto". Quando esses gêneros se prestam a refratar as intenções do autor, a relação entre as diferentes vozes se torna mais complexa, configurando um verdadeiro diálogo, isto é, além das vozes inerentes ao gênero introduzido, ressoam também as vozes do autor, do narrador, das personagens.

Os romances de Eça de Queirós que se enquadram na chamada segunda fase, principalmente *O crime do padre Amaro* e *O primo Basílio*, configuram-se como excelentes exemplos de plurilingüismo. Com efeito, nessas obras observa-se que vozes pertencentes a diferentes estratos sociais entram em relação dialógica, não só entre si, mas também com os gêneros e subgêneros literários e os diferentes tipos de línguas (estrangeirismos, falas das gerações, jargões, etc). Como ilustração do dialogismo querôsiano, atentemos para o seguinte procedimento envolvendo diretamente os gêneros poéticos encaixados:

Um dia tinha visto um bispo que fora padre na Baía¹, viajara, estivera em Roma, era muito jovial; e na sala, com as suas mãos unguadas que cheiravam a água-de-colônia apoiadas ao castão de ouro da bengala, todo rodeado de senhoras em êxtase e cheias dum riso beato, cantava, para as entreter, com a sua bela voz:

*mulatinha da Baía
Nascida no Capujá...*

Um ano antes de entrar para o seminário, o tio fê-lo ir a um mestre para se afirmar mais no latim, e dispensou-o de estar ao balcão. (1998: p.30)

Nesse trecho de *O crime do padre Amaro* narram-se as impressões do jovem Amaro quando da visita de um bispo em casa da senhora marquesa. Aqui, como em grande parte do romance, o gênero poético aparece na zona da voz da personagem. Esses versos, de acordo com o contexto do romance, pertencem à tradição popular, mais especificamente, ao gênero poético oral conhecido como modinha, muito em voga na segunda metade do século XIX.

Em primeiro lugar, analisaremos esses dois versos independentemente do contexto em que eles foram inseridos. Assim, é possível notar que se trata de versos compostos em redondilha maior, a sintaxe é bastante simples e o léxico, despojado. O uso do diminutivo no vocábulo "mulatinha" associado aos locativos "da Baía" e "Capujá", permite uma série de interpretações, dentre as quais: a) proximidade/intimidade do eu lírico com a personagem; b) malícia, sensualidade c) juventude. Como vimos, esses dois versos, enquanto voz monológica, dizem muito. Analisando, agora, os versos juntamente com o contexto em que eles foram inseridos, percebe-se a presença de três vozes potenciais: a voz do narrador, a voz da personagem (o bispo), a voz de um subgênero poético. A voz do narrador representa um determinado discurso literário culto, com tom elevado. A voz que emerge dos versos, nos remete à Bahia do final do século XIX e a um discurso popular entremeado de malícia e sensualidade. O discurso religioso, do qual o bispo seria o representante, embora não pronunciado,

está presente de um modo latente. Essas três vozes entram em uma espécie de diálogo formando uma interessante composição. No entanto, é notório o efeito paródico, uma vez que o discurso religioso é desacreditado. Como isso ocorre? Primeiramente o narrador nos informa, com uma boa dose de ironia, que o bispo tinha modos refinados ("mãos unguidas que cheiravam à água-de-colônia apoiadas ao castão de ouro da bengala"), denunciando a boa vida dos eclesiásticos graduados e a convivência do clero com a nobreza. Os caracteres físicos ("muito jovial", "bela voz") ajudam a compor a paródia irônica, pois os versos que se seguem estão em relação de oposição com o que se espera de um clérigo graduado. É interessante observar que não há na realidade um embate entre a voz representante do gênero poético e a voz do narrador. A intenção, neste caso particular, é desmascarar o bispo colocando a nu as contradições inerentes ao próprio discurso religioso. Pode-se dizer que os dois versos, e por extensão a voz da Bahia, não são usados de modo objetual, muito pelo contrário, eles refutam a intenção do autor auxiliando na composição do sentido. Isso pode ser percebido na forma como o narrador retoma a narração: após a descrição do bispo e da sua fala poética, a narração se centra, novamente, na personagem principal, e o tom já não é mais irônico, porque não há refração da voz do autor.

Algumas vezes, no entanto, a própria linguagem poética é alvo da paródia. Um exemplo que nos parece bastante elucidativo pode ser notado no fragmento abaixo:

Artur pigarreou, cuspihou; e dando subitamente à face uma expressão dolorosa, ergueu a voz, cantou lugubrememente:

Adeus, meu anjo! Eu vou partir sem til!

Era uma canção dos tempos românticos de 51, O Adeus! Dizia uma suprema despedida, num bosque, por uma tarde pálida de outono; depois, o homem solitário e precito, que inspirara um amor funesto, ia errar desganhado à beira do mar; havia uma sepultura esquecida num vale distante, brancas virgens vinham chorar à claridade do luar!

- Muito bonito, muito bonito! - murmuravam.

Artur cantava enternecido, o olhar vago, mas nos intervalos, durante o acompanhamento, sorria em redor, e na sua boca cheia de sombra viam-se os restos de dentes podres ...

Mas Artur, com a mão sobre o peito, a outra erguida no ar, num gesto desolado e veemente, soltou a última estrofe:

E um dia, enfim, deste viver fatal, Repousarei na escuridão da campal!

No trecho acima do romance *O crime do padre Amaro* (1998: p.63-4), percebe-se que os três versos aparecem aqui intercalados e correspondem, respectivamente, ao primeiro, e aos dois últimos versos de uma canção romântica, conforme nos esclarece o narrador. Inicialmente, façamos uma rápida análise desses versos separadamente, isto é, sem levar em conta o contexto. Estruturalmente é notório o uso de versos decassilábicos o que, desde já, lhes conferem um tom de *literatura oficial*, contrapondo à literatura popular e oral. O significado é bastante óbvio não apresentando nenhuma dificuldade de compreensão: trata-se de uma despedida entre dois amantes. Três figuras nos chamam particularmente a

atenção: "anjo" (revestido com traços semânticos positivos); "campal" e "escuridão" (revestidos com traços semânticos negativos). Dessas figuras depreende-se a seguinte oposição semântica: Luminosidade versus Sombra. A Luminosidade, afirmada na figura do anjo, é negada pelo seu afastamento; em seguida, afirma-se a Sombra (escuridão da campal). Pela análise dos verbos é possível estabelecer uma outra oposição semântica: Dinamicidade ("partir") e Estaticidade ("repousarei"). O percurso de sentido, neste caso, configura-se como negação da Dinamicidade e afirmação da Estaticidade. Esses dois pares de categorias semânticas (Luminosidade/Sombra; Dinamicidade/Estaticidade) resultam em uma categoria semântica fundamental: Vida versus Morte (afirmação da vida, negação da vida, afirmação da morte). Nota-se ainda, a divisão do texto em dois tempos: o presente ("eu vou partir sem til") e o futuro ("um dia"; "repousarei"). No espaço compreendido entre o presente e o futuro estende-se uma existência atemporal (uso do deverbal "existir") e carregada de negatividade (adjetivo "fatal").

Apesar da atmosfera sombria, verificou-se que as vogais escuras foram evitadas (exceto a palavra "escuridão), merecedora de uma atenção especial é a escolha da palavra "campal" em lugar de "túmulo", "tumba" ou "catacumba" que, sem dúvida daria ao poema uma sonoridade mais fechada. Por causa disso, a morte não se vincula àquelas conhecidas imagens góticas de túmulos, cruzeiros sob o luar, morcegos, vampiros, pios de corujas. Neste caso, a idealização da morte segue a tradicional via do romantismo ingênuo: ao eu lírico resta somente a morte, mas esta, é claro, deve ser bela e asséptica por isso mesmo, evita-se o vocá-

bulo "morte", optando-se, eufemisticamente, pelo verbo "repousar". Todos esses elementos associados às orações exclamativas favorecem a criação de uma ambiência piegas, muito ao gosto dos primeiros poetas românticos. Enquanto gênero literário, esses versos representam uma voz bem conhecida que a tradição literária nos legou na forma de uma convenção. Enquanto voz, essa convenção pode ser afirmada ou negada em vários graus.

O que se observa no trecho de *Eça de Queirós* é um cerceamento dessa dicção romântica, portanto, a sua própria negação: as circunstâncias em que foram inseridos esses versos deixam entrever uma paródia grotesca. Com efeito, o representante dessa voz é desconstruído pouco a pouco. O narrador diz que Artur não tem bons modos ("pigarreou", "cuspihou") e que possui uma aparência repugnante: "na sua boca cheia de sombra viam-se os restos de dentes podres...". Em tom irônico o narrador descreve-o como uma personagem ingênua e de modos afetados: "dando subitamente à face uma expressão dolorosa, ergueu a voz, cantou luguvemente"; "Artur cantava enternecido, o olhar vago"; "...com a mão sobre o peito, a outra erguida no ar, num gesto desolado e veemente...". O narrador desconstrói também o próprio gênero romântico ao realizar, ironicamente, uma paráfrase do poema que estava sendo declamado. Nela são arroladas as figuras estereotipadas creditadas a esse tipo de literatura:

Dizia uma suprema despedida, num bosque, por uma tarde pálida de outono; depois, o homem solitário e precito, que inspirara um amor funesto, ia errar desgrenhado à beira do mar; havia uma sepultura esquecida num vale distan-

te, brancas virgens vinham chorar à claridade do luar!

Este tipo de procedimento é um pouco distinto daquele citado anteriormente. Aqui se visa, acima de tudo, a voz romântica, que é delineada por fortes contornos e destruída na sua essencialidade. A voz do narrador se sobrepõe a do gênero poético: a paródia é direta e grosseira. A voz romântica, arrancada de seu solo social, não dialoga com o restante do texto, não ressoa como aquela voz da Bahia. Neste caso, percebe-se de um modo claro a intenção do autor: a linguagem poética parodiada é reduzida a um objeto e não oferece qualquer tipo de resistência, deixando bem evidente que o autor não se solidariza com o discurso da personagem.

O tratamento dado a esses dois personagens não constitui nenhum fato insólito nos romances de *Eça de Queirós*, principalmente, aqueles produzidos na sua face realista-naturalista. De fato, já na primeira página do romance *O crime do padre Amaro*, é bastante latente o tom irônico e sarcástico:

O pároco era um homem sangüíneo e nutrido, que passava entre o clero diocesano pelo comilão dos comilões. Contavam-se histórias singulares da sua voracidade. O Carlos da Botica - que o detestava - costumava dizer, sempre que o via sair depois da sesta, com a face afogueada de sangue, muito enfartado:

- Lá vai a jibóia esmoer. Um dia estoura!

Com efeito estourou, depois de uma ceia de peixe - à hora em que defronte, na casa do doutor Godinho que fazia anos, se polcava com alarido. Ninguém o lamentou, e foi pouca gente ao seu enterro. Em geral não era estimado. Era um aldeão; tinha os modos

e os pulsos de um cavador, a voz rouca, cabelos nos ouvidos, palavras muito rudes (1998: p.7).

Vemos que o autor utiliza a voz de outros personagens para caracterizar desfavoravelmente o pároco: o clero diocesano o achava comilão e o Carlos da Botica, o ridicularizava. Logo em seguida, é a vez do narrador fazer duras críticas ao pároco: não se percebe aqui, nenhum discurso favorável à personagem, por isso mesmo, pode-se dizer que o autor se solidariza com os discursos do narrador e das personagens. Esse tom irônico, quase sarcástico, instaurado já na primeira página, vai perdurar ao longo de todo o romance, criando uma atmosfera desfavorável a qualquer forma de lirismo. Apesar disso, um tipo de lirismo clássico vai aparecer na obra do autor, pois, juntamente com o crítico mordaz, aparece também um outro *Eça*: o estilista. A preocupação com o estilo é tão notória que muitos estudiosos não consideram *E. de Queirós* um grande romancista, mas sim, um grande esteta da linguagem. Esse ponto de vista é alicerçado por Massaud de Moisés:

* Em *Eça de Queirós*, atrai mais o escritor que o romancista, sobretudo nas últimas obras; os romances da segunda fase, apesar de se terem esquivado de maior constrangimento estético, valem pelas qualidades de escritor, pois, como romance, deixam algo a desejar, por seu esquematismo psicológico e social. *Eça* observa bem a sociedade do tempo, mas escasseavam-lhe os dons de psicólogo e a imaginação transfiguradora que fazem o ficcionista superdotado, com-é, por exemplo, Camilo Castelo Branco. Enquanto escritor ocupa lugar de topo, legando um rol de soluções expressivas de largo cur-

so no século XX. (1994: p.197).

Atentemos em primeiro lugar para oposição entre *romancista* e *escritor* estabelecida por M. Moisés. Certamente por *escritor* ele quer dizer o esteta, ou seja, o autor seriamente comprometido com uma determinada configuração estética; isso nos parece claro. Por outro lado, a definição de *romancista* resvala na imprecisão. O que significa *dons de psicólogo* ou *imaginação transfiguradora*? Maussaud Moisés não esclarece o que significam essas palavras, apenas limita-se a afirmar que Camilo Castelo Branco possui esses atributos e que, por esse motivo, é melhor romancista que Eça de Queirós. Chama-nos a atenção o fato de que esse ponto de vista vai ao encontro do pensamento de M. Bakhtin, pois, para este, o esteticismo não seria fundamental em um romance. Mas as semelhanças entre os dois estudiosos param por aí, uma vez que, para Bakhtin, o que melhor caracteriza o romance é o diálogo estabelecido entre as várias unidades estilísticas (o discurso do autor, o discurso do narrador, o discurso das personagens, os gêneros intercalados, entre outros). Essa característica, como vimos, é notória em Eça de Queirós. Contudo, não menos verdadeiro é o pendor para o estilo, que se acentua nas descrições de paisagens:

Em roda da ponte a paisagem é larga e tranqüila. Para o lado de onde o rio vem são colinas baixas, de formas arredondadas, cobertas da rama verde-negra dos pinheiros novos; embaixo, na espessura dos arvoredos, estão os casais que dão àqueles lugares melancólicos uma feição mais viva e humana – com suas alegres paredes caladas que luzem ao sol, como os fumos das lareiras que pela tarde se azulam nos ares sempre claros e lavados (1998: p.11).

A paisagem sugerida nesse

trecho é digna de uma pintura clássica: simples, majestosa e elevada. As figuras nos remetem a um mundo que contrasta com a degradação moral das personagens. A natureza (rio, colinas, pinheiros) e a civilização (casais, paredes caladas, lareiras) se completam e juntas compõem um cenário de beleza, harmonia e perenidade. O léxico, apesar de simples, é selecionado e não se nota qualquer acento da linguagem oral. Na verdade o que se percebe é uma voz atemporal, como um eco longínquo da tradição lírica clássica. Com efeito, o discurso ácido do narrador, neste momento, se cala. Parece até se tratar de uma outra voz.

Neste caso, o gênero poético é apenas mostrado como se fosse um objeto decorativo. Nenhuma das vozes explicitamente presentes no texto se responsabiliza por esse discurso: trata-se simplesmente da voz de um subgênero lírico-clássico. O autor, contudo, se solidariza com esse discurso. Isso pode ser verificado no modo como essas descrições são introduzidas na obra: não se percebe nenhuma inflexão na voz do narrador. Ele, simplesmente, muda o tom quando volta o olhar para a natureza, e, acima de tudo, não faz qualquer referência a essa mudança de tonalidade. Ora, é justamente nessas descrições que podemos ver o pendor para a linguagem clássica. A bem da verdade, as invectivas do autor não são contra a linguagem poética, mas sim, contra o romantismo ingênuo e afetado, que estava muito em voga em meados do século XIX.

A preocupação com o estilo, em nossa opinião, não desqualifica Eça de Queirós enquanto romancista: a poesia em prosa, verificada nas descrições da paisagem, constitui uma voz a mais no romance e dialoga em pé de igual-

dade com a voz destruidora do narrador (que conta com a solidariedade do autor). Esses painéis descritivos presentes na obra *O crime do padre Amaro*, conferem um vivo colorido ao romance, ao mesmo tempo em que amortece todo o pessimismo cáustico do narrador. Por outro lado, esse paradoxal conflito de vozes explica em parte a trajetória da produção literária de Eça de Queirós: ao derrotismo e pessimismo da segunda fase, "sucede um momento de otimismo, de esperança e fé, transubstanciado em idealismo não mais científico, mas tendo por base o culto dos valores rechaçados (1994, p.196).

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar alguns casos de introdução do gênero poético no romance *O crime do padre Amaro*, de Eça de Queirós. Fundamentando-nos na teoria do dialogismo, de Mikhail Bakhtin, procurar-se-á enfatizar a questão da refração da voz do autor.

Palavras-chave: dialogismo; plurilingüismo; gêneros poéticos intercalados;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. 4.ed. São Paulo: Unesp, 1998.

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

QUEIRÓS, Eça de. *O crime do padre Amaro*. 2.ed. São Paulo: Ediouro, 2002.

A NÁUSEA SARTREANA: UM PONTO DE INTERSECÇÃO ENTRE PERSONAGENS EXISTENCIALISTAS

Autora: **Gizelda Maria Almeida de Oliveira**

Filiação Científica: Faculdade Integradas Urubupungá

O referido texto analisa as personagens Roquentim, Alberto Soares e GH, das obras *A Náusea* de Sartre, *Aparição* de Vergílio Ferreira e *GH de A paixão segundo GH* de Clarice Lispector, todas inter-relacionadas entre si pelo teor filosófico do existencialismo

Palavras-Chave: Filosofia; Literatura; Existencialismo; Intersecção; Personagens

Introdução

No intuito de compreender o sentido e os processos de identidade humana, foram estabelecidas, no referido artigo, as relações e a comparatividade entre princípios filosóficos e literários. Para tal, o ponto ideológico aprofundado foi o do existencialismo, de Jean Paul Sartre, ao serem delimitados traços comuns de afinidade diante da análise da vida nos seus teores mais complexos.

1. Fundamentação teórica

E, para a compreensão sinótica dos princípios sartreanos, as obras básicas aprofundadas foram: *L'être et le néant* – "O ser e o Nada" e "O existencialismo é um humanismo". Através dessa leitura, houve a possibilidade de delinear os preceitos existencialistas revelados, por sua vez, nas seguintes conformidades: o homem e a situacionalidade, a consciência de si e do mundo, a tridimensão da temporalidade indiciada pelo devir, pelo presente e pelo futuro; o ser dividido em duas categorias: o "en-soi" (o em si) e o "pour-soi" (o para si). Ao revelar o ser, Sartre, apresentou, também, ao leitor formas diversificadas de sensações humanas: a indiferença, o ódio, a liberdade, a angústia e a náusea, sendo essa última o assunto privilegiado pelo artigo. Náusea desveladora do sentido da existência, de dupla face desde o teor físico de repugnância e asco até o psíquico presente nas sensações e sentimentos estranhos vividos no mundo.

2. Utilização do Corpus

Então, para objetivar a existência da *Náusea* como um ponto de intersecção entre personagens de autores diversificados, ocorreu a escolha de *Roquentim* de *A Náu-*

sea de Sartre, de *Alberto Soares* de *Aparição* de Vergílio Ferreira e de *GH* de *A paixão segundo GH* de Clarice Lispector. Como se nota, o corpus apresentado tem o objetivo de analisar, especificamente, o espírito humano e de proporcionar a ótica do ser dotado de grandeza vital partilhada por suas complexidades, por seus instintos cegos e impulsos generosos, enfim, por seu movimento emocional incessante, sensível e remissente. Ainda, homem e obra, vida e mundo, procura das essencialidades dos sonhos e do despertar das esperanças e das decepções, do calar-se e do oferecer réplicas ao outro; do recolher fragmentos contínuos de aceitações, de angústias e de silêncios adaptados à vida, num procedimento epifânico. Homem profundamente marcado pela existência angustiada, levando-o a se conscientizar sobre si mesmo e sobre o mundo. É o encontrar-se mediante a presença de nós a nós e à vida, um profundo sentir, uma reversão de nossos estritos limites, uma revificação do original e, por fim, a redenção possível através de momentos de grandeza e de miséria. Homem a buscar um caminho obscuro, tedioso, monótono através do esvaziamento do sentido de mundo só possível, muitas

vezes, pela fertilização do sangue humano. Homem preso à irreversibilidade do tempo, à fragmentação do instante indivisível e justaposto, ao psiquismo da intuição privilegiada frente ao cotidiano e ao objectual, tempo tridimensional pelo passado enquanto memória, desvanecimento e constituição de imagens recordadas na consciência, no devir e na originalidade da vida, no presente conectado à interiorização e à fuga; no futuro revelador contínuo da possibilização dos possíveis. Tempo revelador do ser entrelaçado às vivências, retratado por seus atos e mediador indispensável que permite descobertas e prisões no âmago de sistemas representativos.

Tudo isso constitui a teoria da existência do ser desmembrado por Sartre no "en-soi" – a consciência de identidade e no "pour-soi" – a contingência, a negação projetada para outros possíveis, a contradição e a descompressão. Ainda, ao falar do ser, Sartre analisa interiores humanos e suas emoções na construção da própria subjetividade, no desenrolar da subjetividade do outro, na moral como necessidade de escolha e entrave à liberdade, na angústia como captação do nada e dissolução humana, na má-fé, na transcendência como estilhaçamento do ser, na multiplicidade de elementos descontínuos revelados no mundo de totalidade evanescente. E, dentre os princípios básicos sartreanos, priorizam-se a liberdade e a náusea.

3. Análise das personagens

A partir de então, a ótica será direcionada às personagens **Roquentim de A Náusea de**

Sartre, Alberto Soares de Aparição de Vergílio Ferreira e GH de A paixão segundo GH de Clarice Lispector, personagens essas desveladas pelo espetáculo da existência. O primeiro dimensionamento, nessa perspectiva, será o de Antoine Roquentim de *A náusea de Sartre*.

Essa personagem envolve-se pela náusea manifestada em toda sua plenitude. Náusea indiciada por repugnância, sujidade e sentimentos esquisitos sujeitos a transformações súbitas vividas no cosmos. Por sensações ainda, pautadas pelo vazio, pelo aborrecimento profundo, pela solidão, pelo toque insuportável dos objetos, pelos enjoos adocados e desagradáveis, incluindo o asco supremo pela própria pessoa. Sensações também de pânico, de angústia e medo, de silêncio e êxtase, do nada por trás das coisas e dos ambientes circundantes.

Roquentim, como se vê, é uma personagem marcada pela náusea, manifestando-se, outrossim, por turbilhões de névoa coloridos, vontade de vomitar, instantes largos e moles como nódoas de gordura, por uma perspectiva de fatalidade e decomposições repugnantes, pelo sufocar do ser e sua condição direcionada ao absurdo, ao êxtase horrível diante da contingência e da errância em busca da verdade e do desejo de ser livre.

A segunda personagem a ser analisada diante da tendência existencialista é Alberto Soares de *Aparição de Vergílio Ferreira*. Essa personagem também se revela na contingência do existir, na busca de identidade e conduta do ser convergindo em momentos de crise de inquietação, de

imediatamente, embrutecimento. É o eu de Alberto Soares instalado nas coisas, nos constantes arrepios da morte, no corpo e na carne mortos. Eu, arranjo de nervos e ossos apodrecidos, eu estrangulado de pânico, sufocado vertiginosamente diante da vida. Eu metaforizado com o peso da pata da violência agindo na realidade do que é, uma obscura, fascinante e terrível presença atrás de tudo. Eu angustiado de terror, de amargura, de estranhamento, de destruição e fúria, de violência, morbidez e crises de loucura. Na verdade, medo de ser, fraqueza, alucinações, enjôo e desconcertos presença escura e virulenta, obscura interrogação, nulidade existencial, fragilidade, sufocação do nada, degradação plena.

A exemplo das duas personagens já analisadas, a náusea existencial torna-se muito presente em GH e se caracteriza pela presença do ser em contato com um bicho repugnante, a barata. GH está no quarto da empregada diante da barata preparando-se para lidar com coisas sujas e, nessa circunstancial, sente-se desalentada com os nervos acordados, o sufoco de refinamento e de restrição, o vazio e o estado tenso de uma cólera inexplicável e de uma repulsa violenta. Uma criatura constrangida diante do nojo profundo de indignação. Uma criatura paradoxal a sentir não só esse nojo mas também maravilhamento por si própria com a existência estranha de um mal-estar feliz e a sensação de gosto e da identidade das coisas.

4. Conclusão

Como se vê, portanto, as personagens interseccionadas p

posturas existencialistas. Em Roquentim, percebe-se que a náusea manifesta-se pelo vazio e insipidez, pela fatalidade e solidão, pelo asco e aversão à própria pessoa e ao outro, pela podridão e pelo toque insuportável dos objetos.

Por outro lado, Alberto Soares apresenta-se não só pelas tendências físicas perceptíveis através do enjôo, da febre, do cansaço, da lassidão da babugem da boca, do fel e da garganta asfixiada, como também psicológicas, como a indiferença e o desconcerto do mundo. Em GH, a náusea ocorre pela es-

critura contundente de Clarice Lispector através de elementos metonímicos: olhos, boca, seca, lama – enfim, a matéria de que o ser humano é feito. Uma náusea, ainda, ritualizada pelo comer a barata e o conseqüente gosto do nada e o cuspir constante, como se cuspsse a própria alma.

Tentando, conclusivamente, definir os três seres pode-se afirmar que Roquentim é o ser errante em busca da verdade, Alberto Soares o ser da busca frágil, inquieto e paradoxal que, na comunhão com outros, faz surgir o de-

gradante e o miserável da condição humana e GH, o ser da despersonalização e da busca da própria identidade, o ser não menos paradoxal maravilhado por si próprio e pela existência estranha.

E, quebrar a náusea para os três seres, é curioso, pois para Roquentim e Alberto Soares a música realiza essa proeza e para GH, essa possibilidade advém da criação do sorriso e do grito, da busca da indizível e da trajetória do que somos. É como nos diria a própria Clarice, o verdadeiro toque no inexpressivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYER, A. J. *The central questions of Philosophy*. Porto Alegre: Editora Globo, 1976.

BORNHEIM, Gerd A. *Sartre: metafísica e existencialismo*. SP: Editora Perspectiva, 1971.

BRUNEL, P. Pichois e Rousseau, A. M. *Qu'est-ce que la littérature comparée?* Paris: Colin, 1983.

DANTE, Arthur. *As idéias de Sartre*. SP: Editora Cultrix Ltda, 1979.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. SP: Martins, 1983.

FERREIRA, Vergílio. *O existencialismo é um humanismo*. Lisboa: Editora Presença, 1978.

_____. *Aparição*. Portugal: Portugália Editora, 1968.

GIBALDI, Joseph. *Introduction to scholarship in modern languages and literatures*. New York PMLA, 1992.

GILES, Thomas Ranson. *Introdução à filosofia*. SP: EPV: Ed. Da Universidade de SP, 1979.

HABERMAS, J. *Pensamento pós metafísico: estudos filosóficos*. RJ: Tempo brasileiro, 1990.

KEITH, Campbell. *Metaphysics*. Encino: Calif, 1976.

LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo GH*. RJ: Copacabana: Editora Sabiá Ltda, 1964.

LUCHCESI, Ivo. *Crise e escritura – Uma leitura de Clarice Lispector e Vergílio Ferreira*. RJ: Forense Universitária, 1987.

LYOTARD, J. F. *A fenomenologia*. SP: Difusão Européia do Livro, 1967.

NITRINI, Sandra. *Literatura comparada: história, teoria e crítica*. SP: EDUSP, 1997.

NOLASCO, Edgar Cezar. *Clarice Lispector: nas entrelinhas da escritura*. SP: Annablume Editora, 2001.

NUNES, Benedito. *A paixão segundo GH*. Brasília: CNPQ, 1988, a

_____. *O drama da linguagem: uma leitura de Clarice Lispector*. SP: Ática, 1989, a b

PAGEAUX, Daniel Henri. *La littérature generale et comparée*. Paris: Colin, 1994.

PONTIERI, Regina Lúcia. *Clarice Lispector: uma poética do olhar*. SP: Ateliê Editorial, 1999.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Lisboa: D. Quixote, 1988.

SÁ, Olga de. *A travessia do oposto*. SP: Annablume Editora, 1999, a

_____. *A escritura de Clarice Lispector*. Petrópolis: Vozes, 1979, b

SARTRE, Jean Paul. *O existencialismo é um humanismo*. Lisboa, Editora Presença, 1978, a

_____. *O ser e o nada*. RJ: Vozes, 1997, b

_____. *J. Paul Sartre no Brasil*. RJ: Editora Paz e Terra, 1987, c

_____. *A náusea*. RJ: Editora Nova Fronteira S.A, 1986, d

SCRUTON, R. *Introdução à filosofia moderna*. RJ: Zahar, 1981.

STEPHANE, Cordier. *Sartre: hoje*. SP: Editora Documentos Ltda, 1968.

WITTEGENSTEIN, L. *Investigação filosófica*. SP: Abril Cultural, 1979.

Gizelda Maria
Pereira Barreto, 27/ 05/ 2004

COMPETÊNCIA INFERENCIAL E PRODUÇÃO DOS SENTIDOS DO TEXTO

BERTI, Marcos Luiz (Universidade Estadual Paulista)¹

Introdução

O processo de produção do texto hoje é concebido como uma atividade interacional de sujeitos sociais, tendo em vista determinados fins. Conforme Koch (1997) "as teorias sócio-interacionais reconhecem a existência de um sujeito planejador/organizador que, em sua inter-relação com outros sujeitos, visa construir o texto, sob a influência de uma complexa rede de fatores, entre os quais a especificidade da situação, o jogo de imagens recíprocas, as crenças, convicções, atitudes dos interactantes, os conhecimentos (supostamente) compartilhados, as expectativas mútuas, as normas e convenções sócio-culturais" (p. 7). Então, percebermos que a produção dos sentidos do texto depende de uma série de atividades cognitivo-discursivas, que terão suas marcas na materialidade lingüística.

A definição de texto pode ser ilustrada com a metáfora do *iceberg*, pois, "como este, possui uma pequena superfície exposta e uma imensa área imersa subjacente" (Koch, 1997, p. 25). Para se chegar ao sentido, os interactantes devem seguir um conjunto de pistas, "representadas por elementos lingüísticos de diversas ordens, selecionados e dispostos de acordo com as virtualidades de cada língua" (op. cit., 26), aos quais denominamos mecanismos de coesão textual.

Assim, o texto passa a ser resul-

tado da atuação social dos indivíduos que, se utilizam de um *jogo de linguagem* para alcançar um fim social, de acordo com as condições socioculturais em que a atividade de produção se realiza.

Se podemos considerar o texto como um conjunto de pistas (op. cit., p. 26), estamos pensando nos diversos elementos lingüísticos que o estruturam e que estão à disposição dos interlocutores e que devem ser processados no ato cognitivo de construção. Trata-se de um conjunto de estratégias que fundamentam a construção do sentido do texto.

A construção do texto, por se tratar de um processo cognitivo, envolve três grandes sistemas de conhecimento: o lingüístico, o enciclopédico e o interacional (Heinemann & Viehweger, 1991, *Apud* Koch, 1997, p. 28).

O primeiro deles, o *conhecimento lingüístico*, envolve a organização superficial do texto, através dos mecanismos de coesão e seleção lexical. O *conhecimento enciclopédico* diz respeito ao conhecimento de mundo armazenado na memória de cada indivíduo, adquirido através das experiências de vida. Por último, o *conhecimento interacional* (ou *sócio-interacional*), que diz respeito aos objetivos de quem produz o texto, ao uso de normas de comunicação, como os postulados de Grice (1969), à adequação de tipos e gêneros de texto para assegurar sua compreensão e aceitação.

Esses diversos sistemas de conhecimento são mobilizados mediante o uso de estratégias de proces-

samento textual, que são divididas em *estratégias cognitivas, textuais e sociointeracionais*.

As *estratégias cognitivas* consistem no uso do conhecimento, como as inferências, que buscam no contexto situacional informações não explicitadas no texto. As *estratégias sociointeracionais* dizem respeito à interação verbal (manifesta-se na fala). Por último, as *estratégias textuais* envolvem procedimentos diversos, como a organização de informações, de formulação, de referenciação e de balanceamento entre o explícito e o implícito (Koch, 1997, p. 28-34). Estas últimas, (as *estratégias de balanceamento do explícito/implícito*) referem-se à necessidade do produtor do texto de *balancear* as informações totalmente explícitas e aquelas que ficarão implícitas, e que obrigam o interlocutor a recorrer a estratégias de inferenciação.

Assim, um bom produtor de texto faz uso das estratégias e conhecimentos acima descritos, deixando pistas que possam ser desvendadas no ato de leitura, em busca da constituição do sentido textual, o que vem confirmar a re-construção do sentido no processo de interação autor-texto-leitor.

Os mecanismos mais importantes para garantir a textualidade são a coesão e coerência. Entendendo por coesão o modo como os componentes do universo textual estão interligados entre si, na superfície do texto. Já, a coerência caracteriza-se com o nível de conexão conceitual e a estruturação do sentido, manifestada em grande parte, macrotextualmente.

Entendemos que a coerência diz respeito "ao modo com os elementos presentes na superfície textual, aliados a todos os elementos do contexto sociocognitivo mobilizados na interlocução, vêm a constituir, em virtude de uma construção dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos" (Koch, 2002, p.17). Ela se estabelece na dependência de uma multiplicidade de fatores que afetam a interpretação do texto e relacionam-se com outros. Assim, o conhecimento de mundo será importante para a construção do mundo textual, e estará adequado aos modelos de mundo do produtor e receptor do texto, a partir das inferências que o interpretador faz ou pode fazer.

Segundo Koch, inferência é "aquilo que se usa para estabelecer uma relação, não explícita no texto, entre dois elementos desse texto" (1995, p.70), podendo ser (Apud. Charolles, 1987) classificadas em diferentes tipos: necessárias (obrigatórias no contexto), convidadas ou possíveis, contextuais (variam de acordo com o contexto) e retroativas (a partir de algo dito posteriormente).

Para Fulgêncio, é a capacidade que o leitor tem de fazer inferência que permite ao escritor não colocar no texto toda a informação necessária à sua compreensão. (1992, p.27-32). Por isso, o problema de compreensão pode ser considerado como um problema de "re-criar" o que foi deixado de lado pelo produtor do texto.

1. Referência e inferência

Dentre os tipos de coesão (referencial e seqüencial), entendemos que a referenciação é de extrema importância. Para Marcuschi, a referência é a "designação, representação ou mesmo sugestão de entidades numa situação discursiva referencial. (...) Ela tanto pode ser uma designação extensional como uma simples relação de elementos gerados num contexto discursivo." (1998, p. 6)

A referenciação é a reelaboração do real captada pelo cérebro e trans-

mitida no discurso de forma subjetiva, obedecendo a restrições históricas, culturais, sociais e decorrentes do uso da língua.

Segundo o próprio Marcuschi (2001), a referência pode ser uma inferência. Para ele, a competência inferencial "permite analisar o tema da implicitude e explicitude na relação com as formas lingüísticas, ou seja, permite rever o status do léxico na atividade discursiva" (p. 2). Por essa afirmação, observamos que o ensino do léxico faz-se igualmente necessário para que se realize a compreensão dos sentidos, pois uma determinada palavra pode ser tomada em contextos diferentes, como no texto (1) *O suicida*, de Mário Quintana, em que a ambigüidade é evidente:

(1) Último bilhete deixado por um obstetra: "Parto sem dor".

O humor do texto reside na palavra *parto*, que pode tanto se referir ao verbo partir (*Eu vou partir sem dor.*) ou ao ato de fazer dar à luz (*Faço partos sem dor.*).

Ao pensarmos na inferência como mecanismo que pode contribuir para que a progressão referencial do texto seja legitimada, temos em mente a noção de que, conforme Marcuschi (2001), "todas as nossas atividades, lingüísticas ou não, são sempre contextualizadas, históricas e interacionais e não dependem de representações abstratas ou impositivas diretas de um mundo a priori ou de um mundo explicitado" (p. 2). No exemplo (2) abaixo, adaptado de uma tira de Luís Fernando Veríssimo, para compreender o humor é necessário inferir algo que não está explícito no texto:

(2) - Como era namorar no seu tempo, pai?

- Bom. Não era muito diferente do que é hoje. A gente ia tomar sorvete...

- Antes ou depois?

- Esquece o que eu disse, filho.

No diálogo, a fala que exige a inferência é "antes ou depois" que, por

1 E-mail: omberti@uol.com.br

nosso conhecimento de mundo e pelo conhecimento partilhado, pode ser explicitado pela expressão "relação sexual". As pistas que permitem tal competência inferencial são "namoro", "tomar sorvete" e "antes ou depois".

Para Kleiman, "a ativação do conhecimento prévio é, então, essencial à compreensão, pois é o conhecimento que o leitor tem sobre o assunto que lhe permite fazer as inferências necessárias para relacionar diferentes partes discretas do texto num todo coerente" (1997, p. 25). O leitor proficiente vale-se de seu conhecimento de mundo e dos itens lexicais para fazer inferências, as quais serão responsáveis por futuras lembranças de tal leitura: o que lembramos não é o que o texto queria dizer literalmente, mas as inferências que delas fizemos.

Observamos que em muitos textos escritos a (re)construção de um referente pode não ser tão clara, exigindo dos interactantes o uso de "regras de consistência" no contexto, como, por exemplo, os papéis sociais numa situação comunicativa qualquer. Há textos também em que o referente pode ser recuperado de forma "geral", sem que se especifique ou individualize, como num texto que trate de fatos políticos: é possível saber-se de quem se trata, sem, contudo, saber exatamente a que pessoa se refere o texto. Este aspecto só pode ser resolvido por processos inferenciais. Mário Prata, em crônica (2) publicada em *O Estado de S. Paulo*, faz uso de tal expediente:

(2) "Pobreza são as sessões da Câmara e do Senado brasileiro com aquele bando de animais lá na frente gritando, se empurrando. Você já deve ter visto sessões semelhantes em qualquer outro país do mundo (...)"

De acordo com o modelo inferencial de Grice (1969), existe entre a construção lingüística do enunciado pelo falante e sua compreensão pelo ouvinte um hiato, que deveria ser preenchido por inferências no proces-

so interpretativo. As inferências seriam "derivadas dedutivamente da parte da existência de um acordo tácito (razoável) de cooperação entre falante e ouvinte" (Silveira & Felte, 1999, p. 22).

É bom dizer que as inferências podem ser diferenciadas de acordo com a natureza dos conhecimentos envolvidos nesse processo: Segundo Marcuschi (2001), "conhecimentos lingüísticos geram inferências semânticas; conhecimentos normativos geram inferências pragmáticas; conhecimentos de regras relacionais geram inferências lógicas e assim por diante" (p.7). O que se percebe é que no texto deva existir algo (pistas) para que o acesso a referências por via inferencial seja possível.

Nesse papel, o leitor (interlocutor) vai proceder à construção dos sentidos, a partir do modo como o texto se encontra lingüisticamente construído, das sinalizações que lhe oferece, sem deixar de considerar os elementos do contexto relevante à interpretação. No exemplo (3) a seguir, nossa competência inferencial nos faz considerar o texto como incoerente, uma vez que não há praias em Minas Gerais:

(3) "Os turistas reclamaram da má infra-estrutura e da poluição das praias mineiras. As autoridades responsáveis prometeram tomar providências."

Marcuschi (2001) diz que para que se possa compreender um texto é preciso que se decodifique e se infira. A inferência é vista como um processo cognitivo, sócio-interativo e cooperativo. Para ele, "adota-se uma outra noção de referência, tomando-se-a como produzida interativamente a partir de uma noção de texto como evento construído na relação situacional, sendo o sentido sempre situado" (p.10).

Assim, mecanismos de repetição, seleção lexical, decisões sintáticas, pressuposições cognitivas e outras têm relação com o processo de inferência e referenciação (Monda-

da, 1994). Inferir, pode ser, pois, realizar um raciocínio em que, com base em alguns conhecimentos (pessoais, textuais, contextuais, enciclopédicos etc) relacionados, chega-se a outros conhecimentos (não necessariamente novos). Nos exemplos (4) abaixo, extraídos de textos escritos por alunos, percebe-se uma impropriedade vocabular que pode ser responsável pela alteração de sentido do texto, porém, nossa competência inferencial nos faz, a partir da seleção lexical feita e aplicando pressuposições cognitivas a respeito do que se quis dizer, podemos perfeitamente fazer uma inferência semântica a respeito do sentido real do texto:

(4) a) "Os especialistas a que o autor se refere são do tipo inovador, que se fecham e não permitem uma visão ampla do conhecimento científico."

b) "Fazer exercícios é gratificante porque apresenta resultados imediatos. No dia seguinte já estou mais relevante."

Em A, *inovador* nos permite inferir pelo contexto que se quer dizer *conservador* ou *tradicionalista*. Há pistas claras no texto que nos permitem tais inferências no co-texto ao caracterizar tais especialistas. Em B, *relevante* que significa *importante* nos faz inferir que se quis dizer *Já estou mais disposto* em função do período anterior.

Para Marcuschi (2001, p.27), alguns processos inferenciais são nitidamente referenciais, quando tratamos de "preenchimento de lacunas", como as elipses, as seqüências anafóricas (pronominais e nominais), as dêixis, as relações de hiponímias e hiperonímias, as relações sinonímicas e antonímicas, as nominalizações rotuladoras, as analogias de caráter cultural, as metaforizações, as cadeias causais e as conectivas, entre outras. No exemplo (5), de um texto de 8ª série do Ensino Fundamental, cujo tema era "Como preservar a paz", há um elemento cuja referência exofórica será realizada a partir de uma remis-

são nitidamente inferencial com os dados do contexto político-econômico em que vivemos.

(5) "O mundo tem que conseguir isto", é o que dizem políticos e líderes mundiais, mas muitas vezes eles são 'piores', de modo que muitos 'Osamas' que há por aí, 'piores' tanto na questão global, quanto em coisas simples como a família e a sociedade a sua volta."

Podemos afirmar que os textos serão tomados como coerentes se seus usuários forem capazes de construir ou recuperar na memória um modelo de compreensão satisfatório. Nesse "modelo de situação", a reconstrução por inferência permite estabelecer o elo entre as informações explícitas e as implícitas (pressupostas) no texto. Em (6), extraído de uma revista de 7ª série do Ensino Fundamental, encontramos um caso em que o uso de inferências se faz necessário para que o sentido seja estabelecido. Ao nos depararmos com a palavra "Leão", devemos fazer uso de nosso conhecimento lingüístico/semântico e conhecimento de mundo para inferir que não se refere ao animal "rei das selvas", mas à imagem do leão que representa o Imposto de Renda no Brasil.

(6) "Isso é um caso um pouco preocupante, pois tem pessoas pobres que nem conseguem se alimentar direito e tem que pagar impostos, que quase todos consideram muito altos. O povo se preocupa bastante, 'alimentar esse Leão' não é fácil não e também porque as coisas como alimentos, roupas e outras coisas estão cada vez mais caras."

Observamos, no exemplo acima, a existência de pistas que nos permitem deduções lógicas, como "pagar impostos", o que para o brasileiro apresenta uma grande carga tributária daí a imagem "devorante" do leão.

Através do processo de inferência pode-se reconstruir no contexto um anáfora indireta, ou seja, "o empre-

de uma expressão definida anafórica, sem referente explícito no texto" (Koch, 2002, p. 107), que por "ancoragem", pode ser decisiva para a interpretação, quando ativadas por meio de processos cognitivos que mobilizam conhecimentos armazenados na memória. No exemplo (7) abaixo, extraído da mesma redação já citada em (6) observamos tal procedimento:

(7) "Hoje em dia temos um Hitler mais atual que não é alemão nem odeia os judeus, mas é americano e odeia um tal de Sadam Hussein só por ele ser ele, e muitas outras questões fúteis. Mas esse ódio fez com que muitos iraquianos morressem, mas assim, pelo menos alcançaram a paz. Porque viver em mundo onde o controle monetário é quase totalmente governado por um único país e no controle deste país está um homem que é praticamente doído não deve ser paz, não é?"

Tais anáforas indiretas podem ser interpretadas com base no léxico (semânticas), no conhecimento de mundo (conceituais) ou de tipo inferencial, que nomeiam os componentes passíveis de serem deduzidos do modelo textual. Assim, a referência a Hitler, que odiava e mata judeus e a Sadan

Hussein, permite-nos inferir que se trata da recente Guerra do Iraque e que a expressão referencial *um Hitler* refere-se ao presidente norte-americano George W. Bush, o principal líder do referido conflito.

Portanto, fica claro que a inferência é uma estratégia muito importante para que se tome um texto como coeso e coerente, em termos de progressão referencial, colaborando de maneira decisiva para a produção de sentidos.

3. Conclusão

Este trabalho pretendeu ser uma pequena contribuição para o estudo da competência inferencial e sua contribuição para que a progressão referencial do texto seja legitimada. Em muitos textos escritos a (re)construção de um referente pode não ser tão clara, exigindo dos interactantes o uso de regras de consistência no contexto, como, por exemplo, os papéis sociais numa situação comunicativa qualquer. Assim, mecanismos de repetição, seleção lexical, decisões sintáticas, pressuposições cognitivas e outras têm relação com o processo de inferência e referencialização. Inferir, pode ser, pois, realizar um raciocínio em que, com base em alguns conhecimentos (pes-

soais, textuais, contextuais, enciclopédicos etc) relacionados, chega-se a outros conhecimentos. A reconstrução por inferencialização permite estabelecer o elo entre as informações explícitas e as implícitas (pressupostas) no texto. Portanto, a inferência é uma estratégia muito importante para que se tome um texto como coeso e coerente, em termos de progressão referencial, colaborando de maneira decisiva para a produção de sentidos.

Resumo: A competência inferencial pode contribuir para que a progressão referencial do texto seja legitimada. Inferir, pode ser, pois, realizar um raciocínio em que, com base em alguns conhecimentos (pessoais, textuais, contextuais, enciclopédicos etc) relacionados, chega-se a outros conhecimentos. A reconstrução por inferencialização permite estabelecer o elo entre as informações explícitas e as implícitas (pressupostas) no texto. Portanto, a inferência é uma estratégia muito importante para que se tome um texto como coeso e coerente, em termos de progressão referencial, colaborando de maneira decisiva para a produção de sentidos.

Palavras-Chave: inferência; referência; produção de sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J. *Sentido e Percepção*. SP: Martins Fontes, 1993.

FULGÊNCIO, L. *Como facilitar a leitura*. São Paulo: Contexto, 1992.

GRICE, H. P. *Lógica e conversação*. In: Dascal, M. (org.) *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Vol. IV. Campinas: edição do organizador, 1982..

KLEIMAN, A. *Texto & leitor: aspectos cognitivos da leitura*. São Paulo: Pontes, 1997.

KOCH, I. G. V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. *A produção de inferências*

e sua contribuição na construção do sentido. In: *DELTA*, vol. 9, Número especial, 1993. _____. *Cognição e processamento textual*. In: *Revista da ANPOLL*, n.2, 1996.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez Editora, 2002

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA L. C. *Texto e coerência*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MARCUSCHI, L. A..

Referencialização e progressão temática: aspectos cognitivos e textuais. In: *GELNE: XVII*

Jornada do Grupo de estudos Lingüísticos do Nordeste. Fortaleza, CE, 1999.

_____. *Quando a referência é uma inferência*. In: *Estudos lingüísticos do GEL*. Vol. XXX. Marília, SP, 2001.

SILVEIRA, J. R. C.; FELTES, H. P. M. *Pragmática e cognição*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

VAN DIJK, T. A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 2002.

O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA BREVE REFLEXÃO

Eliana Célia Esperança de Campos Ferreira

Faculdades Integradas Urubupungá – FIU – Pereira Barreto/SP

Natália Arruda Antunes da Rocha

Faculdades Integradas Urubupungá – FIU – Pereira Barreto/SP

Regina Célia Damico Caldato

Faculdades Integradas Urubupungá – FIU – Pereira Barreto/SP

Telma R. Duarte Vaz

Faculdades Integradas Urubupungá – FIU – Pereira Barreto/SP

Resumo: Este artigo tem como objetivo, refletir sobre a importância do brincar na Educação Infantil. Para este propósito foi realizada uma pesquisa em duas escolas de Educação Infantil da rede pública de ensino de duas cidades do interior do Estado de São Paulo. Os pressupostos teóricos deste estudo baseiam-se na concepção da criança como ser social, enfatizando a importância das brincadeiras e a intervenção adequada do educador, de forma que a atividade de brincar contribui de maneira positiva para o pleno desenvolvimento infantil.

Palavras-Chave: Brincar, Brinquedo, jogos, Criança.

Introdução

A visão de criança "é uma noção que vem sendo construída pela história do homem e como tal, vem mudando ao longo dos tempos e esta história apresenta diferenças sutis no interior de uma mesma sociedade e época. Em diversas partes do mundo, crianças enfrentam, ainda hoje, um cotidia-

no bastante adverso que as conduz desde muito cedo a precárias condições de vida e ao trabalho infantil, sem contar com o abuso e exploração por parte de adultos. Destas crianças são retirados direitos fundamentais, entre os quais, o direito de brincar, de se desenvolver plenamente e de se formar como cidadão completo, capaz de atuar no mundo e contribuir com a formação de outros. Contudo, outras crianças são protegidas de todas as formas, e recebem da família e da sociedade em geral, todos os cuidados que lhes são de direito. Este é apenas o pano de fundo de uma sociedade que ainda não resolveu seus conflitos, de forma que as desigualdades sociais continuam presentes em todos os campos.

Contra todas as adversidades que podemos perceber neste contexto, estudiosos como Vigotsky e Piaget, entre outros, desde a muito defendem que a criança é, como todo ser humano, um sujeito social e histórico que possui uma natureza singular e é parte integrante e ativa de uma organização familiar que esta inserida em

uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. Neste sentido, pensando a criança como um ser completo, singular e extremamente ativo, podemos melhor refletir sobre as interações que estas estabelecem com o mundo a sua volta, bem como, o esforço que lhes cabe na tentativa de entender o real, caracterizando assim, o brincar, como instrumento que lhes proporcionará o experimento e apreensão destas contraditórias relações sociais nas quais estamos inseridos.

O brincar, portanto, oferece possibilidades que desenvolvem o processo de construção do conhecimento, quando as crianças utilizam-se das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de ter idéias originais sobre aquilo que buscam desenvolver, compreender, conhecer e reconhecer. A brincadeira na educação infantil e sua contribuição no desenvolvimento social, motor e cognitivo das crianças devem ser temas de reflexão e debate por parte de educadores, pais, e sociedade de uma forma geral

1. Criança, um ser social

Segundo Santos (1999), a criança, ao longo da história e da evolução do homem, nem sempre é considerada como o é hoje. A criança era considerada como um ser ingênuo, inocente, gracioso, impenso e incompleto. Estas noções fundamentaram o conceito de criança, entendida como um ser se-

existência social, miniatura do adulto, abstrata e universal. Atualmente, uma nova concepção sobre criança vem tomando corpo no panorama educacional. A criança com ser social.

Ao estudar o desenvolvimento da criança, Santos (1999), busca compreender a natureza da mesma, e assim encontra o brincar como uma necessidade básica que surge muito cedo. O brinquedo e a brincadeira passaram a ser consideradas importantes para o desenvolvimento humano a partir do momento em que se percebeu, através deles, a possibilidade de estudar a relação da criança com o mundo externo.

Nesse sentido conclui-se, que brincando a criança vai pouco a pouco, organizando suas relações emocionais, oportunizando condições para o desenvolvimento das relações sociais, onde aprendem, desde cedo, a se conhecer melhor e a conhecer e aceitar a existência do outro.

O brincar é atividade fundamental no processo de desenvolvimento do ser humano. Para Santos (2000), o brincar é um ato indispensável à saúde física, emocional e intelectual do indivíduo, sempre esteve presente em qualquer povo desde os mais remotos tempos. Através da brincadeira, a criança desenvolve a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa e a auto-estima.

Assim sendo, o brincar é uma expressão lúdica que tem a capacidade de unir razão e emoção, conhecimento e sonho, formando um ser humano mais completo e pleno.

1.1 A importância da brincadeira no desenvolvimento infantil

A brincadeira expressa a forma como a criança reflete, orde-

na, desorganiza, destrói e reconstrói o mundo a sua maneira. Neste sentido Lima (1992), afirma que a brincadeira é um espaço onde a criança pode expressar de modo simbólico suas fantasias, seus desejos, medos, sentimentos e os conhecimentos que vai construindo a partir das experiências que vivem.

Para Wajskop (1999), é na brincadeira que as crianças podem colocar desafios e questões além de seu comportamento diário, levantando hipóteses na tentativa de compreender os problemas que lhe são propostos pelas pessoas e pela realidade com a qual interagem. Assim, a brincadeira pode ser um espaço privilegiado de interação e confrontos de diferentes pontos de vista.

Na perspectiva Vygotskyana, brincadeira é coisa séria, pois brincando as crianças representam aquilo que não são, mas gostariam de ser, isto é, um constante faz de conta. Dessa maneira, as maiores aquisições de uma criança são adquiridas no brinquedo.

Para melhor compreender a relação entre desenvolvimento e aprendizagem, no entanto, faz-se necessário observar, o que Vygotsky, caracteriza como zona de desenvolvimento proximal ou potencial. O nível ou zona de desenvolvimento proximal é a distância entre o nível de conhecimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de uma pessoa adulta ou mais experiente.

O nível de desenvolvimento real, portanto, é aquele já adquirido ou formado, que determina o que o indivíduo é capaz de fazer por si próprio, e o nível de desenvolvimento proximal diz respeito ao potencial que cada indivíduo possui para a aprendizagem, que difere entre os

indivíduos e representa tudo aquilo que o indivíduo não é capaz de fazer sozinho, mas que poderá realizar se contar com a intervenção de outra pessoa mais experiente.

Neste sentido, o referencial histórico social de Vygotsky, oportuniza uma reflexão sobre o papel do educador e a contribuição do brinquedo como instrumentos de intervenção e deliberação da aprendizagem, uma vez que através de experiências compartilhadas é possível atuar na zona de desenvolvimento proximal, ajudando a amadurecer funções ainda não consolidadas. De acordo com Góes (1991, p.20), "a boa aprendizagem é aquela que consolida e sobretudo cria zonas de desenvolvimento proximal sucessivas," pois a aprendizagem interativa permite que o desenvolvimento do indivíduo avance cada vez mais.

O brinquedo, afirma Oliveira (1977), cria zonas de desenvolvimento proximal na criança. A brincadeira e o jogo, com a intervenção adequada do educador podem contribuir sobre maneira com este desenvolvimento.

Neste mesmo sentido, Piaget (1998) já enfatizava, que a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança, sendo, por isso, indispensável à prática educativa. No processo da educação infantil o papel do professor é de suma importância, pois é ele quem cria os espaços, disponibiliza materiais, participa das brincadeiras, ou seja, faz a mediação da construção do conhecimento.

Para Piaget (apud Booc et al, 1998), a aprendizagem ocorre de maneira gradativa, de acordo com o nível de desenvolvimento do indivíduo. O pesquisador enfatiza que a inteligência é um exemplo de comportamento adaptativo, que vai se desenvolvendo desde os primeiros anos de vida continuamente.

te, sendo estas, a capacidade que o indivíduo tem de interagir com o mundo que o cerca. A inteligência se desenvolve a partir de estágios que se sucedem sempre em uma mesma ordem, mas que podem ser alcançados em idades diferentes, de acordo com a singularidade de cada indivíduo e determinadas pelas diferentes potencialidades de cada um, sua herança genética, pela motivação do meio ambiente cultural e social e também pela estimulação adequada dessas potencialidades. Os estágios de desenvolvimento humano, descritos por Piaget, estão assim definidos:

1- Período sensório-motor: de 0 A 2 anos, quando a criança começa a falar;

2- Período pré-operatório: de 2 a 6 anos de idade, é quando a criança está caminhando para operações concretas, mas ainda não desenvolveu essas habilidades.

3- Período das operações concretas: dos 7 aos 11/12anos, período em que a criança trabalha com o real, palpável, o concreto.

4- Período das operações lógicas - abstratas e formais: dos 12/13 anos. Quando a criança passa a criar hipóteses, raciocinar de maneira abstrata, etc.

Os estágios estão baseados em dois aspectos da vida cognitiva: estrutura – como o indivíduo representa o mundo, e operações – como o indivíduo pode atuar sobre essa representação. Desta forma, Piaget explica quais são as mudanças qualitativas pela qual todo ser humano passa, durante seu desenvolvimento, desde o estágio inicial (sensório-motor), que se caracteriza por uma inteligência prática, até o estágio lógico dedutivo, que caracteriza o pensamento formal, já a partir da adolescência.

Dentro deste paradigma, Piaget enfatiza o sujeito como um

ser ativo em todas as etapas de seu desenvolvimento, porém, este sujeito não compreende de forma imediata o mundo a sua volta. As possibilidades do desenvolvimento cognitivo estão relacionadas aos esquemas de assimilação, que se realizam no plano mental e que seriam ações tais como; balançar, sugar, agitar, estabelecer relações. Estes esquemas se modificam como resultado da maturação biológica do indivíduo, das suas experiências, trocas interpessoais e culturais.

Contudo, algumas propriedades ou particularidades dos objetos do conhecimento, nem sempre são assimilados ou incorporados pelos esquemas já estruturados no indivíduo, seja porque o esquema assimilado é muito geral, e não pode ser aplicado a uma situação particular, ou porque ainda é insuficiente para dar conta de um objeto mais complexo. Piaget denominou "acomodação" o mecanismo de ampliação ou modificação de um esquema de assimilação. Acomodação e assimilação são conteúdos que variam durante o processo de desenvolvimento cognitivo, porém, a atividade inteligente é sempre um processo de assimilação do novo ao "já construído e da acomodação do construído ao novo.

O equilíbrio, a assimilação e a acomodação são, portanto, os mecanismos utilizados para equilibrar os conflitos relativos à necessidade de organização e de adaptação. A assimilação e a acomodação são chamadas de "invariáveis", por estarem constantemente em jogo no crescimento de qualquer sistema biológico. A assimilação acontece toda vez que algo exterior ao sistema é tomado e incorporado, como a ingestão de alimentos, por exemplo, aquilo que

entra é modificado para se adaptar a estrutura interna existente.

Em um indivíduo normal, há um esforço pelo equilíbrio entre assimilação e acomodação. Este processo de equilíbrio é chamado por Piaget de equilibração e é o responsável por todo o conhecimento cognitivo. Quando novas informações são assimiladas às estruturas existentes, começa um processo de equilibração que vai resultar em uma nova estrutura cognitiva, que por sua vez incorpora parte da nova informação, mas também retém parte da informação prévia, organizando tudo isto de uma maneira mais eficiente. A equilibração nunca termina, pois assim que novas informações são assimiladas, começa de novo o processo, resultando em representações progressivamente melhoradas do mundo.

A aprendizagem, portanto, dentro do enfoque piagetiano, é o processo pelo qual o ser humano adquire conhecimento sobre seu meio-ambiente e suas relações durante a vida. Como resultado de alguma experiência, ocorrem conexões no cérebro que permitem ao indivíduo, a associação entre eventos do mundo ao seu redor e entre o evento e a consequência que afeta o indivíduo, ou mesmo entre a ação e o evento. Sem assim, a aprendizagem acontece quando ocorre mudança de comportamento do ser humano em resposta a uma experiência anterior.

A construção do conhecimento, explicitada por Piaget, envolve a ação efetiva do professor através da promoção da aprendizagem. Assim, é necessário que o docente conheça as potencialidades de seus alunos e suas experiências anteriores para identificar o nível de desenvolvimento e a maneira própria de pensar de cada um, pa-

só então elaborar um programa que possa promover a interação do educando com a realidade proposta.

Na Educação Infantil, o Educador tem importante papel nas interações com as crianças, significa que através da colaboração de um indivíduo mais presente a criança pode construir e ampliar conceitos, os quais ela não teria condições de realizar sozinha naquele momento de seu desenvolvimento. Assim sendo Wajskop (1999), considera que a brincadeira deve ocupar um espaço central na educação infantil entendendo que o educador é figura fundamental para que isso aconteça, criando espaço, oferecendo material e partilhando das brincadeiras das crianças.

Vigostsky em suas pesquisas pode verificar que a criança apresenta um nível de desempenho quando realiza algo sozinha, mas que este nível passa a ser outro, de maior complexidade, se ela trabalha com um adulto ou com outra criança mais experiente.

Cabe ao Educador a tarefa de alimentar o imaginário infantil, de forma que as atividades das crianças se enriqueçam, tornando-se mais complexas. O educador precisa ter clareza quanto aos brinquedos e as brincadeiras que são necessárias para as crianças, sabendo que eles trazem enormes contribuições ao desenvolvimento da habilidade de aprender e pensar.

2. Metodologia e Resultados de Pesquisa:

O objetivo desta pesquisa foi refletir sobre a importância de brincar na Educação Infantil. O tipo de pesquisa utilizada foi a descritiva. Segundo Vianna (2001), este tipo de pesquisa visa um estudo deta-

lhado de uma determinada situação-problema ou fato, que elenca e relaciona as variações que interferem em suas relações, sem manipulá-las ou sobre elas emitir juízos de valor.

Foi realizada uma pesquisa de campo, tendo como objeto, duas escolas públicas municipais de duas cidades do interior do Estado de São Paulo. Foi realizada uma observação *in loco* em ambas as escolas nas salas de educação infantil, entrevistas formais e informais com os educadores, análise de documentos, envolvendo os planos de aulas, projeto político pedagógico, entre outros.

A população alvo da pesquisa, foi constituída pelos professores, cuja amostra foi de 100%, totalizando dez educadores.

Quanto aos resultados da pesquisa, 100% dos entrevistados consideram que o brincar facilita o desenvolvimento físico, motor e cognitivo da criança. Este mesmo número de educadores das escolas pesquisadas acredita que através das brincadeiras a criança desenvolve a socialização e comprovam que há importante relação entre o brincar e a aprendizagem.

Uma questão importante perguntava aos professores se através das brincadeiras é possível trabalhar a interdisciplinaridade, as respostas revelam que 100% dos entrevistados concordam que a interdisciplinaridade pode ser promovida através da brincadeira.

Ao serem indagados sobre de que forma a brincadeira pode desenvolver a criatividade e autonomia, quarenta por cento dos entrevistados afirmaram que é dando asas à imaginação e criando livremente. Os demais responderam que a criatividade e autono-

mia se desenvolvem através do conhecimento do próprio corpo, criando regras e tendo confiança em si mesmo, das situações de interação, da participando em brincadeiras, jogos e movimentos e dando oportunidade para a criança experimentar, descobrir, inventar e exercitar suas habilidades. Estes dados evidenciam mais uma vez a importância do brincar nas atividades escolares e o comprometimento dos educadores com a criança pequena.

Verificou-se também através da pesquisa o que se pode avaliar quando as crianças brincam; trinta por cento avaliam o desenvolvimento motor, físico e psíquico, vinte por cento avaliam a coordenação motora, atenção, raciocínio e companheirismo, dez por cento avaliam a participação, interação, iniciativa, concentração e socialização, dez por cento avaliam o relacionamento e interação e dez por cento avaliam a concentração, atenção, disciplina e habilidades. Percebe-se aqui, que ainda é necessário um esforço, no sentido de uma avaliação não fragmentada, mas que se considere o todo e não partes isoladas do ser em desenvolvimento. Por outro lado, os resultados demonstram que não existe um consenso entre o que e como deve ser avaliada a atividade de brincar. Já que cada grupo de professores refere-se a diferentes requisitos como objetivo de avaliação.

A pesquisa de campo, ainda encontra-se em fase de conclusão e até o presente momento, revelou que a maioria dos professores valoriza o brincar na educação infantil e têm direcionado seu trabalho para as questões lúdicas proporcionadas pela brincadeira na escola.

3. Conclusão

Esta pesquisa não se conclui integralmente, procuramos aqui, apenas apresentar resultados, ainda que parciais, para a contribuição da reflexão sobre o brincar na educação infantil, sua importância no desenvolvimento da criança e a relevância do papel do educador frente a este contexto. Ressaltamos, portanto, que este trabalho não se esgota aqui, muito ainda se deve caminhar neste sentido. Esperamos, contudo, despertar de alguma forma, em futuros profissionais da área de educação, o gosto pela pesquisa e pelo tema que ora apresentamos.

FIU
Faculdade Integradora Urubupungá
Pereira Barreto-SP

Aqui você faz a diferença.

Av. Jonas Alves de Mello, 1660 Tel: (18) 3704-4242 Fax: (18) 3704-4222

BIBLIOGRAFIA

LIMA, Zélia; Brincar. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OLIVEIRA, Marta K. Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1995.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de (org). Educação infantil: muitos olhares. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PIAGET, Jean. A psicologia da criança. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SANTOS, Santa Marli Pires. Brinquedo e Infância: um guia para pais e educadores em creche; 4ª ed., Vozes: 1999.

SANTOS, Santa Marli Pires; Brinquedoteca: A criança, o adulto e a lúdico. São Paulo: Vozes, 2000.

VIANNA, Ilca Oliveira. Metodologia do Trabalho Científico: Um Enfoque Didático da Produção Científica; São Paulo; E.P.U.; 2001.

YVYGOTSKY, L.S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores, org. Michael Cole et al. Tradução José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche, 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

YVYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. Tradução de Jefferson Luiz Camargo, revisão técnica José Cipolla Neto. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WAJSKOP, Gisela. Brincar na Pré-escola. 3ª edição; São Paulo: editora Cortez, 1999.

O TRABALHO DO EDUCADOR FRENTE AO DESENVOLVIMENTO DO HÁBITO DA LEITURA

Áurea Gonçalves Santana

Faculdades Integradas Urubupungá -FIU- Pereira Barreto/SP

Daniela Braga de Oliveira

Faculdades Integradas Urubupungá -FIU- Pereira Barreto/SP

Rita de Cássia Vieira Moreira

Faculdades Integradas Urubupungá -FIU- Pereira Barreto/SP

Telma R. Duarte Vaz

Faculdades Integradas Urubupungá -FIU- Pereira Barreto/SP

Resumo: A leitura é a chave que nos permite entrar em contato com outros mundos, ampliar horizontes, desenvolver a compreensão e a comunicação. Contudo, nem sempre a leitura é encarada como prioridade na escola, pois muitos educadores priorizam a escrita, relegando a leitura para segundo plano. Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa realizada em uma escola pública do município de Santo Antonio do Aracanguá/SP, cujo objetivo, foi investigar o trabalho do educador frente ao desenvolvimento do hábito e do gosto pela leitura.

Palavras-Chaves: Leitura; Ler; educador; prazer.

Introdução

Saber ler e gostar de ler são atitudes ou práticas salutares e prazerosas, produtos do incentivo à leitura provocada por professores. Hoje, mais do que nunca, estudar não dispensa o ato de ler, cabe aos educadores encontrar o caminho para transformar o ato de ler numa atividade que enriqueça os alunos,

que gere descobertas e questionamentos e oportunize aprendizagens significativas.

A leitura possibilita a aquisição da maior parte dos conhecimentos acumulados pela humanidade e nos faz sentir as mais diversas emoções. Por meio da leitura, desenvolvemos o raciocínio, a capacidade de imaginar e argumentar. A leitura é a chave que nos permite entrar em contato com outros mundos, ampliar horizontes, desenvolver a compreensão e a comunicação. Contudo, nem sempre a leitura é encarada como prioridade na escola, pois muitos educadores priorizam a escrita, relegando a leitura para segundo plano. Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa realizada em uma escola pública do município de Santo Antonio do Aracanguá/SP, cujo objetivo foi investigar o trabalho do educador frente ao desenvolvimento do hábito e do gosto pela leitura.

Com essa visão que propomos à reflexão sobre a importância de se valorizar a leitura, buscando a melhor forma de se trabalhar, mobilizando alunos e professores ao mundo encantado da leitura, para aprender a aprender, aprender para saber e saber para ter prazer.

1. Pressupostos Teóricos

1.1 Importância da leitura

Exceto nas atividades de sistematização, ninguém lê para aprender a ler, lê-se sempre por interesse imediato. A Leitura na escola deve ser bem trabalhada de uma forma que possa dar prazer. Para Silva (1992), é necessário que o professor "mostre" claramente aos alunos o valor da leitura. O educador deve formar acervos, sobre diversos eventos, colecionando textos de interesse dos seus alunos e incentivando a leitura através de histórias contadas. É importante lembrar, que as crianças lêem quando os textos apresentam significados para ela.

Assim, a leitura espontânea, pessoal e selecionada pela criança é de fundamental importância para a formação do hábito de ler. A escolha pessoal deve ser incentivada pelos educadores, sendo que o melhor incentivo passa pela prática constante, que por sua vez, leva a formação do hábito de leitura.

Segundo Machado (2001), dois fatores relevantes conduzem uma criança a gostar de ler: *curiosidade* e *exemplo*. Por isso, é fundamental que o professor mostre interesse. Como ainda não somos uma sociedade leitora, não podemos esperar que o exemplo venha de casa, pois neste caso, correríamos o risco de condenar as futuras gerações a também não ler. Cabe a escola, quebrar esse ciclo vicioso, criando em seu espaço um ambiente leitor. Ao educador cabe dar o exemplo, desper-

tar a curiosidade dos mais jovens e incentivar o maior número de pessoas possível, em especial, seus próprios alunos.

1.2 Prática de leitura

Segundo os PCNs (2001), a leitura na escola tem sido, fundamentalmente, um objeto de ensino. Se o objetivo é formar cidadãos capazes de compreender os diferentes textos com os quais se defrontam é preciso organizar o trabalho educativo para que experimentem e aprendam isso na escola. É preciso oferecer aos alunos oportunidades diversificadas, pois é impossível formar bons leitores apenas solicitando aos alunos que leiam durante as atividades na sala de aula, apenas no livro didático, apenas porque o professor pede.

A primeira e talvez a mais importante estratégia didática para a prática de leitura, diz respeito ao trabalho com a diversidade textual. O trabalho com leitura na sala de aula deve ser diário. Há inúmeras possibilidades para isso, pois a leitura pode ser realizada: de forma silenciosa, individualmente ou em grupo, em voz alta, pela escuta de alguém que lê. Na escola, uma prática de leitura intensa é necessária por muitas razões. A leitura pode ampliar a visão de mundo e inserir o leitor na cultura letrada, estimular desejos de outras leituras, possibilitar a vivência de diferentes emoções, o exercício da fantasia, da imaginação e da criatividade, além, é claro, da aquisição e enriquecimento do vocabulário. Neste sentido, uma prática intensa de leitura na escola é, sobretudo, necessária, porque ler ensina a ler e a escrever. Nenhum ser humano que não tenha cultivado o hábito da leitura pode se tornar um bom escritor.

"quem lê criativamente, com inteligência, vivendo intensamente o que lê, tem a capacidade de *intelligir* - *intus*+ *legere*= *ler dentro* -, de ler o mundo, as pessoas, a história do

mundo, a biografia das pessoas, de interpretar, de compreender, de considerar, de superar obstáculos, limitações, prisões". Perissé (2004, p. 23).

Nas palavras de Perissé, existem os analfabetos para as entrelinhas, lembrando Guimarães Rosa, diz que estes, não são capazes de ver o semi-oculto, não entendem a alusão e não ouvem o sussurro. São pessoas que aprenderam a ler e não lêem os chamados analfabetos práticos, que apesar de saberem, muitas vezes, outros idiomas, desconhecem a sua própria língua.

O autor adverte, para o cuidado que o professor deve ter, para não incorrer no risco, de ao invés de ensinar o gosto pela leitura, ensinar o quão difícil ela pode ser.

A leitura é uma lei dura para muitos que *desaprenderam* nas aulas de alguns professores, cujo maior prazer era provar quão difícil, quão sacrificante é o ato de ler. Seu prazer era tirar o nosso na leitura. E nós, dóceis torturados, aprendemos a tratar os livros com a devida distância. Conseqüências? Atrofiamos nossa capacidade de pensar, falar e escrever (Perissé, 2004, p.p. 23-24).

Neste sentido, Perissé nos lembra que a leitura, quando bem feita, desencadeia no indivíduo "um complexo exercício interior de difícil descrição". Ao ler, o sujeito coloca em ação seus sentimentos, vontades, memória, imaginação e sua inteligência. A leitura faz surgir no indivíduo uma agitação bem organizada "como os do formigueiro e das colméias", um trabalho que gera prazer, repleto de vida e jogo.

Segundo Perissé (2004, p. 24) "ler é pensar. É ver com os olhos incansáveis do espírito. E não ler ou ler e não considerar o lido, é não gostar de ver a realidade". Desta forma, a leitura deve ser entendida como um caminho para se descobrir àquilo que ainda está por ser visto, um caminho para se desvendar a realidade e os sonhos que existem em cada ser humano.

Rocco (1996) afirma que cabe à escola desenvolver as relações entre leitura e indivíduo, em todas as suas interfaces. O professor além de atuar como mediador, para desenvolver a leitura com todo vigor é preciso que, antes de tudo, seja ele próprio um bom leitor.

Um educador que não lê, jamais trabalhará bem com a leitura. O professor precisa ler muito, gostar de ler e fazer com que os pequenos leiam. Precisa ler com eles e para eles. Saber ouvir a leitura, ainda tímida e descompassada, no início, que seus alunos fazem do texto estudado ou dos textos que eles próprios produzem. O verdadeiro educador sabe que a escola é o lugar natural da leitura.

A criança, ao iniciar sua vida escolar, espera manusear livros. O livro, o professor e a sala de aula se transformam em algo indispensável na vida da criança. Os alunos precisam saber ler diferentes tipos de textos. Nas diferentes tarefas que a vida escolar lhes coloca. Cabe ao professor criar diferentes situações de aprendizagem onde seus alunos aprendam a lidar com eles, não porque tem que realizar as tarefas escolares, mas porque a realização dessas tarefas prepara estas crianças para viverem plenamente a suas culturas.

2. Pesquisa de Campo

O problema de pesquisa apresentado neste estudo, consistiu na seguinte interrogação: O educador está comprometido com o despertar do gosto pela leitura? Para responder a esta problemática, definimos como objetivo geral: Pesquisa a atuação do docente frente ao desenvolvimento da leitura.

Para a classificação da pesquisa, baseamos-nos na taxionomia apresentada por Vergara (2000), que a qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, a pesquisa é

exploratória, pois, este tipo de pesquisa é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, o que vai de encontro com nossos objetivos.

Quanto aos meios de investigação, tratou-se de uma pesquisa ao mesmo tempo, de campo, bibliográfica e estudo de caso, cujas definições Vianna (2001), caracteriza como: pesquisa de campo – trata-se geralmente de pessoas ou grupos de pessoas as quais possam ajudar a compreender o problema estudado - A pesquisa bibliográfica procede ao levantamento de material para esclarecer o problema de pesquisa – O estudo de caso, objetiva ser um estudo detalhado profundo exaustivo de um objeto ou situação, com texto ou indivíduo, sempre permitindo o entendimento da totalidade.

Vianna (2001) define como população um conjunto de fenômenos, indivíduos que apresentam pelo menos uma característica em comum para serem objetos de investigação. A amostra representa uma parte considerada significativa da população selecionada para o estudo pretendido de acordo com o projeto da pesquisa.

Sendo assim, o objeto desta pesquisa foi a E.M.E.I.F. Prof^o Arnaldo Paulini, a população alvo foi composta por quatro professores do ensino fundamental e a amostra foi de 100% desta população.

De acordo com a autora, a técnica de coleta de dados deve possuir rigor científico de forma a facilitar a análise e o tratamento das informações. Assim, utilizamos como técnica de coleta de dados, questionários semi-estruturados e observação *in loco*, entrevistas informais e análise de documentos.

A análise dos dados foi efetivada de forma quantitativa e qualitativa, fundamentada nos estudos de Vianna (2001), segundo a qual, a técnica de análise de dados de forma qualitativa propõe a análise do conteúdo reunindo os dados em grupos

afins ou categorias, buscando interessar-se pelas relações entre esses dados para o entendimento do problema proposto para a pesquisa. Já a forma quantitativa propõe um trabalho com dados numéricos recolhido ao longo da pesquisa, utilizando recursos próprios da área.

Essa pesquisa, desenvolvida na escola municipal de ensino infantil e fundamental Prof^o Arnaldo Paulini, se estendeu por um ano, entre observações, elaborações e aplicações de questionários, observações, coleta e análise dos dados. As observações foram realizadas *in loco*, analisando situações de vivência de leitura e registrando os fatos em fichas de forma cursiva no momento em que se efetivavam as referidas observações.

O questionário aplicado foi elaborado de forma semi-estruturada, composto de quinze questões e entregues pessoalmente por estas pesquisadoras, que recolheram as respostas após três dias da data de entrega. As respostas foram tabuladas, registradas em gráficos e posteriormente, analisadas.

3. Resultado da Pesquisa

Considerando os dados obtidos, podemos observar que independente da área de atuação, os educadores da escola pesquisada estão conscientes do seu papel e do valor da leitura no mundo contemporâneo, comprometidos em formar novos leitores, conforme podemos verificar:

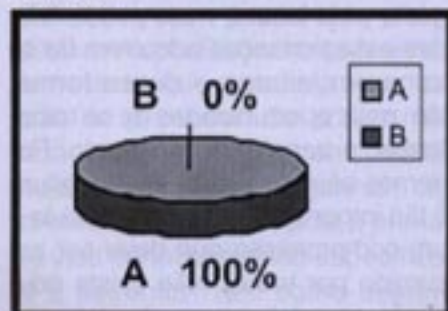


Gráfico nº 01 – Realização de Leitura em Sala de Aula

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo

O gráfico 01 evidencia que 100% dos entrevistados responderam que a leitura em sala de aula é realizada rotineiramente. Mostrando que as educadoras valorizam a leitura, trabalhando-a diariamente, contribuindo na formação de novos leitores.

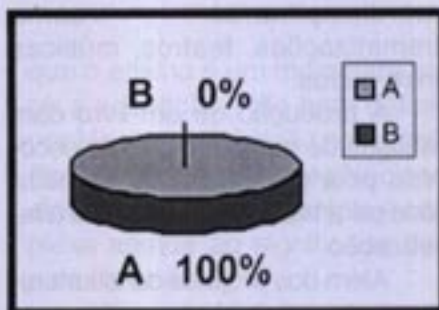


Gráfico nº 02 – Tipos de Textos Utilizados em Sala de Aula

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Ao justificar quais tipos de textos são usados para o desenvolvimento da leitura em sala de aula, todos os entrevistados responderam que trabalham com variedades de textos: textos práticos, textos informativos, textos literários, entre outros, demonstrando que entendem que o desenvolvimento da leitura só se consegue com variedades de textos, com múltiplas e diferentes experiências de leitura.

Questionados sobre a existência de algum projeto para incentivar e criar o hábito de leitura nos alunos, uma professora da quarta série afirmou ter elaborado o projeto "A Sala de Leitura para Ler", onde uma vez por semana, toda a sala faz uma pausa nos demais trabalhos para se dedicarem exclusivamente à leitura, com o objetivo de criar o hábito de leitura, enriquecer o vocabulário, cultivar a liberdade de escolha, despertar a curiosidade e conhecer vários estilos de linguagem.

Outra professora, da terceira série, afirmou que planeja trabalhar nas segundas-feiras com um jornal, às terças-feiras com a poesia, as quartas, quintas e sextas-feiras com os textos literários e contos de fa-

das.

Já a professora da segunda série afirmou que prefere trabalhar com o projeto "LOBATEANDO", que desperta o interesse e curiosidade das crianças ao ler histórias de Monteiro Lobato, proporcionando o desenvolvendo de atividades interdisciplinares como dramatizações, teatros, músicas entre outros.

A produção de um livro com cantigas de rodas é o projeto escolhido pela professora da primeira série para trabalhar a leitura na alfabetização.

Além dos projetos de leitura realizados pelas professoras em sala de aula, foi observado que a escola reconhece a importância do incentivo à leitura, uma vez que prevê em seu projeto pedagógico e em sua organização curricular, um trabalho que oportuniza aos alunos momentos de leitura com atividades de estímulo, colocando a disposição variedades de textos que contribui para que os alunos possam, com a ajuda de seus educadores, construir uma postura de leitores atentos e críticos em relação às idéias e informações que obtêm através dos diversos textos.

Para desenvolver a proposta pedagógica, a escola adaptou um espaço para o funcionamento da biblioteca escolar, onde são realizadas atividades que incitam e promovem a leitura (leitura livre, hora da história, hora da poesia, leitura de jornal, empréstimo). As atividades desenvolvidas foram planejadas em conjuntos com os docentes e a diretora da escola e são realizadas em período inverso do horário das aulas. De segunda à sexta-feira, são realizadas atividades com os alunos de primeira a quarta série do ensino fundamental. A biblioteca está equipada com uma diversidade de livros, jornais e revistas, contando entre outros, com os livros do Programa Federal *Literatura em minha casa*.

Durante as observações *in loco*, foi possível perceber que ven-

do as gravura de um livro, lendo ou ouvindo uma história diariamente, as crianças podem criar seu próprio mundo povoando-o de sonhos e fantasias, ao mesmo tempo em que inserem-se no mundo dos adultos e melhoram a percepção que possuem de seu mundo infantil.

A partir destes dados, conclui-se que as professoras compreendem a importância da leitura na vida dos alunos e se acham comprometidas com esse trabalho, contribuindo de forma efetiva, para formação de futuros leitores.

Ressaltamos, contudo, que os resultados apresentados neste artigo são parciais, posto que esta pesquisa encontra-se em fase de conclusão. Esperamos, porém, contribuir para o debate deste tema tão importante e salutar no meio educacional e para a inspiração de futuros trabalhos nesta área.

Conclusão

Ao concluirmos esta pesquisa, podemos afirmar que os educadores da escola estudada fazem uso dos mais variados recursos, oportunizando aos alunos às aventuras ainda não vividas na realidade, desenvolvendo o prazer e a beleza de ler. As atividades de leitura e o convívio com o livro resultam para esses pequenos, num alargamento de horizontes, no descortinar de uma realidade possível e em uma reestruturação de suas leituras de mundo.

Assim, quanto mais tomam gosto pela leitura, mais possibilitadas essas crianças adquirem de se tornarem leitoras e dessa forma, têm mais oportunidades de se transformar e transformar o mundo. Podemos afirmar, assim, que a leitura é tão importante e que incentivá-la é um compromisso que deve ser assumido por todos. Não existe educação completa sem o domínio pleno da leitura. A criança precisa ler e dominar a leitura, como se fosse mais um dos seus sentidos. São

estes, um dos fundamentos básicos para o alcance do conhecimento essencial na construção de um verdadeiro cidadão, pleno e consciente da realidade a sua volta. A inquestionável comprometimento das educadoras da escola, objeto deste estudo, indica caminhos que devem servir de exemplo aos profissionais que ainda acreditam que a leitura pode ser relegada a um segundo plano e que nem sempre estabelecem, eles próprios, uma boa relação com a leitura.

Neste sentido, entendemos que o professor que ainda não se familiarizou com a leitura, deve investir em sua formação continuada, buscando, imediatamente, suprir suas deficiências que certamente existem sob pena de contribuir para o fracasso escolar daqueles a quem deseja educar.

O educador desempenha, portanto, papel de extrema relevância neste cenário, pois é ele o mediador da leitura em sua sala de aula, cabendo a ele proporcionar condições para que seus educandos estabeleçam contato com a leitura e através dela, desenvolvam o gosto, o prazer, paixão pelo ato de ler e comente, por tudo aquilo que isso representa: ampliação do vocabulário, desenvolvimento da criatividade, imaginação, postura crítica, participação ativa na sociedade, e outros inúmeros benefícios. Só a leitura prazerosa pode proporcionar.

BIBLIOGRAFIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes. *Leitura e participação*. SP: Sara, 2001.

BARBOSA, José Juvêncio. *Alfabetização e Leitura*. São Paulo: Cortez, 1991.

CAVALCANTI, Zélia. *Livros e leitura* - Brasília, Ministério da Educação do Desporto, Secretaria da Educação à Distância, 1996. (Cadernos TV escola).

ENSINAR OU EDUCAR: QUAL É O PAPEL DA ESCOLA?

PROFª Marialba da Glória Garcia Carneiro.
FIU - FACULDADES INTEGRADAS URUBUNGÁ

As definições de Ensino e Educação são diferentes, entretanto existe uma preocupação muito grande com ensino de qualidade.

Se Ensino e Educação não possuem o mesmo significado, como a escola deverá atuar?

Façamos uma reflexão sobre as definições dos dois verbetes em pauta.

Ensino: Transmissão de conhecimentos, informações ou esclarecimentos úteis ou indispensáveis à educação.

Educação: Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando a sua melhor integração individual e social.

Observem que o ensino trata-se de uma das partes da educação segundo uma das definições do dicionário Aurélio.

Para Moran, (2.000) no ensino organiza-se uma série de atividades para ajudar os alunos a compreenderem áreas específicas do conhecimento. Na educação, o foco além de ensinar, é ajudar a integrar ensino e vida, conhecimento e ética, reflexão e ação, a ter uma visão de totalidade. Educar é ajudar a integrar todas as dimensões da vida, a encontrar o nosso caminho intelec-

tual, emocional, profissional, que nos realize e que contribua para modificar a sociedade que temos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) consideram que os conteúdos e/ou atividades organizadas pelos professores são apenas um meio para o desenvolvimento das capacidades necessárias que são o eixo para a formação do aluno.

As capacidades supra mencionadas são as seguintes:

- a) cognitivas
- b) afetivas
- c) motoras
- d) éticas
- e) estéticas
- f) de relação inter-pessoal
- g) de inserção social

Nota-se que existe uma relação muito estreita entre o conceito de ensino de Moran e o processo de ensino proposto pelos parâmetros. Podemos observar entretanto, que embora a organização do processo de ensino nas duas citações aqui mencionadas sejam parecidas, elas ganham significados diferentes, pois a primeira visa conhecimentos específicos e a segunda tem como objetivo desenvolver as diversas capacidades para formar o aluno para a vida.

Os Parâmetros esclarecem

que o ensino é um meio para atingir a educação, tão bem definida por Moran. A definição posta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais ainda que bem mais ampla e complexa atende ao significado dado pelo dicionário.

Não se trata de banalizar a importância dos conteúdos. É evidente que todos os alunos devem ter acesso ao conhecimento socialmente elaborado como meio para o exercício da cidadania.

Trata-se de proporcionar um ensino e/ou uma aprendizagem significativa onde o aluno consiga estabelecer relações substantivas e não arbitrárias com os seus conhecimentos prévios.

Pode-se então dizer, que o ensino de qualidade será o condutor da educação tão almejada.

Resta então saber o que seria este ensino de qualidade.

Veja algumas variáveis a seguir:

— Uma organização inovadora, aberta, dinâmica, com um projeto pedagógico coerente, aberto, participativo...(MORAN - 2000);

— O Professor "aprendendo a aprender", abrindo caminhos de busca e investigação para a produção do seu conhecimento e do seu aluno. (BEHRENS 2.000);

— Trata-se de re-conectar o conhecimento que foi segmentado em partes e reassumir o todo. A visão de superar não é fazer desaparecer, mas progredir na reaproximação do todo. "Pois o todo está em cada uma das partes e ao mesmo tempo, o todo é

qualitativamente diferente do que a soma das partes". (Cardoso - 1995);

— O reconhecimento da era digital como uma nova forma de categorizar o conhecimento... (BEHRENS - 2.000);

— Deve favorecer a aptidão da mente para formular e resolver problemas essenciais e de forma correlata estimular o uso total da inteligência geral. (MORIN - 2000);

— É uma intervenção que vai além dos conteúdos, bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica a reprodução da ideologia dominante quanto ao seu desmascaramento. (FREIRE - 1987);

Analisando os recortes de pensamentos de alguns de nossos intelectuais da educação sobre a qualidade de ensino e/ou educação, fica cada vez mais evidente que a função do professor e da escola, de fato, é complexa e abrangente, pois ao assumir o dever de promover o ensino, assume também o dever de bem educar independente do contexto escolar (de violência, de miséria ou de classe alta) em que está atuando.

O seu trabalho requer uma organização inovadora com um projeto coerente ao tipo de contexto no qual a escola está inserida, para que o professor possa ser um investigador interdisciplinar, utilizando de todos os benefícios que a era digital nos oferece, estimulando o uso da inteligência geral dos alunos para desmascarar a ideologia dominante e transformar esta so-

cidade em uma outra mais justa.

Para Morin (2.000), a soberania do povo cidadão comporta ao mesmo tempo a auto-limitação dessa soberania pela obediência às leis e à transferência da soberania aos eleitos. Necessita do consenso da maioria e do respeito as regras democráticas. Mas, necessita de **diversidade**.

Ou seja: se a escola não promover um ensino de qualidade desenvolvendo todas as capacidades intelectuais, sociais, emocionais para enfim, fazer com que nossos alunos tenham uma visão do todo, nós jamais seremos de fato soberanos, a nossa soberania somente acontece no momento em que escolhemos os nossos representantes, e os mesmos é que decidem os nossos destinos.

O ensino de qualidade há de promover de fato a EDUCAÇÃO de que a sociedade necessita, para

que a humanidade possa viver a verdadeira democracia.

E só viveremos esta democracia quando todo e qualquer cidadão do mundo tiver as mesmas oportunidades de crescimento.

"Não conhecemos o caminho. O Caminho se faz ao caminhar". (MORIN -2000).

Resumo: O presente trabalho tem a finalidade de refletir o papel da educação enquanto formadora de pessoas e questionar o tão comentado ensino de qualidade. O mesmo não tem a pretensão de formalizar conceitos prontos e acabados sobre o que de fato seria ensino de qualidade e sim apontar o ponto de chegada da educação formadora.

Palavras-Chaves: ensino; educação; capacidades; democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. *Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: 1ª à 4ª Séries do Ensino Fundamental; Introdução dos Parâmetros Curriculares*. Brasília: MEC/SEF, 1997

BEHRENS, Marilda Aparecida. *Novas Tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus, 2.000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 17ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, Unesco 2.000.

MORAN, José Manuel. *Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica*. Campinas: Papirus 2.000.



Faculdades Integradas Urubupungá

Tornando seus sonhos realidade

QUALIDADE DO ATENDIMENTO NA VISÃO DO CONSUMIDOR SUDMENNUCENSE

Ana Paula Ferreira Boer
Adriana de Oliveira Hansen

FIU – Faculdades Integradas Urubupungá, Pereira Barreto

Resumo: A capacidade de uma empresa em se manter no mercado consumidor dependerá da oferta de produtos e serviços com qualidade aceitável e uniforme, observando demais variáveis como o processo de venda, preço, pós-venda e a continuidade dos padrões de qualidade.

A competição entre as empresas vem se tornando acirrada e proporciona tantas opções que se torna mais fácil para o consumidor trocar de empresa ou produto do que reclamar. Portanto, a pesquisa desenvolvida vem abordar esse diferencial competitivo que pode estar num simples atendimento.

Palavras-Chaves: Atendimento; Qualidade; Cliente

Por muitos anos, a qualidade era vista como um diferencial competitivo. Porém, foi após a segunda guerra mundial que o Dr. W. Edwards Deming, que trabalhava com a qualidade dos produtos, e o consultor norte-americano Dr. Joseph M. Juran passaram a defender a qualidade como "atender as necessidades dos clientes". O termo "Qualidade Total" só viria surgir duas décadas depois por volta de 1.961, quando um Dr. nor-

te-americano chamado Armand V. Feigenbaum, que trabalhava com controle de qualidade na matriz da General Electric, publicou um livro intitulado "*Total Quality Control: Engineering and Management*" (Controle da Qualidade Total: Engenharia e Administração).

Todavia, nos dias atuais, um dos mais importantes valores da empresa é a Qualidade. Qualidade não é apenas uma arma competitiva, é um imperativo para a sobrevivência de uma empresa e está relacionada com o pleno atendimento das necessidades das pessoas envolvidas no processo (como clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores, sociedade em geral), em relação ao produto ou serviço oferecido. "Qualidade é a chave da economia de uma nação. É requisito essencial em qualquer produto" (PARATHMAN, 1990 p.1).

Como a qualidade deve estar presente em todo produto ou serviço, Cassarro (1994) diz que muitas vendas e clientes são perdidos diariamente devido a atendimentos inadequados e desinteressados por parte dos vendedores de uma empresa, a qual tem por objetivo atender aos clientes e realizar vendas. Temos por atendimento a ação de acolher com atenção

e cortesia o cliente e, como qualidade, o modo de se realizar essa ação. Cliente bem atendido além de voltar a comprar e negociar com a empresa, a divulga trazendo novos clientes. Todavia quando não se sente bem atendido leva sua opinião negativa a um número muito maior de pessoas que, conseqüentemente, optarão pelo concorrente. É necessário lembrar que estamos numa era de competição em que de fato satisfazer o cliente é indispensável para a sobrevivência e sucesso da empresa.

Portanto, neste trabalho serão abordados alguns mandamentos sobre o estilo de trabalho que sugerem como atender e ganhar um cliente fiel. Dentre eles encontramos os seguintes itens:

- **Qualidade do Produto**
Consiste na escolha de um produto de qualidade, na apresentação e aparência deste, no preço que muitas vezes é considerado fator de qualidade, condições de pagamento e prazo de entrega.
- **Qualidade do Atendimento ao Cliente**
O vendedor deve ter o desejo de ajudar o cliente e fornecer seu serviço assim como deve ter competência, no que diz respeito a cortesia, educação e cordialidade; Devê transmitir confiança e honestidade, além de manter o cliente informado sobre o produto e ter a capacidade de respostas a situa-

ções não previstas.

- Momento da Verdade

A satisfação total do cliente depende de todo e qualquer episódio que transmita alguma impressão sobre a Empresa, seus colaboradores, seu serviço, que contribui para a formação da sua imagem; É como afirma Gretz (2001), pois é preciso fazer certo desde a primeira vez, em todos os pontos de contato com o cliente, tornando essa, uma oportunidade de atendê-lo bem e conservá-lo.

- Atender para Encantar

Atender, satisfazer e encantar, formam uma escala de excelência. Uma Empresa só alcança qualidade quando surpreende os clientes, realizando seus desejos intrínsecos e superando suas expectativas. Tal fato exige percepção e imaginação e o que surpreende hoje pode se tornar rotina quando muitos passam a oferecer a 'surpresa'. Produtos ou serviços estão associados, às vezes, às necessidades psicológicas do que essenciais ou básicas. Sendo assim, um bom atendimento pode se tornar um fator de impacto psicológico, o que muitas vezes poderá surpreender os clientes, gerando compras não previstas e fidelidade por parte do cliente.

- Na Direção Certa

Quando se direciona os esforços da empresa para a satisfação do cliente, muitas vantagens podem ser obtidas, como a vantagem competitiva em relação à concorrência, a garantia de sobrevivência e desenvolvimento da empresa, a fidelidade dos clientes e o encantamento por inovações que atendam expectativas e necessidades até então desconhecidas por ele próprio como maior lucratividade, devido às vendas e

mercado, além da redução dos custos da não-qualidade.

Visando aprofundar no assunto e observar as variáveis que são mais ressaltadas pelos consumidores no ato de uma compra é que foi desenvolvida uma pesquisa que destacasse a opinião desses consumidores, uma vez que tais resultados revelariam pontos positivos para uma melhor análise. A presente pesquisa, procurando atender as exigências do tema e avaliar a qualidade do atendimento no comércio de Sud Mennucci, tem como objetivo a análise, através da obtenção de informações precisas, da importância da qualidade do atendimento para o cliente e da relação entre atendente/cliente, em se tratando de atendimento.

Portanto o questionamento utilizado para orientar na pesquisa girou em torno de traçar o perfil socioeconômico e cultural, além do levantamento de opiniões sobre o atendimento no comércio de Sud Mennucci, o comportamento dos atendentes, o possível abandono de um estabelecimento para efetuar uma compra num comércio concorrente, devido certas variáveis (como ter encontrado um produto melhor em outro estabelecimento, como ter encontrado produto mais barato, pela baixa qualidade do serviço oferecido, pela falta de atenção individual e porque o atendimento tenha sido rude) e o grau de importância de algumas variáveis, dentre elas:

- Confiabilidade;
- Conhecimento e cortesia do atendente;
- Grau de atenção individual do atendente;
- Receptividade;
- Instalações físicas e capacidade do pessoal;
- Conhecimentos sobre a empresa, produtos e serviços;
- Facilidade da comunicação

por parte dos atendentes;

- Relacionamento dos entrevistados com os vendedores;
- Organização do produto para efetuar a venda; e
- Aparência física e conduta dos atendentes.

a- Estrutura e Metodologia da Pesquisa

- A pesquisa é de caráter exploratório, ou seja, utilizada para levantar hipóteses e características então ignoradas e com abordagem qualitativa;

b- Seleção de Amostra

- *Universo*: 120 chefes de família acima de 18 anos;
- *Abrangência*: Cidade de Sud Mennucci, dividido em nove setores compostos pelos bairros;
- *Perfil das pessoas que responderam a pesquisa*: Todas as classes sociais.

c- Forma de Pesquisa

- *Levantamento*: Embasamento teórico e textos diversos;
- *Cronograma*: De fevereiro a agosto de 2004;
- *Período da pesquisa*: De Junho a Julho de 2004, uma vez que as aplicações dos questionários foram feitos apenas nos domingos;
- *Elaboração do questionário*: Composto por perguntas fechadas, de múltipla escolha.
- *Trabalho de campo*: Equipe com duas pessoas;
- *Critério*: Foram divididos 14 questionários por bairro (setor), com exceção do setor de número 9 (centro) no qual foram aplicados apenas oito, devido ao fato de ser constituído, em grande parte, de lojas. As aplicações destes foram feitas nas residências, de forma alternada, observando que a casa que estivesse vazia seria eliminada e a abordagem aconteceria na próxima. Nos bairros que conti-

nham menos casas, foi aplicado um questionário a cada cinco casas. Nos bairros que continham mais casas, foram aplicados de dois a três questionários, um em cada esquina e o outro no centro do outro lado da rua, sempre mantendo uma distância paralela.

d- Análise dos Dados:

- Cálculo da margem de erro da amostra: Margem de 5% para mais e para menos;
- Elaboração de tabelas e gráficos.

e- Resultados: Perfil socioeconômico e cultural dos entrevistados

Responderam à pesquisa 92 pessoas do sexo feminino e 28 do sexo masculino. A faixa etária das pessoas que mais responderam ao questionário é de 34 a 42 anos, o que totaliza 38% do total dos entrevistados. O grau de escolaridade em média é baixo, uma vez que 4% têm curso superior; 27% possuem ensino médio completo; 36% têm o ensino fundamental incompleto; 16% possuem educação superior incompleto; Em igual porcentagem, (12%) dos entrevistados possuem ensino fundamental completo e ensino médio incompleto e 5% não têm instrução.

A renda média familiar do consumidor sudmennucense é de aproximadamente R\$ 686,83 (Seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta e três centavos).

f- Opinião do consumidor a respeito da qualidade do atendimento do comércio de Sud Mennucci

A classificação do atendimento do comércio sudmennucense, segundo os resultados apontados pela pesquisa, foi positiva. Em 55% dos entrevistados, as opiniões apontaram que o atendi-

mento está "bom" e 15% disseram que está "ótimo". Todavia, ainda há muito que melhorar, uma vez que encontramos pessoas descontentes com o atendimento, pois 25% dos consumidores disseram estar "regular" e 4% disseram estar "pessimista". A presente pesquisa questionou o comportamento dos atendentes, utilizando-se da frequência como forma de medida. Isso pode ser melhor visualizado no gráfico 1 a seguir:

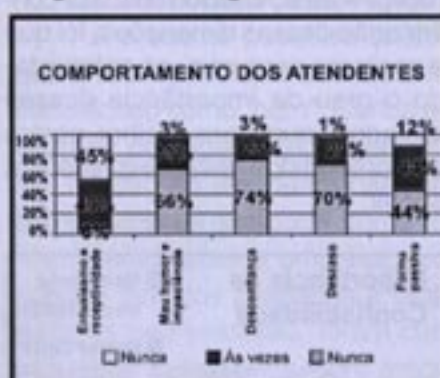


Gráfico 1. Comportamento dos atendentes, segundo o consumidor

Fonte: Dados da pesquisa sobre a opinião do consumidor sudmennucense

Conforme foi possível observar 45% dos entrevistados (ou seja, 54 pessoas) os atendentes do comércio sudmennucense estão sempre entusiasmados em atender e receber seus clientes e consumidores. Segundo 65,8% dos entrevistados nunca tiveram problemas com mau humor e impaciência na hora de ser atendido e nem perceberam nenhum comportamento de desconfiança (74,1%). Continuando o questionamento, 70% das pessoas responderam que não perceberam nenhum tipo de descaso. Os entrevistados ainda disseram ter encontrado, em igual escala (44,1%), vendedores que atendem de forma passiva, ou seja, não sendo tão mal atendidos, porém nem

tão bem tratados. Este, entre outros pontos, é que ainda precisa ser melhorado.

A pesquisa questionou o possível abandono do cliente a um determinado estabelecimento do comércio de Sud Mennucci para comprar em um outro da mesma cidade ou de outro município. Responderam que "sim", para comprar em outro estabelecimento local, 54% e para comprar em outro município 57%. Confira:

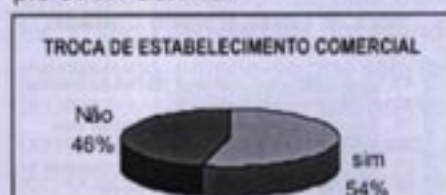


Gráfico 2. Quantidade de consumidores que trocaram de estabelecimento local.



Gráfico 3. Consumidores que trocaram de estabelecimento local por estabelecimento para o concorrente de outra cidade

Fontes: Dados da pesquisa sobre a opinião do consumidor sudmennucense

Observando a resposta, perguntamos qual o motivo da troca. Foi possível notar que o maior motivo do abandono de um determinado estabelecimento tanto para o concorrente da mesma cidade quanto para o de outra cidade foi por terem encontrado produtos mais baratos. O primeiro gráfico mostra que 41 pessoas que tiveram resposta afirmativa fora pelo preço e 12 pelo atendimento rude. No segundo gráfico o preço foi o motivo de 40 pessoas e de 7 por terem encontrado produtos melhores no concorrente. Comprove a seguir:

Dados da pesquisa

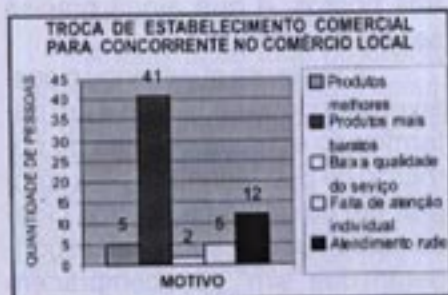


Gráfico 4. Abandono de estabelecimento para concorrente local

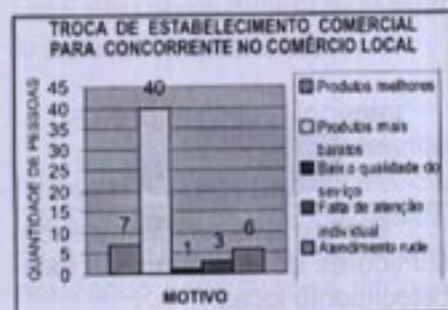


Gráfico 5. Abandono de estabelecimento - Dados da pesquisa concorrente de outra cidade

Fontes: Dados da pesquisa sobre a opinião do consumidor sudmennucense

Considerando que a qualidade do atendimento se dá na forma que o atendente recepciona e atende o cliente/consumidor surpreendendo-o, foi perguntado ao entrevistado qual a sua preferência no ato do atendimento individual em relação ao comportamento e a posição que o atendente deve tomar. Confira os resultados:

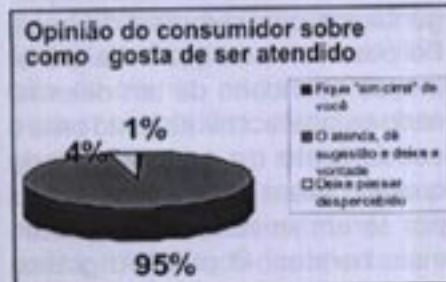


Gráfico 6. Como o consumidor gosta de ser atendido

Fonte: Dados da pesquisa sobre a opinião do consumidor sudmennucense

Segundo Whiteley (1992, p. 26) "as companhias geralmente não conseguem saber as opiniões de seus clientes", pois a qualidade do atendimento é difícil de mensurar. O autor ainda menciona uma pesquisa, na qual descrevia a qualidade do atendimento como possuidora de 5 dimensões, que devem ser levadas em consideração pelas empresas. São elas a confiabilidade, a convicção, os aspectos tangíveis (instalações físicas, etc), empatia e receptividade. Visando buscar a confirmação dessas dimensões, foi que a pesquisa perguntou ao entrevistado o grau de importância desses atributos, que para melhor serem compreendidos, estão expressos a seguir:

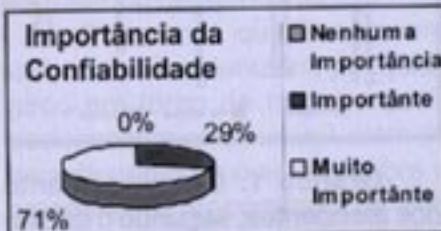


Gráfico 7 - Importância da confiabilidade



Gráfico 8 - Importância da atenção individual

Fonte: Dados da pesquisa sobre a opinião do consumidor sudmennucense

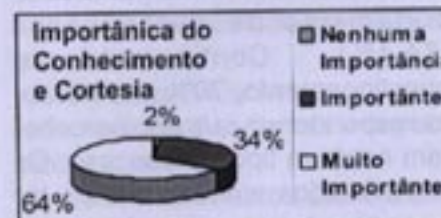


Gráfico 9 - Importância do conhecimento e cortesia

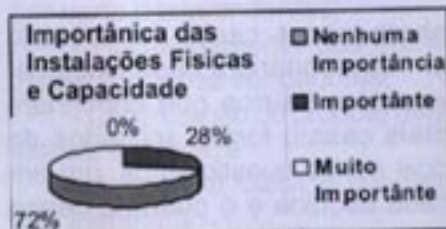


Gráfico 10 - Importância dos aspectos físicos

Fonte: Dados da pesquisa sobre a opinião do consumidor sudmennucense

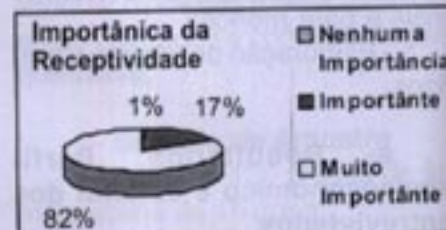


Gráfico 11 - Importância da receptividade

Fonte: Dados da pesquisa sobre a opinião do consumidor sudmennucense

De acordo com Cassaro (1994) o bom (boa) atendente-vendedor (a) no mínimo deverá ter 5 requisitos, os quais também foram identificados e questionados, através de conceitos. Tome nota:

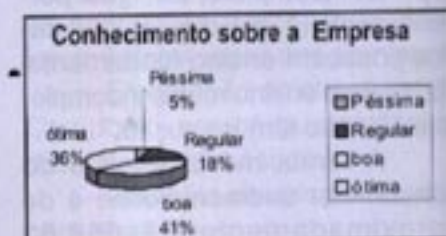


Gráfico 12 - Opinião sobre o conhecimento sobre empresa



Gráfico 13 - Opinião sobre a facilidade de a facilidade de comunicação

Fonte: Dados da pesquisa sobre a opinião do consumidor Sudmennucense

Relacionamento com o Cliente

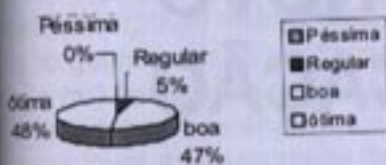


Gráfico 14 – Importância do relacionamento com o cliente

Organização

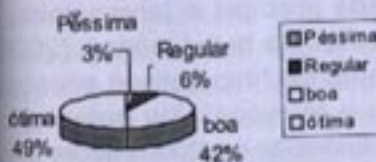


Gráfico 15 – Importância da organização para efetivar uma venda

Fonte: Dados da pesquisa sobre a opinião do consumidor Sudmennucense

Aparência Física

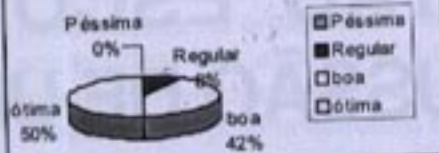


Gráfico 16 – Importância da aparência

Fonte: Dados da pesquisa sobre a opinião do consumidor Sudmennucense

2. Considerações Finais

A presente pesquisa relatou que o atendimento no comércio foi classificado como "bom". Certos requisitos considerados essenciais em relação ao atendente para um atendimento de qualidade, como conhecimento sobre a empresa, produtos e serviços prestados e facilidade de comunicação, foram considerados satisfatórios, com média 7,34 e 7 respectivamente. Foi possível observar que todas as variáveis foram bem aceitas pelos consumi-

dores.

Todavia, muitos clientes ao poucos continuam abandonando o comércio local. Segundo eles, melhorias devem ser feitas. Durante a pesquisa eles, revelaram o que Whiteley (1992) já afirmava quando diz que os clientes não se queixam, pois pensam que reclamar não vai dar em nada e se torna difícil, uma vez que eles próprios poderiam se desentender. Considerando que um dos maiores motivos do abandono foi o preço seguido de um atendimento rude, propõe-se que seja feita uma revisão na política de preços, possivelmente negociando junto a fornecedores aproveitando essa relação empresário/fornecedor para que tal coisa aconteça. Quanto ao atendimento, sugere-se um treinamento para os atendentes de como atender e vender, baseando-se em pesquisas de livros, que é algo pouco dispendioso e é possível encontrar uma vasta bibliografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTA, Darci. et al. *Fundamentos de Marketing*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CASSARRO, Antônio Carlos. *Atender é Vender – Técnicas de Atendimento e Vendas*. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1994.

FORTE, Charles David, RAMIREZ, Paulo. *Programa Profissão – Gestão Empresarial*. São Paulo: Copidart, 2002.

GRETZ, João Roberto. *É ób-*

viol Qualidade Real ao Alcance de Todos. 12. ed. Florianópolis: Viabilização de Talentos Humanos S/C Ltda, 2001.

Informações sobre qualidade total. São Paulo: 2004. Apresenta informações sobre os 5 mandamentos para um estilo de trabalho. Disponível em: http://www.engwhere.com.br/engenharia/qualidade_total.htm, Acesso em 05 de julho de 2004.

LOBOS, Julio. *Qualidade!*

Através das pessoas. 10ª Ed. São Paulo: Julio Lobos, 1991.

PARANTHAMAN, D. *Controle da Qualidade*. Tradução de: Flávio Deny Steffen, Technical Teacher's Training Institute, Madras. São Paulo: McGraw-Hill, 1990.

WHITELEY, Richard C. *A empresa totalmente voltada para o cliente: Do Planejamento à ação*. Tradução: Ivo Korytowski. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GESTÃO ESCOLAR: A DISCUSSÃO DE UM NOVO PARADIGMA NA EDUCAÇÃO

Marco Antonio Costa da Silva

FIU - Faculdades Integradas Urubupungá

Telma Romilda Duarte Vaz

FIU - Faculdades Integradas Urubupungá

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre o quadro sócio-político e cultural que apresenta novos desafios a educadores e gestores das instituições educacionais. Assim, questões inquietantes e provocadoras se impõem, e merecem ser repensadas, entre elas destacam-se: entender melhor as mudanças as quais está sendo submetida a educação e a escola; discutir um novo paradigma de gestão administrativa para a escola e; discutir a questão da formação dos gestores educacionais.

1. Introdução

Existe hoje, um certo consenso entre estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento, de que vivemos em tempos de mudanças. Essas mudanças ocorrem, principalmente a partir da década de 80, nas esferas política, econômica, tecnológica e social, e para muitos, não tem precedentes na história da humanidade.

Nos anos 90, com as políticas econômicas que privilegiaram maior abertura a empresas estrangeiras no mercado brasileiro, verificaram mudanças nas empresas que

operam em nosso país, quer sejam públicas ou privadas. Essas mudanças ocorreram em vários níveis englobando entre eles o setor administrativo. As organizações produtivas mudaram suas áreas de produção, vendas, marketing, logística, recursos humanos com a implementação de novos programas, políticas e conceitos.

O início da década de 90 foi marcado pelo discurso dos programas de qualidade, que buscavam aumentar a competitividade das empresas com mudanças, principalmente, nas práticas de produção e gestão, contemplando a participação dos empregados nos processos decisórios, enriquecimento de tarefas, melhora continuada de produtos e serviços, entre outras medidas. Esse novo paradigma atingiu primeiro as empresas privadas e, posteriormente, passou a fazer parte da retórica das organizações públicas sendo utilizado por órgãos públicos, em diferentes esferas, atingindo de forma especial, as organizações de ensino, no que se refere a sua administração.

Neste sentido, um novo conceito de qualidade aplicado à educação e a administração das escolas têm como objetivo, conferir

maior eficiência e eficácia as práticas de gestão, isso, por intermédio de ferramentas de controle e avaliação de resultados, cuja finalidade principal e talvez única, é atender ao que Libâneo (2004), chama de "imperativos econômicos e técnicos". No entanto, as experiências e estudos sobre a administração escolar têm demonstrado que, não obstante a discussão e o surgimento de casos bem sucedidos de administração voltados para a qualidade da educação, os gestores educacionais e as formas de gestão praticados, na grande maioria das escolas, se mostram incapazes de dar conta das demandas atuais da sociedade, à medida que o seu objetivo principal não é atingido: a educação de qualidade e formação de um cidadão pleno.

Por outro lado, diferentes enfoques e ideologias são apresentados e colocados em discussão como forma de melhorar a qualidade da educação oferecida nas escolas brasileiras. Contudo, pesquisadores, gestores, políticos e técnicos em planejamento convergem em dois pontos: 1) - a necessidade do desenvolvimento de um referencial teórico-prático que supere a aplicação de teorias de administração, alicerçadas nos modelos taylorista/fordista, que atendem, especificamente, aos interesses de empresas que atuam nos moldes capitalistas de produção, sem considerar no caso das escolas, suas especificidades e; 2)

a necessidade de formação de recursos humanos capacitados a atuar em um paradigma de gestão completamente diferenciado de uma empresa capitalista. Wittmann (2000) reforça essa posição quando afirma ser necessário a (re) construção teórico-prática da educação, alertando em especial, para a reconstrução da dimensão administrativa da educação.

Trata-se, portanto, de um quadro sócio-político e cultural que apresenta novos desafios a educadores e gestores das instituições educacionais. Assim, questões inquietantes e provocadoras se impõem, e merecem ser repensadas, entre elas destacam-se: entender melhor as mudanças as quais está sendo submetida à educação e a escola; discutir um novo paradigma de gestão administrativa para a escola e; discutir a questão da formação dos gestores educacionais.

2. As Mudanças Sociais e a Educação

Acordo com a percepção de pesquisadores, a educação como prática social vem passando por inúmeras e importantes transformações. Os desafios que ora se apresentam, decorrentes de mudanças em todas as esferas da sociedade extrapolam o campo dos enfoques estritamente técnicos. Entretanto, em linhas gerais, grande parte das tentativas de se traçar novos caminhos para o ensino ainda hoje se baseiam numa adaptação linear ao sistema produtivo industrial, numa espécie de imitação sem reflexão de seu modelo e de sua eficiência. Esta compreensão parece dominar as discussões entre os especialistas da educação. Porém, pelo calor do embate teórico-prático percebe-se que ainda estamos longe de atin-

gir os resultados desejados.

As recentes e profundas modificações na organização das sociedades, das aspirações humanas, do nível de consciência dos cidadãos e da própria estrutura de relações entre as nações, vêm impondo mudanças de tal vulto na ordem mundial que se torna imprescindível repensar a própria forma de encarar a educação, visto que ela, como prática social ou intervenção no processo de formação das pessoas, vem passando por transformações que Wittmann (2000), denomina de metamorfose significativa ou revolucionária.

A educação é o processo de valorização, reprodução e construção dos significados e dos valores humanos. Dessa forma, as conquistas democráticas do século XX passam a marcar profundamente o sentido da educação e as opções que se faz para incorporar as massas e dar-lhes acesso universal ao ensino. É nesse contexto que surgem as políticas de educação popular, de educação para o trabalho, de universalização do ensino, de respeito ao aluno.

A educação não pode ser considerada apenas como mecanismo de formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Educação é parte essencial do processo social de construção da humanidade em cada pessoa. Esse cidadão em construção será, crescentemente, chamado a descortinar novos caminhos, novas alternativas, novas formas de se conquistar o bem-estar da humanidade, combinando isso com o respeito ao meio ambiente e aos demais seres vivos.

Nos tempos atuais, a educação é solicitada, cada vez mais, a assumir um papel singular na construção de uma sociedade mais homogênea e democrática. A educação é considerada, por todos os segmentos da sociedade,

como condição *sine qua non* capaz de oferecer oportunidades as pessoas de conhecer, construir e reconstruir o conhecimento humano. Desta forma a educação é ao mesmo tempo causa, consequência e a condição para o exercício da mudança em todas as áreas de conhecimento, o que traz impactos diretos a todos os segmentos da sociedade.

Ao realizarmos uma breve avaliação da evolução da humanidade com base no avanço tecnológico, adotando como referência a evolução material e a multiplicidade e utilidade dos produtos hoje disponíveis no mercado de consumo, considerando apenas os benefícios que estes avanços podem nos trazer, perceberemos que é inegável e extraordinário o estágio de evolução alcançado pelo homem. Essa evolução é percebida também em outras áreas de atividade humana, como política, economia, artes, entre outras, e demonstra grande capacidade do modelo neoliberal, capitalista de produção de evoluir e de estar na vanguarda de muitas das mudanças sociais. Por outro lado, conforme afirma Pazeto (2000) a escola, como uma instituição importante e tradicionalmente reconhecida pela sociedade, seguiu por caminhos e ritmos diferentes o que não permitiu uma sintonia entre as mudanças mencionadas e a evolução da educação e da escola enquanto instituição.

Uma reorientação na estrutura e na lógica da educação, abordando-a de forma mais ampla e integrada, poderia ser um bom início para uma renovação neste processo. As condições para que a educação fosse repensada ocorreram, principalmente, a partir da abertura política da década de 80 e da própria mudança na concepção de gestão pública.

Na esfera pública, o desafio

posto para a gestão pública, foi de como transformar estruturas burocráticas, hierarquizadas, mecanicistas e, conseqüentemente, incapazes de responder as necessidades sociais, em organizações flexíveis e orgânicas. Esse processo de racionalização organizacional implica a adoção, pelas organizações públicas, de padrões de gestão teórico-práticos próprios, que, no entanto, devem partir dos referenciais teóricos práticos desenvolvidos pela teoria geral da administração. Trata-se de buscar a eficiência e a eficácia da organização pública, rompendo com modelos tradicionais de administrar e introduzindo uma cultura de gestão que considere as características da empresa pública.

3. A Educação e seu Referencial Teórico-prático

Em todas as esferas da sociedade, com suas instituições públicas, privadas e organizações sem fins lucrativos, o conceito e a prática da administração são considerados meio fundamentais para que as organizações possam atingir seus objetivos, avaliar sua burocracia, a qualidade e o alcance dos seus resultados e, ainda, acompanhar ou estar na vanguarda das mudanças sociais, políticas e econômicas da sociedade. Desta forma, a administração pode ser entendida como uma metodologia capaz de oferecer caminhos para que as organizações sejam capazes de gerar sinergia para o alcance dos seus objetivos.

De acordo com Pazeto (2000) a instituição educacional está sendo desafiada a assumir novos papéis para os quais ela não tem consciência e não está preparada. Para o autor, a complexidade das relações políticas e sociais, decorrentes das mudanças, solicita da

organização educacional uma nova postura que seja capaz de romper com paradigmas tradicionais de administração escolar. Entendemos aqui que administração escolar significa a coordenação de propósitos, ações e recursos que uma instituição empreende para alcançar objetivos institucionais e sociais propostos.

Pazeto (2000, p.163), conceitua gestão escolar como:

Uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e articulação de todas as condições materiais e humanos necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino, orientados para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos, de modo a torna-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento.

Para a autora, a gestão educacional deve propiciar condições para que a realização de objetivos avançados, de acordo com as demandas da sociedade, possam ser alcançados pelas escolas.

Uma simples análise do modelo de gestão das instituições escolares brasileiras evidencia o hiato existente entre os conceitos de gestão escolar propostos e a realidade encontrada na prática das instituições.

As teorias clássicas administrativas, cujas propostas defendem a eficiência e a racionalidade técnica como modelo burocrático, aliadas ao ideário da nova escola, influenciou de forma espetacular a administração escolar a partir dos anos 30. A influência destas propostas retira da administração escolar a ênfase de suas atividades fins, aspectos pedagógicos,

direcionando-as quase que especificamente, ao processo, ou seja, aos recursos utilizados para atingir estes objetivos. Estas teorias defendem pressupostos que valorizam acima de tudo, a eficiência econômica.

Contudo, as teorias administrativas não dão conta das especificidades próprias da Instituição escolar. Por outro lado, as teorias que almejam estudar o cotidiano em suas distintas formas organizacionais apontam diferentes abordagens e nos permite identificar as peculiaridades específicas das diferentes organizações. Assim, a partir destes pressupostos, é possível refletir sobre as questões relativas à administração escolar, esperando estabelecer uma diretriz que nos ajude a pensar as práticas da gestão escolar comumente utilizadas em instituições de ensino.

Considerando estudos de Libâneo (2004), começaremos por expor alguns conceitos que caracterizam a organização, administração ou gestão escolar. De acordo com o autor, os termos usados possuem significados muito próximos, por exemplo, o termo "organizar", quer dizer "dispor de forma ordenada, articular as partes de um todo", já "administrar" refere-se ao ato de governar, "de por em prática um conjunto de normas e funções", a palavra "gerir" por sua vez, significa "administrar, gerenciar, dirigir". Em educação o termo organização escolar é entendido como "Administração escolar", o que por sua vez, "tradicionalmente caracteriza os princípios e procedimentos referentes à ação de planejar o trabalho da escola, racionalizar o uso de recursos (materiais, financeiros, intelectuais) coordenar e controlar o trabalho das pessoas" (p.97).

Neste sentido, Paro (1986) afirma que a administração se ca-

caracteriza pela utilização racional de recursos para a realização de fins determinados, se constituindo assim, em uma atividade realizada pela capacidade humana e necessária a sua condição. A utilização racional dos recursos pressupõe, segundo o autor, a adequação desses recursos aos objetivos pretendidos e a sua utilização de forma a minimizar o dispêndio econômico. De acordo com o autor dois tipos de recursos estão envolvidos nessa racionalização: o primeiro refere-se aos elementos materiais e conceituais, que envolvem as relações do homem com a natureza - nesse caso a racionalização se dá pela melhor utilização de elementos, que direta ou indiretamente, participam do processo de produção e dos conhecimentos e técnicas acumulados.

A utilização equilibrada dos recursos materiais e conceituais, com fins determinados, revela-se, assim, como campo de interesse teórico-prático da administração, aqui entendidos como "Racionalização do Trabalho". Já o segundo elemento, refere-se as relações dos homens entre si, e requer a análise das relações que os homens estabelecem através do processo produtivo. A utilização do esforço humano ocorre sempre de maneira coletiva, uma vez que, a própria natureza do processo de trabalho pressupõe essa característica e também pela economia de recursos e possibilidades de geração de sinergia.

A racionalização do esforço humano, como um campo de interesse teórico-prático, foi denominada por Paro como "Coordenação". O autor pontua, assim, a mútua dependência da "racionalização do trabalho" e da "coordenação" como condição para a boa prática administrativa.

Contudo, Libâneo (2004, p. 98), afirma que "a maioria dos au-

tores que estudam as questões relativas à tarefa de administrar, gerir, organizar, dirigir ou tomar decisões, as reúne todas no conceito de *administração*, configurando-se assim, uma ciência da administração ou uma teoria da administração". Estas tarefas, segundo o autor, ao serem transferidas para a escola configuram a administração escolar ou a administração educacional. Porém, alguns estudiosos do tema, ao reconhecerem as especificidades das instituições educacionais atribuem ao termo *organização* maior abrangência, pois a administração realiza-se no contexto de uma organização. Assim, o autor enfatiza que a instituição escolar deve ser entendida primordialmente como um sistema de relações que apresentam fortes características interativas e que, portanto, as diferenciam das demais.

Chiaventato (2002) apresenta um conceito que converge com as argumentações de Paro, pois que distingue dois significados de organização, como unidade social e como função administrativa, permitindo uma maior abrangência na significação do conceito. Desta forma, segundo o autor:

As organizações são entidades sociais (e, portanto constituídas de pessoas que trabalham juntas) que existem para alcançar determinados objetivos. Os objetivos podem ser o lucro, as transações comerciais, o ensino, a preparação de serviços públicos, a caridade, o lazer, etc. nossas vidas estão intimamente ligadas às organizações, porque tudo o que fazemos é feito dentro das organizações (Chiavenato apud Libâneo, 2004, p. 99).

Dentro dessa linha, Libâneo faz distinção entre duas concepções de gestão das escolas que

considera diferenciadas, e que podem contribuir para o entendimento de filosofias e modelos de gestão adotados por escolas. São elas, a concepção "científico-racional" e a concepção "sociocrítica".

Na concepção científico-racional a escola é entendida nos moldes das empresas de produção capitalista onde a visão é mais burocrática e tecnicista. Prevalece uma realidade racional, do modelo taylorista/fordista, objetiva e neutra, onde todo o processo pode ser planejado, formalizado e controlado de forma a garantir o alcance dos objetivos organizacionais com maior efetividade (eficiência e eficácia), sem considerar nesse modelo, os objetivos individuais.

Como pensado por Taylor (1995), as organizações escolares que utilizam o modelo de administração científica-racional acabam por construir uma estrutura organizacional rígida, mecanicista, com forte ênfase a descrição de cargos e tarefas, com apego as normas e regulamentos formais, à hierarquia, a imposição de planejamentos que não consideram as especificidades da escola, com o distanciamento dos níveis operacionais dos processos de decisões sobre os rumos da escola e uma forte tendência a centralização e ao autoritarismo. De acordo com Libâneo a maioria das escolas brasileiras são administradas nesse modelo, considerando apenas os objetivos administrativos, deixando de lado os objetivos de prática social demandados por todos os segmentos da sociedade.

Já na concepção sociocrítica, a escola é administrada considerando a participação das pessoas. O trabalho é realizado com a utilização do conceito de equipe e de responsabilidade, onde ocorre a valorização das relações informais

e das interações sociais daí decorrentes e, ainda, tem importância fundamental as interações da escola com o contexto sociocultural e político no qual está inserida. Nesta concepção, a gestão escolar deve ser pensada, observando-se, no processo de decisão, a participação de todos os atores envolvidos no processo (diretor, supervisor escolar, orientador educacional, técnicos administrativos, professores, pais, alunos, membros da comunidade, governo, empresas, etc).

O modelo sociocrítico solicita

uma forma democrática de gestão onde todos os atores participam da escolha dos projetos e ações, bem como, se responsabilizam por sua implementação e resultados. Trata-se de um processo, por concepção, democrático e participativo.

Libâneo (2004), amparado em suas experiências pessoais e em pesquisas realizadas por Escudero e Gonzáles, (1994); Luck, (2001) e Lima, (2001), sugere uma ampliação do leque de modelos de gestão que corrobora essas duas grandes categorias apresentadas. De acordo com o

autor podem ser consideradas quatro concepções: a técnico-científica, a autogestionária, a interpretativa e a democrático-participativa. No quadro 1 são apresentadas as principais características das quatro concepções.

Conforme será demonstrado no quadro abaixo, a concepção técnico-científica tem como base a hierarquia de cargos e funções, nas regras e procedimentos administrativos, objetivando a racionalização do trabalho escolar. De acordo com Libâneo, esta concepção é também conhecida, em sua versão mais conservadora como "administração clássica ou burocrática", mais recentemente, denominada como "modelo de gestão da qualidade total", pois se utiliza, de uma forma mais acentuada, de métodos e práticas da gestão empresarial. Esta concepção, portanto, se aproxima mais do modelo científico-racional, pois que mantém uma visão mais tecnicista e burocrática da escola.

Contudo, as concepções autogestionária e interpretativa e a democrático-participativa possuem traços comuns que a aproximam da concepção sociocrítica. Neste sentido, a concepção autogestionária, tem como base a responsabilidade coletiva, a ausência de direção centralizada e prevê a participação direta e por igual de todos os elementos que compõem a instituição. Por outro lado, os adeptos deste modelo de gestão recusam o exercício da autoridade e as formas mais estruturadas de organização e gestão, bem como os elementos

Quadro 1 – Concepções de Gestão Escolar

	Técnico científica	Autogestionária	Interpretativa	Democrático participativo
Funções e tarefas	prescrição detalhada; divisão técnica do trabalho acentuada	atenção das funções, inclusive por meio de eleições	- com importância secundária, valorização das relações informais.	Trabalho em equipe
Comunicação	verticalizadas (de cima para baixo) valoriza comunicação formal	participativa	participativa	verticalizadas (de cima para baixo) valoriza comunicação formal
Estrutura	- rígida	- flexível	- flexível	- orgânica
Poder	- centralizado no diretor.	participativo	participativo	- tomada de decisão
Processo	sistema rígido onde a burocracia é um fim em si mesmo	valoriza a capacidade do grupo de criar e instituir suas próprias normas.	valoriza a ação organizadora	utiliza a burocracia como meio para alcance de objetivos
Enfase	nas tarefas mais do que nas interações pessoais	nas relações pessoais mais do que nas tarefas	nas relações pessoais	tanto nas tarefas quanto nas relações pessoais

Fonte: Adaptado de Libâneo (2004).



Faculdade Integrada Unesp/Soça
Pereira Barreto-SP

Aqui você faz a diferença.

Tel: (18) 3704-4242 Fax: (18) 3704-4222

instituídos da organização da escola, como normas, regulamentos etc., valorizando, por outro lado, a capacidade de seus membros de criar e instituir suas próprias normas e procedimentos.

A concepção interpretativa, por sua vez, tem como prioridade para o processo de gestão e organização, os significados subjetivos, as intenções e interações entre as pessoas. Nesta concepção, as práticas organizativas são socialmente construídas, tendo como base as experiências subjetivas e as interações sociais dos indivíduos, podendo também recusar formas de conhecimentos mais precisos de administrar uma organização, rejeitando, em consequência, normas, estratégias e procedimentos que visam organizar a administração escolar.

Já a concepção democrático-participativa tem como base a relação orgânica entre a direção e a participação entre os elementos que compõem a equipe. Valoriza sobremaneira a importância da busca por objetivos comuns, que devem ser assumidos por todos, acentuando assim, a responsabilidade de cada elemento na tomada de decisão coletiva. Contudo, apesar de defender as formas de gestão participativa, este modelo admite a necessidade de coordenação, de diferenciação de competências profissionais entre os membros que formam a equipe, assim como não exclui a necessidade de uma gestão eficaz que solicita a avaliação sistemática da execução das decisões tomadas.

Neste sentido, é importante ressaltar que:

As concepções de gestão escolar refletem diferentes posições políticas e concepções do papel da escola e da formação humana na sociedade. Portanto, o modo como uma escola se organiza e se estrutura tem um caráter pedagó-

gico, ou seja, depende de objetivos mais amplos sobre a relação da escola com a conservação ou transformação social (LIBÂNEO, 2004, p. 124-125).

Desta forma, as relações que se processam no conjunto da sociedade determinam diferentes concepções que por sua vez, irão definir a forma como as instituições de ensino serão concebidas e gerenciadas.

4. A Gestão da Escola e a questão da Cultura Escolar

Conforme discutido, a gestão escolar pode ser influenciada por diferentes filosofias e modelos conceituais de gestão organizacional. Contudo, o sucesso de um modelo de gestão escolar passa, necessariamente, pela participação de atores envolvidos no processo de tomada de decisões. Não obstante ao modelo utilizado é fundamental considerar a experiência de cada ator envolvido, suas necessidades e anseios, no que diz respeito ao desenvolvimento da instituição escolar e dos seus interesses específicos, na verdade o entendimento da cultura da organização é condição fundamental para seu gerenciamento efetivo. Essa importante questão, ainda não referida diretamente nesta discussão merece destaque especial.

Schein (1984), define Cultura organizacional como o conjunto de pressupostos básicos que um grupo inventou, descobriu ou desenvolveu ao aprender a lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna, e que funcionaram bem o suficiente para serem considerados válidos e ensinados a novos membros, como a forma correta de perceber, pensar e sentir em relação a esse problema.

A partir do conceito é possível inferir que existem especificidades nas instituições de uma forma ge-

ral, e nas instituições de ensino, mais especificamente, que precisam ser consideradas nas práticas de gestão. De acordo com estudiosos da administração, a cultura influencia diretamente no desempenho dos indivíduos que compõem uma organização, pois, configura-se em um sistema de valores e crenças compartilhados que norteiam o estilo de administração de uma organização e o comportamento cotidiano de seus participantes.

A cultura organizacional constitui-se no elemento primordial para o processo de compreensão interior e autodescoberta da organização. O conceito de cultura quando operacionalizado de forma adequada, oferece um modelo dinâmico de como a cultura é aprendida, transmitida e mudada. A cultura organizacional ao mesmo tempo em que influencia o processo de tomada de decisão também é influenciada pelo corpo de indivíduos que a adotam, determinando novas formas de organização do trabalho.

Já entre os estudiosos da educação, a cultura cumpre objetivo histórico, e de acordo com Dominique Julia (2001),

Não pode ser entendida sem que se faça um exame preciso das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular (...) poderia-se descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que define conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permite a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo às épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou

simplesmente de socialização) (Julia, p.113, 201).

Para Julia, as práticas e normas não podem ser analisadas sem que se considere o corpo profissional dos agentes que desempenham esses papéis e obedecem a essas normas.

A este respeito, Libâneo (2004), afirma que a cultura escolar refere-se aos significados, modos de pensar e agir, comportamentos, valores, formas de funcionamento que mostram, de alguma forma, a identidade e traços característicos da organização escolar e dos indivíduos que nela atuam. A cultura escolar ou cultura organizacional, portanto, configura-se no sentido que o indivíduo dá as coisas, gerando um padrão coletivo de pensar, perceber e agir.

Assim, a capacidade de trabalhar diferentes processos culturais é fator indispensável para melhorar o desempenho das práticas inerentes à instituição escolar. Historicamente o processo de conhecer, específico do ser humano, em nossa cultura, está intimamente vinculado à escola, componente básico do nosso sistema educacional.

Neste sentido, é importante considerar os diferentes significados, valores, formas de convivência, modos de agir e de resolução de problemas, característicos de cada organização e que definem a cultura própria de cada escola e que estão expressos também, na

elaboração do projeto pedagógico da escola, no currículo, nos planos de ensino e, até mesmo, nas expectativas e comportamento da comunidade escolar, como condição para seu bom gerenciamento.

5. A Formação de Gestores Educacionais – A Questão da Competência

Considerando os aspectos abordados sobre os desafios da gestão escolar cabe ressaltar que ganha vulto e importância a questão da formação dos gestores educacionais. Na literatura brasileira ocorrem divergências importantes quanto à realização das atividades administrativas e pedagógicas por parte de professores. O conflito se dá entre duas correntes, a primeira defende o ponto de vista de que a direção e a coordenação pedagógica são formas diferenciadas de uma mesma função, a docência. Em contrapartida, a segunda corrente defende o ponto de vista de que os gestores da escola desempenham papel específico o que requer uma formação apropriada para desempenho da função.

Uma análise um pouco mais detalhada aponta diferenças significativas nas tarefas e atribuições da atividade docente e da atividade de direção. Cabe ressaltar, no entanto, que o quadro de mudanças e inovações, em todos os setores da sociedade, tem requerido

um novo perfil tanto de docente, quanto de gestor educacional.

Na discussão sobre novo perfil desejado do docente e do gestor educacional um novo conceito tem invadido o âmbito da educação, o enfoque das competências. A abordagem da competência tem sido utilizada como alternativa de direcionamento dos programas de educação e de gestão das relações de trabalho. Na educação, no contexto das políticas educacionais que foram formuladas a partir da LDB, o conceito de competências assume papel importante como norteador da formação dos alunos de ensino médio e profissionalizante, bem como, da formação dos gestores educacionais. A aplicação do conceito de competência na educação justifica-se, segundo seus defensores, pela necessidade de buscar novos mecanismos que permitam estimular as capacidades de inovação e adaptação à aprendizagem, adequadas às novas demandas de desenvolvimento do modelo de produção capitalista.

De acordo com Brandão e Guimarães (1999), o conceito de competência é constituído por uma tríade de conhecimentos, habilidade e atitudes, que envolvem não apenas questões técnicas, mas também aspectos sociais e afetivos relacionados ao trabalho. Neste contexto, o conhecimento corresponde a uma série de informações assimiladas e estru-



Faculdade Integradora Urbupuanã
Pereira Barreto-SP

NOSSA MISSÃO

Formar CIDADÃOS e profissionais críticos e reflexivos capazes de atuarem como agentes transformadores da sociedade

Quadro 2 – Competências do professor e do Gestor Educacional

Competências do Professor	Competências do Gestor
É especialista no conteúdo que ensina e nos processos investigativos da matéria, e é portador de uma razoável cultura geral.	Desenvolver capacidade de interação e comunicação entre si e com os alunos de modo a participar ativamente de um grupo de trabalho ou de discussão
Sabe associar a aquisição de conceitos científicos no desenvolvimento dos processos de pensamento.	Liderança
Domina razoavelmente métodos e procedimentos de ensino, com destaque à procedimentos de pesquisa e a exercícios do pensar centrados em problemas.	Compreender os processos envolvidos nas inovações organizativas, pedagógicas e curriculares.
Conhece o mundo do trabalho e os requisitos atuais de exercício profissional.	Aprender a tomar decisões sobre problemas da organização escolar, das formas de gestão e das salas de aula.
Desenvolve visão crítica em relação aos conteúdos da matéria (contextualização) e ao seu papel social enquanto intelectual.	Conhecer, informar-se e dominar o conteúdo da discussão para ser um participante atuante e crítico.
Sabe lidar com as tecnologias da informação e comunicação, tanto no que se refere aos conteúdos quanto ao seu manejo.	Saber elaborar planos e projetos de ação
Conhece e sabe aplicar modalidades e instrumentos de avaliação da organização escolar e da aprendizagem.	Aprender métodos e procedimentos de pesquisa.
Sabe lidar com as várias formas culturais que permeiam a escola e sala de aula, com a diversidade social e cultural, para conhecer melhor a prática do aluno e sua relação com o saber.	Familiarizar-se com modalidades e instrumentos de avaliação do sistema, da organização escolar e da aprendizagem escolar.
Sabe articular, na atividade docente, as dimensões cognitiva, social, cultural e afetiva, visando ajudar os alunos a construírem sua subjetividade.	
Domina procedimentos de trabalho interativo e desenvolve capacidade comunicativa (comunicar-se e relacionar-se com as pessoas, assumir a aula como um processo comunicacional)	
É capaz de participar de forma produtiva de um grupo de trabalho ou de discussão, bem como atuar em equipe em atividades de pesquisa, interdisciplinares e organizativas.	
Ajuda os alunos a pensar e agir em relação a valores e atitudes.	

Fonte: Libâneo (2004 p. 87-92)

turadas pelo indivíduo, que lhe permitem entender o mundo. Abarca a capacidade de receber informações e integrá-las dentro de um esquema pré-existente. A habilidade refere-se a capacidade de agir de acordo com objetivos ou processos predefinidos, envolvendo técnica e aptidão. A atitude diz respeito a aspectos efetivos e sociais relacionados ao trabalho. Inclui a identidade do indivíduo com os valores da organização e, por consequência, seu comprometimento e motivação para atender aos padrões de comportamento esperados para atingir os resultados no trabalho com alta performance.

Inúmeros autores empreendem esforços, com base em ex-

periências e pesquisas, para estabelecer um inventário de competências necessárias a formação adequada tanto de professores, quanto de gestores educacionais.

No quadro acima (quadro 2), são apresentadas, segundo a percepção de Libâneo (2004), as diferenças entre as principais competências, do professor e do gestor educacional.

Cabe ressaltar, conforme afirma Machado (2000), que as competências, no enfoque da formação profissional, não devem ser consideradas apenas como uma lista de competências que um profissional deve possuir, eles devem se constituir como

referenciais importantíssimos para o desenvolvimento curricular e metodológico da formação do gestor.

Na verdade, trata-se de algo mais complexo, que se articula com o desenvolvimento de capacidades para o desempenho de determinados papéis profissionais, contextualizados no projeto institucional e na concepção de gestão e de profissionalização presentes na política educacional (MACHADO, 2000, p. 104).

Por fim a autora explica que as competências acabam, na prática, se constituindo nos objetivos da formação do gestor, onde o alvo é aprendizagem e o método é resolução de problemas.

6. Os Cursos de Formação de Gestores

Em estudo realizado sobre o perfil das lideranças educacionais, com base nos dados do Sistema Nacional de Avaliação (SAEB) de 1995 e na pesquisa de Dourado e Costa (1998) e de Machado (2000), constatou-se que um grande número de diretores (80%) aproximadamente, possui curso superior e, 50% destes possui especialização em administração escolar e, ainda que 50% dos líderes participam de cursos de capacitação ou treinamento em administração escolar.

Nesta pesquisa, Machado evidencia que independentemente das formas de acesso ao cargo de diretor, por parte dos professores, quer seja por concurso, indicação política, eleição ou competência técnica, existe um elevado nível de formação e especialização dos gestores. Desta constatação surgem duas importantes indagações: 1) os cursos técnicos e superiores formam gestores com competências adequadas para os tempos atuais? Como desenvolver competências adequadas para o exercício da função de gestor para futuros administradores e para os que já ocupam a função?

Discorrendo sobre o perfil do gestor educacional Pazeto (2000), sugere uma proposta para discussão das qualificações necessárias ao ocupante dessa função, envolvendo três questões fundamentais: a) a preocupação com a formação básica sólida em educação, compreendendo o domínio das ciências que lhe dão fundamentação; b) a preocupação com formação científica e técnica em gestão de instituições e; c) e a necessidade de formação continuada, visando associar conhecimentos e experiências, aprimorar o desempenho pessoal e

institucional.

A resposta a essas indagações expõe a fragilidade dos cursos de formação de professores, que em sua maioria, não possuem projetos políticos pedagógicos bem estruturados, não disponibilizam métodos e processos de aquisição de conhecimento adequados, não dispõem de currículos ajustados às demandas atuais de formação social dos alunos, entre outros aspectos.

Os problemas apontados requerem, em caráter de urgência, a modificação dos processos de formação de professores como condição para a construção de um quadro de gestores com competências relevantes. A reestruturação dos cursos de formação de gestores deve ser objeto de estudos mais detalhados, que considerem experiências de gestão bem sucedidas, a cultura organizacional de cada escola, a participação de todos os atores envolvidos, enfim, o desenvolvimento de um novo referencial teórico-prático.

Considerando a grande quantidade de escolas públicas e privadas existentes no Brasil e, conseqüentemente, o número elevado de gestores educacionais que atuam nessas instituições (diretores, supervisores, coordenadores, etc), a necessidade e o potencial para desenvolvimento de cursos de formação continuada é muito grande. O gestor educacional tem recebido cada vez mais pressão a investir em seu aperfeiçoamento contínuo, quer seja pela educação continuada, ou por aprendizado contínuo; quer seja por sua capacidade de articular e aprofundar conhecimentos que demandados pelo setor produtivo, ou ainda, por sua competência para transferir para o trabalho sua experiência profissi-

onal e sociocultural.

Assim, começa ganhar contornos de consenso, entre os diversos atores da área de educação (docentes, gestores, governo, comunidade, especialista), a importância da educação continuada como forma de aquisição, manutenção e desenvolvimento de competências para o profissional da gestão escolar. Nesse sentido, podemos pontuar que a educação continuada pode assumir o papel de disponibilizar estratégias para troca de experiências, formação de redes, intercâmbio, de seminários de relato de casos e auto-estudo.

Considerações Finais

A tarefa de gerenciar uma instituição educacional é desafiadora para todos que dela participam e se beneficiam. Neste sentido, procuramos demonstrar neste estudo, que os problemas referentes à organização, administração ou gestão escolar devem ser considerados como um conjunto de ações concretas, que envolvem todos os atores sociais, que de forma direta ou indireta, influenciam e determinam os rumos da educação, bem como a cultura social e organizacional. A cultura reflete-se no conjunto de normas, diretrizes, ações, procedimentos, formas de comunicação, entre outras, que se impõem como condições essenciais para o funcionamento da escola, de forma específica, e da educação, de forma geral. Assim, entendemos que uma boa gestão escolar é o caminho para se alcançar a tão almejada educação de qualidade.

Para que isso se torne uma realidade, é necessário, como conforme abordamos neste trabalho, que o gestor educacional seja um profundo conhecedor da sua realidade social e da realidade especifi-

ca que cerca a sua escola, entendendo-a como um sistema único de relações internas e externas, extremamente instável e flexível que sempre vai diferenciá-la das demais escolas.

Cabe, portanto, aos gestores educacionais estabelecer uma fundamentação teórico-prática que seja capaz de valorizar a cultura da própria escola e de modificá-la de acordo com as demandas sociais. Em outros termos, a gestão educacional deve estar pautada em princípios democráticos que

valorizem a participação, a ética e a responsabilidade, pois uma escola bem gerida, como nos ensina Libâneo, é aquela que cria e assegura condições organizacionais, operacionais e didático-pedagógicas de bom desempenho profissional de seus docentes, e que, em conseqüência oferece possibilidades cada vez mais positivas aos seus discentes de serem bem sucedidos em suas aprendizagens.

Pontuamos, aqui, a necessidade de se buscar propostas que possibilitem dinamizem progra-

mas de educação continuada que têm se apresentado como uma importante opção para o desenvolvimento das competências realmente importantes para o alcance dos objetivos da escola. É neste sentido, que esperamos, a escola vai poder atuar, não como um mero veículo de transmissão e reprodução do conhecimento, mas sim, como agente na vanguarda da formação de um cidadão pleno, capaz de questionar, de refletir de mudar, de transformar a si próprio e o mundo ao seu redor.

BIBLIOGRAFIA

- BALL, Stephen J.** Ortodoxia y Alternativa. In **BALL, Stephen J.** La micropolítica de la Escuela: hacia una la organización escolar. Madrid Centro de publicaciones del MEC: Barcelona: Piados Ibérica. 1989. p.19-43.
- ENQUITA, Mariano F.** Trabalho, escola e ideologia. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. (Cap. 7- A aprendizagem das relações sociais de produção).
- ESCUADERO, Juan M.;** **GONZÁLES, María.** Profesores y escuela - hacia una reconversión de los centros y la función docente? Madrid: Ediciones Pedagógicas, 1994.
- EZPELETA, Justa e** **ROCKWEL, Elsie.** Escuela y Clases Subalternas. In. **IBAROLA, María e** **ROCKWELL, Elsie.** (Orgs.) Educación y Clases populares em América Latina. México DIE. 1985. p. 195-215.
- JULIA, Dominique.** A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, n.1.p.9-43. j. Jun. 2001.
- CHIAVENATO, Idalberto.** Iniciação à organização e controle. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.
- _____. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Editora Campos, 2002.
- JULIA, Dominique.** A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, n.1.p.9-43. j. Jun. 2001.
- LIBÂNEO, J. C.** Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: editora Alternativa, 2004.
- LIMA, L. C.** A escola como organização educativa. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- LÜCK, H.** Perspectiva da Gestão Escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. Em **Aberto. Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33. fev./jun. 2000.**
- LÜCK, H. et al.** A escola participativa: O trabalho do gestor escolar. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- MACHADO, M. A. de M.** Políticas e práticas integrada de formação de gestores educacionais In: **Conselho dos Secretários Estaduais de Educação. Gestão Educacional: tendências e perspectivas.** São Paulo: Cenpec, 1999. (Série Seminários Consed).
- MACHADO, M. A. de M.** Desafios a serem enfrentados na capacitação de gestores escolares. Em **Aberto. Brasília, v. 17, n. 72, p. 97-112. fev./jun. 2000.**
- PARO, Vitor H.** Administração Escolar: Introdução crítica. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.
- PAZÊTO, A. E.** Participação: exigências para a qualificação do gestor e processo permanente de atualização. Em **Aberto. Brasília, v. 17, n. 72, p. 163-165, fev./jun. 2000.**
- PETITAT, André.** Produção da escola. Produção da sociedade. Análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. **Porto alegre: Artes Médicas. 1994. Parte II, Cap. 7 e 8.**
- SCHEIN, E.** Coming to a New Awareness of Organizational Culture. **Sloan Management Review, 1984.**

“GESTÃO AMBIENTAL E ECONOMIA SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO DA DESTILARIA PIONEIROS S/A”

Vítor Paulo Boldrin

FIU – Pereira Barreto; UniFECAP – São Paulo e FAI-Jales

Marinalva da Silva Talpo Boldrin

FIU – Pereira Barreto e FAI-Jales

José Carlos Barbieri

UniFECAP – São Paulo e FGV – São Paulo

Resumo: A competitividade entre as organizações apresenta-se cada vez mais intensa, exigindo assim, estratégias cada vez mais agressivas para a sobrevivência de tais organizações no mercado. Uma vertente a ser considerada é a gestão ambiental, na qual cada vez mais empresas estão aderindo para externar à sociedade sua preocupação com o desenvolvimento sustentável e ao mesmo tempo em que busca a manutenção de suas fontes de recursos naturais. Diante desta realidade, torna-se imprescindível a busca por uma economia sustentável, objetivando manter os recursos para futuras gerações, e é nesta perspectiva que a Destilaria Pioneiros vem encarando o mercado, desenvolvendo projetos voltados para a preservação ambiental, tendo seu reconhecimento e abertura nos mercados nacional, internacional e nas comunidades local e regional, bem como a consciência de estar contribuindo para um futuro promissor.

Palavras-Chave: Gestão Ambiental; Economia Sustentável; Reflorestamento.

1. Introdução

Diante da evolução das respostas do setor produtivo à questão do meio ambiente, surgiu a idéia de gestão ambiental que versava sobre uma gerência global nesta área.

Segundo Morandi e Gil (1999), o processo de gestão ambiental implica em um processo contínuo de análise formado de decisão, organização, controle das atividades de desenvolvimento, bem como avaliação dos resultados para melhorar a formulação de políticas e sua implementação para o futuro. O principal objetivo de um processo de gestão é tratar de maneira integral os sistemas hídricos ou baciais, buscando seu aproveitamento e recuperação a fim de satisfazer as crescentes demandas da população, assegurando seu uso para as gerações futuras.

O movimento ambiental e muitas das regulamentações ambientais têm sido tradicionalmente visto como um dispendioso impedimento à produtividade. De acordo com Porter (1999), a visão que prevalece ainda é: ecologia *versus* economia, ou seja, de um lado estão os benefícios sociais que se originam de rigorosos padrões ambientais, e de outro lado,

estão os custos da indústria com prevenção e limpeza - custos estes que, neste enfoque, conduzem à altos preços e baixa competitividade

Ao longo da história, o homem foi desenvolvendo novas habilidades para exploração da natureza. Ele começou a sentir-se mais forte e independente de acontecimentos e limitações naturais. Explorou novas terras e desenvolveu o comércio passando, com isso, a agredir o meio ambiente, pois com o crescimento populacional gerou a exploração de mais recursos naturais a fim de suprir as necessidades vigentes. Durante muito tempo a ilusão do homem era de que a natureza, com seu formidável poder depurador, fosse capaz de neutralizar as agressões resultantes deste progresso.

O presente estudo busca demonstrar a importância da gestão ambiental, voltada para a responsabilidade das empresas em garantir sua sobrevivência sem que comprometa gerações futuras. Assim a correta administração de recursos e a consciência em preservar o meio ambiente são fatores importantes a serem considerados pelas organizações.

2. Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a importância de se adotar uma gestão voltada para a preservação do meio ambiente em busca de um economia

sustentável, para assim manter a sobrevivência da empresa sem comprometer as gerações futuras, utilizando-se para isto algumas das bibliografias relacionadas (livros, artigos, leis, resoluções e outros) e estratificando, através de um estudo prático as ações que uma empresa produtora de álcool e açúcar vem desenvolvendo para estar de acordo com esta realidade.

3. Fundamentação Teórica

3.1. Percepção Ambiental

Segundo Barbieri (1997) a Percepção Ambiental surge lentamente nos diversos agentes (indivíduos, governos, e outros), ocorrendo em três etapas citadas a seguir:

1ª Etapa: problemas Ambientais localizados – atribuídos à ignorância e negligência de produtores e consumidores.

2ª Etapa: problemas generalizados em nível de Estados Nacionais

3ª Etapa: percebida como problema planetário

Nas últimas décadas, a comunidade científica vem tentando alertar sobre as conseqüências do uso indiscriminado dos recursos naturais de nosso planeta e, mesmo o homem sabendo da finitude e insuficiência dos recursos naturais, o processo de destruição ambiental sofreu poucas alterações, e em alguns casos até acelerou.

Precisamos realizar mudanças rápidas e abrangentes de tal forma que elas conscientizem toda a humanidade para a preservação do meio ambiente objetivando uma mudança de valores no ser humano para garantirmos a preservação dos recursos naturais do planeta e em conseqüência, a saúde humana.

Segundo Barbieri (1997) a per-

cepção para solução de problemas globais busca, além da redução de degradações no ambiente físico e biológico, visa também a resolução de questões sociais, políticas e culturais como a pobreza e exclusão social, praticando o então chamado desenvolvimento sustentável.

É evidente que isto terá melhores condições de ser alcançado caso ocorra a integração das políticas de desenvolvimento sustentável, ocasionando numa maior conscientização de todos os principais agentes deste processo: população/comunidade, organizações e governo, não podendo ser encarada como um problema individual. Ela transcende a ciência, a economia e a política e está relacionada à vida diária, aos valores morais e ao próprio futuro das demais gerações. Desta forma, a parcela de responsabilidade dos agentes nessa questão é desenvolver ações concretas para a melhoria do meio ambiente, tendo como foco o futuro da humanidade e não apenas os interesses imediatos e econômicos locais.

3.2. Gestão Ambiental – A busca da Sustentabilidade

Um dos marcos para o despertar da consciência ecológica mundial foi a Conferência sobre Biosfera, realizada em Paris em 1988, assim como a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, na Suécia, em 1972, como medida para tentar frear a degradação ambiental, surgindo assim a proposta de sustentabilidade desenvolvida neste debate internacional, e consolidado na Rio-92, no Rio de Janeiro, que consistiu em promover um modelo de desenvolvimento que garanta o uso sustentável dos recursos naturais, preservan-

do a biodiversidade e assim, freando a degradação do meio.

O objetivo da primeira conferência da ONU sobre o meio ambiente, em Estocolmo, foi conscientizar os países sobre a importância de se promover a limpeza do ar nos grandes centros urbanos, dos rios nas bacias hidrográficas e combate à poluição marinha. Na Rio-92 os documentos resultantes foram a Carta da Terra (também chamada de Declaração do Rio constituída de 27 princípios básicos, que visam estabelecer acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e que protejam a integridade do sistema global de ecologia e desenvolvimento) e a Agenda 21, que constitui num plano de ação com o objetivo de colocar em prática programas que visam frear o processo de degradação ambiental e colocar em prática os princípios da Declaração do Rio.

A Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland), em seu relatório de 1987, cujo título conhecido mundialmente por "Nosso Futuro Comum", realçou a importância da proteção do ambiente na realização do desenvolvimento sustentável.

Abaixo segue elencado um breve resumo histórico dos pontos mais relevantes da evolução da preocupação ambiental no mundo.

- 1962(Estados Unidos) Publicação de "Silent Spring" de Rachel Carson;
- 1970 - Reunião do Clube de Roma ;
- 1972 - (Estocolmo)Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente;
- Décadas de 70 e 80 - Desastres ambientais como o de Seveso, Bhopal e Chernobyl;
- 1986 - A Câmara Internacional de Comércio (ICC) estabeleceu

diretrizes ambientais para a indústria mundial;

- 1987 - Lançamento do manifesto "Nosso Futuro Comum" (Relatório Brundtland) pelo Conselho Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente da ONU;

- 1991 - Publicação da "Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável", pela ICC. E lançamento do documento "Mudando o Rumo: Uma Perspectiva Empresarial Global sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente" pelo BCDS (Business Council on Sustainable Development);

- 1991 - A ISO (International Organization for Standardization) constitui o Grupo Estratégico Consultivo sobre o meio ambiente (SAGE);

- 1992 - (Brasil) Realização da conferência do Rio de Janeiro ECO-92 - Cúpula da Terra

- 1996 - A norma ISO 14000 é aprovada e publicada como norma internacional

- 2001 - Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes em Estocolmo.

- 2002 - Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (também conhecida como Rio+10), em Joanesburgo, na África do Sul

Fonte: Barbieri (2004).

3.3. A importância da Gestão Ambiental

Nas sociedades passadas, o mundo era constituído por um conjunto de realidades regionais das mais diversas. A terra era a condição da produção/reprodução das relações entre os homens.

Hoje, com a revolução e a evolução ocorrida principalmente nos processos de produção de produtos, serviços e geração de conhecimento, torna-se imprescindível que as organizações se adequem

aos novos tempos e costumes, utilizando-se de uma das principais estratégias de ação atualmente valorizadas para a sua perpetuação que é a Gestão Ambiental.

As organizações que se comprometem com a "gestão verde" muitas vezes, não terão retornos financeiros, mas lucrarão com a credibilidade de seus clientes e fornecedores, além de estarem investindo no seu próprio futuro enquanto geradora e desenvolvedora de comunidades regionais.

Desta forma, podemos citar a Destilaria Pioneiros, que hoje busca a conscientização ambiental na região investindo em projetos e, procurando com isso, devolver de forma consciente para a natureza o que ela tem lhes proporcionado ao longo de sua existência.

Segundo Castro (1996), as empresas que fazem um compromisso com o meio ambiente, demonstram confiança e apostam no futuro. Em outras palavras, elas buscam uma nova perspectiva em que os cuidados ambientais deixam de ser obstáculos à atividade da empresa, se tornam a garantia de que ela se firmará no mercado com maiores oportunidades de negócios. O pensamento sobre as "questões verdes" será de grande valia não somente para as organizações, mas para toda a humanidade, pois apesar de muitos promoverem a conscientização ambiental, o impacto e as previsões do aquecimento global estão piorando, a diversificação avançando, o desmatamento e a poluição destruindo nosso ecossistema.

Hoje, esta visão não se destina apenas às empresas com negócios no exterior, na busca de eliminar restrições não tarifárias ambientais impostas pelos países mais desenvolvidos, mas a todas que queiram tirar o melhor partido de suas relações com o meio ambiente.

3.4. Alguns pontos pertinentes da Legislação

Para a devida preservação ambiental, hoje pode-se contar com uma extensa legislação federal, estadual e municipal, existindo também conselhos e outros órgãos que impõem diversas medidas a serem adotadas para a conquista do gerenciamento sem agredir o meio no qual a empresa esta inserida.

Dentre a legislação ambiental pode-se mencionar a Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965 que institui o Código Florestal, que esta diretamente relacionado com o objetivo deste trabalho. Em seu art. 2º, essa lei cita sobre as áreas de preservação permanente, o art. 16º apresenta as restrições para a exploração e o art. 18º discorre sobre o reflorestamento de áreas privadas.

A Lei estadual paulista 9.989, de 22 de maio de 1998, tomou obrigatória a recomposição florestal pelos proprietários nas áreas situadas ao longo dos cursos-d'água, obedecida a largura mínima em faixa marginal, de 30 metros para os cursos-d'água com até 10 metros de largura e 50 metros para os cursos-d'água de 10 a 50 metros de largura e demais conforme a mencionada lei, chegando a 500 metros para cursos superiores a 600 metros de largura.

Mas, de acordo com as informações da policia ambiental local a mesma não foi aplicada até o presente momento por falta de infraestrutura para poder subsidiar tais imposições, o que pode demonstrar que as leis existem e são muito severas, porém devido às dificuldades de sua aplicabilidade parecem ser insuficientes para manter o ambiente devidamente protegido da exploração irracional, porém, tem havido grandes progres-

tos, isto graças ao esforço das organizações e principalmente da comunidade, que tem cobrado cada vez mais ações dos órgãos públicos estaduais, federais, Ong's, conselhos, institutos e demais órgãos relacionados e compromissados em buscar o desenvolvimento sustentável.

3.5. Cana-de-Açúcar e sua industrialização – Algumas considerações

A agricultura apresenta hoje duas vertentes a serem consideradas quando refere-se aos sistemas de produção, de um lado temos sistemas agrícolas mais primitivos que consomem muitos recursos naturais para a obtenção dos devidos produtos, e de outro lado temos sistemas de produção altamente intensificados, consumindo menos recursos, porém introduzem no meio ambiente novos elementos e produtos causadores de desequilíbrios (inseticidas, pesticidas, fertilizantes, sais etc)

A produção de álcool e açúcar pode proporcionar poluições ao meio na qual esta inserida, através da utilização das técnicas de cultivo como a queima das palhas e seu processo de industrialização. Para tal produção têm-se três subsistemas a serem considerados: o subsistema agrícola, o subsistema industrial e o subsistema de transportes, conforme figura 01, a seguir:



Fonte: Site

[Http://www.cana.cnpm.embrapa.br/setor.html](http://www.cana.cnpm.embrapa.br/setor.html)

Há diversas dimensões envolvidas no cultivo da cana-de-açúcar, em que tem-se, de acordo com a tecnologia empregada diferentes níveis de degradação ambiental. A figura abaixo demonstra estas dimensões.

Figura 02 – Impactos da Cana-de-Açúcar na atmosfera, solos e aquíferos



Fonte: <http://www.cana.cnpm.embrapa.br/setor.html>

Conforme demonstra a figura 02, desde o plantio até a colheita tem-se diferentes operações e técnicas de utilização, o que em maior ou menor grau causarão impacto ambiental e dentre os prejuízos ambientais que podem ser causados tem-se: queima de nutrientes do solo, emissão de diversos gases à atmosfera, emissão de fuligem à enor perda de água do solo, rendimento muito maior, aumento da reciclagem de nutrientes, evita a queima de animais e insetos etc.

4. Metodologia

Tendo em vista os objetivos deste trabalho, foi realizada uma pesquisa descritiva, na forma de um estudo de caso em uma usina de álcool e açúcar do interior do Estado de São Paulo, abordando sua grande preocupação com a preservação ambiental, tendo-se como base a teoria aplicada, bem como a legislação em vigência.

De acordo com Gil (2002), o trabalho de campo elaborado atra-

vés de uma pesquisa exploratória não probabilística, "tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas tem como objetivo o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições."

Conforme Yin (2001) "o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real".

Ainda, segundo Yin (2001) "o estudo de caso conta com muitas técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e uma série sistemática de entrevistas".

Este estudo de caso foi realizado na empresa "Destilaria Pioneiros S/A, Sud Mennucci/SP, durante os meses de novembro e dezembro de 2003.

Embora o propósito deste estudo seja o de verificar a importância da prática de uma gestão ambiental para a conquista da sustentabilidade das empresas, o mesmo apresenta suas limitações, assim, não tem a pretensão de desvendar novas soluções para problemas, ou mesmo esgotar o assunto, busca-se apenas identificar alguns elementos importantes a serem considerados pelas empresas na busca da gestão ambiental.

5. Projetos Analisados

A Pioneiros estabeleceu políticas que visam garantir a sua perpetuação enquanto empresa privada com fins lucrativos, mas que também permitam o crescimento e desenvolvimento do município e da região e, mais importante, que permitam a conservação do meio

ambiente.

Dessa maneira, em cumprimento a essa política de responsabilidade social e ambiental, lançou em maio/2002, o Programa de Readequação Ambiental que irá recuperar a vegetação nativa ciliar, nas propriedades dos acionistas da empresa e dos parceiros que manifestarem interesse, assumindo perante a sociedade seu empenho na contribuição pela conservação da biodiversidade.

O Projeto implantado, inicialmente, nas Fazendas Santa Maria da Mata, Fazenda Alvorada, Fazenda Santa Terezinha e Estância Triângulo, atingiu o total de 123 ha de área a ser recuperada. No ano de 2002, foram plantadas 70.940 mudas de essências nativas da região, conforme tabela a seguir:

Local do Plantio	Número de mudas plantadas
Fazenda Santa Maria da Mata	15.200
Fazenda Alvorada	15.000
Fazenda Santa Terezinha	12.000
Estância Triângulo	10.350
São Líder	1.600
Fazenda Rio Branco	1.600
Sub Total	56.750
Replântio	14.190
Total de mudas	70.940

Tabela 01: quantidades de mudas plantadas em 2002.

Fonte: Projeto Readequação Ambiental Destilaria Pioneiros, 2002.

A Pioneiros fica responsável durante cinco anos pelo desenvolvimento destas árvores, cuidando e adubando para que seu crescimento seja saudável, disponibilizando para isto um agrônomo responsável para o devido acompanhamento, depois de completo este ciclo fica por conta da própria natureza. O projeto prevê o plantio de aproximadamente 100.000

mudas por ano (Levantamento feito pela CESP).

É importante ressaltar que o reflorestamento de árvores nativas não é tarefa fácil, pois necessita de grandes investimentos financeiros, e principalmente conhecimentos técnicos especializados para o desenvolvimento de uma biodiversidade nativa, desde a aquisição das sementes, formação das mudas e acompanhamento após plantio, isto faz com que os pequenos, médios e até grandes proprietários não apresentem condições em atender ao que a leis mencionadas nos itens anteriores prevêem como obrigatório, que é a questão do reflorestamento das matas ciliares.

De acordo com a lei federal 4771 art. 42, § 3º cabe à União e ao Estado o desenvolvimento de escolas para o ensino florestal em seus deferentes níveis, como na realidade isto não ocorre, e para que o projeto tenha êxito, a citada empresa desenvolve um projeto paralelo que visa complementar o reflorestamento de matas ciliares, trata-se do Projeto Semear voltado para a educação ambiental a todos os envolvidos.

Segundo seus idealizadores, a finalidade do Projeto Semear consiste em educar e conscientizar os jovens cidadãos sobre a importância de preservar o meio ambiente para garantir a perpetuação da espécie, através do conhecimento e da valorização da natureza que os cerca, considerando o ambiente em seus múltiplos aspectos e atuando com visão ampla de alcance local, regional e global.

De acordo com os resultados obtidos durante o estudo, através deste projeto de conscientização, a Pioneiros vem conseguindo destaque na região como uma empresa que busca cuidar da natureza e de seus recursos, e como conse-

quência disto, ela está conscientizando não somente seus colaboradores, mas também toda a sociedade.

6. Considerações Finais

Durante este trabalho, procurou-se demonstrar a importância de se adotar uma gestão voltada à preocupação ambiental e ao desenvolvimento sustentável das comunidades e são expostas algumas ações realizadas por uma usina de álcool e açúcar, a Destilaria Pioneiros.

De acordo com as informações extraídas durante o trabalho, pode-se observar que os cuidados ambientais praticados pelas empresas, atualmente podem significar maior competitividade a mesma, seja para atrair a atenção dos consumidores internos que se demonstram cada vez mais conscientes; seja para adequar-se às especificações de mercados com maiores exigências ambientais (mercado interno e externo).

Muitas empresas já compreenderam que o compromisso com o meio ambiente é também uma segurança para que se tenha bons negócios a longo prazo, principalmente na Destilaria Pioneiros, que por se tratar de uma Usina de Álcool e Açúcar, seu processo (desde o corte da cana até a industrialização) pode gerar poluição ambiental. Assim, constatou-se que a empresa desenvolve internamente sistemas de gestão ambiental com padrões até mais rigorosos que os previstos na legislação, para realmente terem retornos satisfatórios no futuro. Atualmente a Destilaria Pioneiros está se destacando na região com os projetos ambientais desenvolvidos, conforme observado em entrevistas junto a moradores da comunidade local.

Neste primeiro momento, ela não está tendo retornos financeiros, mas a grande vantagem é a conscientização da comunidade e seus colaboradores para a importância de preservar, garantindo assim um futuro promissor para ambos.

Os projetos desenvolvidos pela Destilaria são de grande importância, pois trata-se de um programa de difícil execução, e exige grandes investimentos financeiros e técnicas avançadas para cultivo das mudas, sendo estas espécies ameaçadas de extinção. O governo estadual e federal fizeram algumas tentativas (com pouco êxito) na execução de projetos similares a estes, mas devido aos custos e técnicas necessárias para o seu desenvolvimento, os objetivos não foram plenamente alcançados.

Assim, a recuperação das matas ciliares em propriedades de

terceiros, vem demonstrar a grande preocupação da referida empresa em se ter uma economia voltada para o futuro, com cidadãos conscientes e aptos a preservar o meio em que vivem, mesmo porque, de acordo com a legislação aplicável, a mesma teria que fazer apenas seu reflorestamento, e não o das propriedades alheias.

Isto faz com que os projetos desenvolvidos deixem de ser meramente filantrópicos, pois sua atuação é altamente relevante no desenvolvimento da biodiversidade em propriedades do município de Sud Mennucci e vizinhos, cujos proprietários apresentam interesse e não possuem condições de praticar.

Além destes projetos, durante a pesquisa foi verificado que a empresa é também uma grande geradora de energia elétrica, atra-

vés da utilização dos bagaços da cana descartados no processo. Atualmente essa energia garante a movimentação de toda a empresa, e em breve haverá uma estação de venda de energia para a CESP.

Contudo, podemos considerar que hoje a gestão ambiental faz parte do repertório de toda a humanidade na busca de melhores condições de vida e possibilitando o desenvolvimento sustentável, comprovando assim a questão problema de forma positiva, pois para a sobrevivência neste ambiente competitivo em que o mercado consumidor está cada vez mais de olho nas empresas e suas formas de gestão. No entanto, as empresas que não se adequarem a esta realidade estarão em uma situação delicada perante seus consumidores, podendo até mesmo chegar à falência em um curto espaço de tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBIERI, J. C. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da Agenda 21*. Petrópolis, Vozes, 1997.

- _____. *Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. São Paulo: Saraiva, 2004.

- BRASIL, Lei nº 4.771 de 16 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Publicado no DOU de 16/09/1965

- CASTRO, N. (Coord.). *A questão ambiental: o que todo*

empresário precisa saber. Brasília: SEBRAE, 1996.

- EMBRAPA – Impactos ambientais da cana-de-açúcar; disponível em <http://www.cana.cnpm.embrapa.br/setor.html>, acesso em 01/03/2004.

- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

- MORANDI, S., GIL, I. C. *Tecnologia e meio ambiente*. São Paulo: Copidart, 1999.

- PORTER, M. E. *Competição:*

on competition: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro Campus 1999.

- SÃO PAULO, Lei nº 9.989, de 22 de maio de 1998. Dispõe sobre a recomposição da cobertura vegetal no Estado de São Paulo

- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP - Departamento de Produção Vegetal - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"

- YIN, R. K.. *Estudo de Caso: Planejamento e Método*, 2ª Ed., Editora Bookman, 2001

FLUXO DE CAIXA: UM ENFOQUE TEÓRICO SOBRE ESTA FERRAMENTA DE GESTÃO

João Ângelo Segantin

(FIU Pereira Barreto; Uni-FACEF Franca; FAI-Jales; FAU Aurifloma)

Resumo: O objetivo deste estudo é verificar a importância do fluxo de caixa como ferramenta gerencial, que pode ser utilizado em qualquer área, possibilitando o gestor prever situações inesperadas, e diante disto, tomar decisões coerentes para empresa. Instrumento usado nas organizações com a finalidade de orientar e coordenar os recursos disponíveis, visando alertar o administrador quanto à necessidade de captar empréstimos, ou se for o caso, investir valores excedentes ou fazer aplicações rentáveis. Permite ao gestor uma visão ampla da situação da empresa, inclusive quanto à inadimplência dos clientes. Essa ferramenta possibilita buscar o equilíbrio financeiro entre as receitas e despesas, analisar os melhores períodos para pagamentos, saldar os compromissos incorridos dentro do prazo estabelecido e prever os desembolsos de caixa em épocas de encaixe baixo.

Palavras Chave: Fluxo de Caixa; Ferramenta de Gestão; Planejamento Financeiro.

1. Introdução

Devido a rapidez contida no

processo de transformação das informações e no aumento constante das dificuldades em administrar, os gestores estão criando ferramentas para superar os desafios encontrados.

O administrador financeiro, também conhecido como gestor ou tesoureiro, tem que estar preparado para administrar o caixa, sua liquidez ou sua escassez, por este motivo a correta elaboração do fluxo de caixa torna-se ferramenta de fundamental importância para a análise, planejamento e controle financeiro.

Diante da situação econômica-financeira atual do país, o administrador deve estar preparado para novos desafios, que são cada vez maiores, surgindo a necessidade de planejar, gerenciar e coordenar com competência e clareza todos os recursos financeiros disponíveis.

O fluxo de caixa constitui-se em instrumento essencial para que a empresa possa ter agilidade e segurança em suas atividades financeiras. Desta forma, precisa ser elaborado com muita competência e cuidado para que reflita a situação financeira real vivida pela empresa.

Com o fluxo de caixa em mãos, o administrador financeiro

saberá em que período a empresa deve aplicar recursos, ou buscar empréstimos.

O objetivo deste estudo é verificar a importância do fluxo de caixa como ferramenta no processo de tomada de decisão para o usuário interno da organização.

2. Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho contribuiu para alcançar o objetivo deste, ou seja, comprovar a importância do gerenciamento do fluxo de caixa para a tomada de decisão do usuário interno.

Foi utilizada a pesquisa bibliográfica, a fim de verificar os materiais a serem utilizados como instrumento de auxílio nas tomadas de decisões, evidenciando as decisões internas das organizações.

"Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras" Lakatos & Marconi (1994).

3. Conceito de Fluxo de Caixa

A princípio parece fácil conceituar Fluxo de Caixa, mas a partir do momento que buscamos

as reais definições nos deparamos com vários profissionais tentando descrevê-lo, seja de maneira teórica ou através do desenvolvimento de métodos.

Frezatti (1997), diz assim: "Definir caixa é algo que pode parecer tão empírico e simples que se torna difícil e complicado por essa mesma simplicidade... Afinal de contas caixa é.. caixa".

O fluxo de caixa consiste na representação da situação financeira de uma empresa, levando em conta todas as fontes e aplicações de recursos em atividades produtivas ou investimentos.

Para Perez Jr. & Begalli (1999), quando se trata de fluxo de caixa, deve-se entender movimentações das contas que representam disponibilidades imediatas, como caixa, bancos conta movimento [...] e também aquelas aplicações que, dada determinada ordem, tornam-se utilizáveis na conta bancária.

O fluxo de caixa nos esclarece sobre a capacidade da empresa gerar recursos, a necessidade de capital de giro da empresa e sobre o saldo de caixa mínimo que a empresa deve manter de acordo com as suas obrigações financeiras.

Atualmente, com a concorrência acirrada, os gestores devem estar preparados para as mais variadas situações. De um modo geral, desenvolver competências, tidas como essenciais, junto com o avanço tecnológico se tornam indispensáveis para alcançar o sucesso almejado.

De acordo com Assaf (1995), "a atividade financeira de uma empresa requer acompanhamento permanente de seus resultados, de maneira a avaliar seu desempenho, bem como proceder aos ajustes e correções necessários".

O gestor precisa estar sem-

pre atento e buscando alternativas capazes de fazer com que a empresa cresça e obtenha lucros. O administrador financeiro deve estar preparado para os novos desafios do milênio, sendo assim demonstraremos a seguir como funciona o Fluxo de Caixa e de que maneira ele pode auxiliar o gestor financeiro.

Conforme relata Zdanowicz (2000) "fluxo de caixa é o instrumento que permite ao administrador financeiro: planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os recursos financeiros de sua empresa num determinado período".

3.1. Finalidade

Em alguns momentos, a finalidade do fluxo de caixa se confunde com a função do gestor financeiro, para Assaf (1995), "O objetivo básico da função financeira é prover a empresa de recursos de caixa suficientes de modo a respeitar os vários compromissos assumidos e promover a maximização da riqueza" que é a meta primária de um administrador financeiro.

A principal finalidade do fluxo de caixa é apresentar para o gestor financeiro a real situação financeira da empresa, seja ela positiva ou negativa, fornecendo subsídios para decisão e controle de recursos na organização.

3.2. Planejamento e Controle de Caixa

Ao fazer um bom planejamento e controle através das previsões de receitas e despesas, a probabilidade de se obter um eficiente uso do caixa será maior, para Bangs Jr. (1995): *O controle do fluxo de caixa começa a partir das previsões de vendas e despesas. São elas que fornecem os dados básicos, tanto para as projeções de rendimentos como de fluxo de caixa, que são os principais instrumentos de determinação de orçamento.*

O mundo está em crise econômica financeira, a sobrevivência das empresas dependem do grau de acerto da gestão financeira, sendo assim, um planejamento e controle de caixa bem elaborado é essencial para a sobrevivência de uma empresa.

Portanto, o gestor financeiro fica incumbido de administrar os recursos disponíveis da empresa de uma maneira mais coerente e lucrativa como, por exemplo, substituir dívidas onerosas por alternativas mais brandas, evitando, ou pelo menos diminuindo a saída de recursos desnecessários do caixa. O fluxo de caixa possui apenas **dois grupos de movimentos**, os que aumentam e os que diminuem

Tabela 1: Os dois únicos movimentos de Caixa

Aumentam o Caixa (Disponível)	Diminuem o Caixa (Disponível)
Vendas à vista e recebimento de duplicatas; Empréstimos e Financiamentos Bancários; Integralização de Capital; Etc.	Compras à vista; pagamento a Fornecedores; Compras de Ativos Permanentes; Outras saídas de capital.

o caixa disponível.

Um dos segredos consiste na correta relação entre estes dois grupos, que servem como fonte de informação para o correto planejamento do fluxo de caixa.

Ao utilizar o planejamento, a empresa não terá tantas dificuldades para elaborar o fluxo de caixa, e poderá detectar no início de cada período as necessidades ou excedentes de recursos financeiros, possibilitando o administrador financeiro a tomar decisões antecipadas para solucionar seus impasses de caixa.

Grande parte dos dados necessários para a elaboração do planejamento do fluxo de caixa está dentro da própria empresa, basta apenas que haja interação de todos os setores.

O administrador financeiro ou tesoureiro, como algumas empresas costumam dizer, é peça fundamental na empresa, pois acarreta várias funções importantes.

Para Ross et al. (1995), "*nas empresas de grande porte, a atividade financeira é geralmente associada a um alto dirigente da empresa... O tesoureiro é responsável pela gestão de fluxos de caixa, pela tomada de decisões de dispêndio de capital e pela elaboração de planos de financiamento*".

Já nas empresas menores, a elaboração do fluxo de caixa é executada pela gerência que normalmente acumula várias funções, conciliando a manutenção da liquidez e do capital de giro da empresa, para que essa possa honrar com as obrigações assumidas, bem como a maximização dos lucros sobre os investimentos realizados.

3.3. Mecanismos de Ela-

boração do Fluxo de Caixa

Demonstração de como se elabora o fluxo de caixa e de que maneira será implantado um sistema de controle de caixa que seja capaz de passar informações úteis, práticas e econômicas ao administrador financeiro.

O fluxo de caixa é um dos instrumentos mais eficientes de planejamento e controle financeiro, o qual poderá ser elaborado de várias formas, conforme as necessidades de cada empresa.

O objetivo do fluxo de caixa realizado é mostrar como se comportaram as entradas e saídas de recursos financeiros da empresa em determinado período. O acompanhamento do fluxo de caixa realizado serve de base para o planejamento do fluxo projetado.

Já o fluxo de caixa projetado tem como objetivo informar como se comportará o fluxo de entradas e saídas de recursos financeiros em determinado período, podendo ser projetado a curto e longo prazo. Sendo que a curto prazo procura identificar a escassez ou excesso de recursos dentro do período projetado.

Analisando o fluxo de caixa realizado e comparando com o projetado, observa-se a necessidade da atuação do administrador financeiro, conseguindo adequar as entradas de recursos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas.

Neste segmento, o fluxo de caixa é o instrumento utilizado pelo administrador financeiro, com o objetivo de detectar se o saldo inicial de caixa mais o somatório de entradas, menos o total de saídas de caixa em um determinado período, apresentará sobras de caixa ou escassez de recursos financeiros para a

empresa.

Salienta-se que a simples captação de recursos, não significa que o problema financeiro da empresa foi resolvido por completo, uma vez que os recursos captados deverão ser pagos no vencimento, necessitando assim a investigação, identificação e solução do real problema que ocasionou a falta de recursos.

3.3.1. A Importância do Planejamento do Fluxo de Caixa

O planejamento é necessário em todas as áreas da empresa, sobretudo, na área financeira. É de suma importância que a projeção do fluxo de caixa seja bem elaborada, porque suas informações indicam com antecedência as necessidades do caixa para que sejam atendidos os compromissos que a empresa assumiu, levando em conta o prazo de vencimento.

Com isso o administrador financeiro poderá se antecipar aos problemas de caixa que poderão surgir devido às reduções das receitas ou o aumento no volume de pagamentos, evitando a programação de desembolsos elevados para períodos em que haja escassez de recursos.

Segundo Zdanowicz (2000): *O fluxo de caixa é de vital importância para a eficácia econômico-financeira e gerencial das empresas, ... a tal ponto, que muitas instituições de crédito exigem a sua apresentação antes de concederem empréstimos...*

3.4. Fluxo de Caixa como ferramenta

O caixa é o coração de uma empresa. Por ele passam todos os procedimentos de cu-

no operacional: recebimento de vendas, aplicações, pagamento de compromissos, investimentos, imobilizações e outros.

Estas simples declarações refletem a importância do fluxo de caixa como instrumento de análise e de tomada de decisões.

Muitas vezes o capital de giro da empresa não está compatível com o negócio. Por isso, há a necessidade de um perfeito gerenciamento do fluxo de caixa, que permite ao administrador financeiro projetar o dia-a-dia e fazer provisões necessárias para enfrentar a escassez ou mesmo a abundância de recursos.

Conforme afirma GUERREIRO (1996): *"a gestão tem sido caracterizada pelos estudiosos da administração como um processo de tomadas de decisão. A gestão existe, portanto, em função da necessidade de tomar decisões"*.

Infelizmente, ainda existem empresários que defendem a tese do aumento das vendas como sendo a resolução para os problemas de caixa da empresa.

Desta forma a empresa terá que comprar matéria prima, haverá a necessidade do financiamento das vendas, aumento do estoque, etc. Se o lucro não for suficiente para cobrir o capital de giro necessário ao incremento dos negócios, o caixa diminuirá.

O fluxo de caixa existe para que situações como esta não aconteçam levando a empresa a ter sérios problemas de caixa. O fluxo de caixa não pode ser um substituto da contabilidade na empresa, mais sim um indispensável complemento para a toma-

da de decisões empresariais.

3.4.1 - Fluxo de Caixa como Ferramenta de Planejamento

De acordo com Zdanowicz (2000): *"Os erros e os problemas decorrentes da utilização do planejamento são, provavelmente maiores que os resultantes das estimativas realizadas previamente pela empresa em seu plano geral de operações"*.

Uma das tarefas mais importantes do administrador financeiro é planejar. Se não for realizado um planejamento prévio das atividades, o gestor corre risco de ser pego de surpresa, colocando a empresa em sérias dificuldades e até mesmo levando-a a falência. A vida da empresa não pode ser uma aventura expondo-a aos acontecimentos futuros incertos, sem um mínimo de planejamento e de controle financeiro.

Um planejamento cuidadoso promove uma melhor utilização dos recursos financeiros, prevendo não só um eventual déficit, como também um possível superávit.

4. Considerações Finais

Com este estudo, conclui-se que, o fluxo de caixa é um grande auxiliador no controle financeiro e um dos principais instrumentos para administrar a liquidez da organização, tornou-se uma ferramenta de suma importância na tomada de decisões.

Todo o sistema operacional de uma empresa possui implicações econômico-financeiras, pois obriga a empresa a planejar

e controlar as suas atividades. Decisões que devem ser tomadas são analisadas em decorrência das posições de caixa atual e projetado, o que é essencial.

No referencial teórico deste estudo é possível identificar que para controlar e planejar a empresa, o administrador financeiro necessita de informações corretas e detalhadas. Quase sempre os problemas de insolvência ocorrem por falta de uma adequada administração do fluxo de caixa, daí surge a importância da sua análise.

É função do gestor financeiro controlar o nível de caixa, possibilitando que a empresa cumpra seus compromissos em dia. Quando a empresa estiver operando com déficit, cabe ao administrador financeiro buscar alternativas de financiamento, com baixas taxas, possibilitando o equilíbrio do caixa. Torna-se claro, então, que a função do gestor financeiro é administrar os recursos financeiros de forma eficaz.

A contribuição deste estudo é demonstrar que a estratégia do fluxo de caixa deve ser uma extensão do plano empresarial. O controle do fluxo de caixa envolve mais do que dinheiro entrando e saindo, a determinação do nível de caixa poderá representar a diferença entre o sucesso e o fracasso da empresa.

Para que o fluxo de caixa possa atingir resultados significativos, é importante que todos os membros e departamentos estejam interagindo, de maneira que possam alcançar a sinergia e otimizar o desempenho da empresa. Acrescenta-se que as ferramentas obtidas a partir da informática têm facilitado bastante o planejamento e o controle do fluxo de caixa da empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. S. G. **Demonstração dos fluxos de caixa: Fundamentos, Aspectos Normativos, Elaboração e Análise**. 2001. 113 f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Brasília, 2001.

ASSAF, A.N., SILVA, C.T. **Administração de capital de giro**. São Paulo: Atlas, 1995.

BANGS JR., D. H. **Guia de controle de fluxo de caixa**. Tradução de M. M. Cabral de Melo. Rio de Janeiro: InfoBook, 1995.

BRAGA, H. R. **Demonstrações contábeis**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FREZATTI, F. **Gestão do fluxo de caixa diário: como dispor**

de um instrumento fundamental para o gerenciamento do negócio. São Paulo: Atlas, 1997.

GUERREIRO, R. **Lucro inflacionário e fluxo de caixa**. Caderno de Estudo. São Paulo: Fipecafi, 1996. v. 8.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MARION, J. C. et. Al., **Curso de Contabilidade para não Contadores**. São Paulo: Atlas, 1998.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços**. São Paulo: Atlas, 1994.

PEREZ JR. J. H., BEGALLI, G. A. **Elaboração das demonstra-**

ções contábeis. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSS, S. A. et. al. **Administração Financeira Corporate Finance**. Tradução de Antonio Zoratto Sarvicente. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Princípios da administração financeira**. Tradução de Andréa Maria Accioly Fonseca Minardi. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SEGANTIN, J. A., **Fluxo de Caixa como Ferramenta na Tomada de Decisões do Usuário Interno da Organização**. Monografia; UNIRP, 1999.

ZDANOWICZ, J. E. **Fluxo de caixa: Uma decisão de planejamento e controle**. 8. ed. São Paulo: Sagra, 2000.



O ÁLCOOL COMO UMA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL DE ENERGIA RENOVÁVEL

José Carlos Gorzoni (FIU, Pereira Barreto/SP),

Renata de Sampalo Valadão (FIU, Pereira Barreto/SP), Ms.

Márcio Antonio Hirose Fedichina (FIU e PUC/SP, Pereira Barreto/SP)

Dr. Sérgio Gozzi (PUC/SP e USP/SP, São Paulo/SP)

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar a importância do álcool para o atual cenário econômico brasileiro e mundial, destacando assim, as suas qualidades intrínsecas como combustível e os seus efeitos positivos sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Álcool; Energia; Meio Ambiente.

1. Introdução

Com significativa presença na economia brasileira, a cana-de-açúcar é uma das mais antigas culturas da humanidade e vem gerando divisas desde a colonização do país, por meio da produção do açúcar, do álcool anidro (aditivo para a gasolina) e do álcool hidratado. Hoje, podemos destacar a importância desta cultura para o crescimento econômico brasileiro, em que se aproveita absolutamente tudo. Além disso, a cana apresenta-se

como uma fonte alternativa de energia, por possibilitar a geração de energia elétrica através da queima do bagaço e também como uma fonte alternativa de combustível. Até a década de 70, o álcool no Brasil era apenas um simples sub-produto da indústria canavieira. Contudo esta situação se alterou a partir da crise do petróleo, pois em busca de alternativa sustentável e renovável, o governo brasileiro retomou as pesquisas e os investimentos para o desenvolvimento do álcool como combustível.

Devido ao crescimento econômico e ao aumento da competitividade, o álcool se destacou por sua origem renovável e pelo seu reconhecido potencial em seqüestrar carbono da atmosfera, o que lhe confere grande importância no combate global ao efeito estufa. Por exemplo, em 1984, os carros a álcool respondiam por 94,4% da produção das montadoras. Afastada a crise do petróleo, e direcionando as políticas econômicas internas na contenção de tarifas públicas

para limitar a inflação, o governo contribuiu decisivamente para o início de uma curva descendente de produção de carros à álcool.

O desestímulo à produção levou ao desequilíbrio entre a oferta e a demanda do produto no final dos anos 1990. Mesmo com a existência de álcool nas usinas, o governo, por omissão ou falha operacional, não teve a capacidade de resolver problemas logísticos e provocou uma crise localizada de abastecimento em 1989. A indústria automobilística, coincidentemente ou não, começou a inverter a curva da produção de carros a álcool, para alívio da estatal brasileira de petróleo (Petrobrás) que reclamava de excedentes na produção de gasolina. A participação anual caiu de 63% da produção total de veículos fabricados em 1988, para 47% em 1989, 10% em 1990, 0,44% em 1996, 0,06% em 1997, 0,09% em 1998, 0,92% em 1999, 0,69% em 2000 e 1,02% em 2001 (segundo dados presentes no site www.unica.com.br, acessado em 25/08/2004). Assim, graças aos fatores positivos relacionados a característica do produto, o mercado vivencia uma considerável expansão que levou à substituição de aditivos tóxicos na gasolina, a valorização da segurança energética, buscando-se autonomia pela diversificação das fontes de energia utilizadas,

o incremento da atividade agrícola que permite a criação de empregos e descentralização econômica. Atualmente, com a estruturação do setor sulcraolcooleiro, o consumo do combustível vem crescendo paulatinamente, em que a capacidade instalada atual de produção anual é de 16 bilhões de litros de álcool, o equivalente a 84 milhões de barris de petróleo ano (segundo dados presentes no site www.unica.com.br, acessado em 25/08/2004).

Com base nestas informações, o objetivo deste trabalho é desenvolver uma discussão analítica sobre a temática da importância do álcool como energia renovável, levando em consideração o atual cenário do álcool no Brasil e algumas perspectivas para o futuro.

2. Compreendendo o surgimento do álcool

A origem da palavra álcool deriva da língua árabe (al, o artigo "a" e Kohol, coisa sutil), empregada tanto para designar um líquido, como para um pó muito fino, usado na Antiguidade pelas mulheres nas pálpebras, como ornamento. Embora seu processo de fabricação tenha sido divulgado pelos árabes na Europa, existem dúvidas se foram eles que descobriram a destilação. A fermentação de açúcares para a produção de álcool foi uma das primeiras invenções do homem, simultânea à moldagem das primeiras ferramentas. Os chineses também pareciam conhecer a técnica, pois costumavam ferver certas infusões de plantas para delas, extrair essências. Naquele país, foram achadas fór-

mulas que datam de 1.000 a.C., relatando a destilação de espíritos fortes a partir da fermentação do arroz. Essa técnica, considerada como arte sagrada durante séculos, foi privilégio dos alquimistas. Foram eles os primeiros químicos do mundo, mas, apesar de dominarem a técnica da destilação, não entendiam bem como ocorria o processo. Por volta do ano de 1110, sabe-se que o álcool etílico puro era fabricado em Salerno, na Itália e, aos poucos, o processo desenvolveu-se com o emprego de desidratantes, como o carbonato de potássio. Naquele tempo, já eram diferenciados em duas formulações distintas: a *acqua ardens*, de 60 graus alcoólicos, e a *acqua vitae*, com 90 graus. Além disso, a técnica da destilação aperfeiçoou com o emprego do alambique clássico, cujo escoadouro tubular em forma de serpentina mergulhava numa cuba onde se realizava a circulação da água.

Essa alternativa do uso do álcool como combustível foi motivo de muito estudo em alguns países, dentre eles o Brasil. Eles procuravam analisar suas vantagens e desvantagens, principalmente em relação à gasolina, o seu mais forte concorrente. Além dos estudos comparativos, técnicos de diversos países tentaram resolver os problemas decorrentes desta utilização, tornando os motores dos carros mais potentes e eficientes.

Porém, a utilização do álcool como combustível sempre enfrentou grandes resistências, principalmente pela gasolina, numa luta marcada por fortes interesses econômicos e repletos de lances nem sempre muito éticos, da qual, até o momento, saiu

vencedora a poderosa indústria petrolífera. Dessa maneira, o álcool passou a ser um eventual substituto usado somente em casos de instabilidade no fornecimento de petróleo. Foi o que aconteceu na década de 1970, a chamada crise mundial do petróleo, nesta época já se discutia também o esgotamento das reservas mundiais de petróleo no futuro e as suas peculiaridades de ser um produto nobre e caro. Essa constatação trazia à tona a discussão e a pesquisa sobre fontes alternativas, de preferência renováveis.

Com o advento da crise de abastecimento do petróleo, em 1973, o álcool que no Brasil tinha voltado à condição de ser um simples subproduto da agroindústria açucareira, passou a ser manchete de jornais e revistas e as pesquisas para a sua utilização foram retomadas. Em 1979, essa ação ampliou-se criando o CTC (Centro de Tecnologia Cooperçúcar) e importantes projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológicos são realizados em parceria com os associados, principais usuários dos resultados de todo o trabalho. O CTC se vale também do trabalho de manter estreito intercâmbio com várias instituições universitárias e centro de pesquisa do Brasil e exterior. Como resultados dos trabalhos da pesquisa, ressaltamos a obtenção de reduções nos custos de produção e melhoria na qualidade dos produtos. Essa utilização em larga escala do álcool como combustível se deu em duas etapas, como aditivo (álcool anidro) à gasolina e a partir de 1980, o álcool passou a ser usado para mover veículos, cujos motores o utilizavam

como combustível puro (álcool hidratado).

3. Características Gerais do Álcool Anidro e Hidratado:

O álcool é uma substância líquida e inflamável obtida pela destilação de certos produtos fermentados. Ele inflama facilmente e da sua combustão completa resultam a água e o anidrido carbônico. Os dois tipos de álcool principais são o etanol (álcool etílico) e o metanol (álcool metílico). O primeiro pode ser produzido a partir do açúcar, do amido e da celulose e é, sobretudo, utilizado como combustível puro ou misturado à gasolina.

Essa substância pode ser obtida industrialmente por via biológica e da fermentação alcoólica de produtos agrícolas – ou por vias sintéticas – a síntese de compostos derivados de petróleo. Álcool anidro ou absoluto é obtido da desidratação das misturas hidroalcoólicas e apresentam um grau de 99,2º INPM (99,5º GL), mínimo com uma acidez total máxima de três mg/100ml. As suas especificações técnicas são descritas a seguir (segundo dados presentes no site www.altoalegre.com.br/alcool-anidro.aspx, acessado em 27/08/2004).

Designação: Álcool Etilico Anidro Combustível e Álcool Etilico Hidratado Combustível.

a) Aspecto: líquido; b) Cor: incolor; c) Odor: próprio do produto (inalação prejudicial à saúde); d) Sabor: próprio do produto (ingestão prejudicial à saúde); e) Embalagem: a granel; f) Armazenagem (- Armazenar em tanques e recipientes apropriados,

fechados e longe de fontes de chamas e calor); g) Aplicar medidas rigorosas para prevenção contra incêndios e h) Validade: indeterminada.

4. A importância do álcool para o meio ambiente

No contexto da sustentabilidade ambiental e social das atividades agrícolas brasileiras e mundiais, o álcool se destaca positivamente. Mesmo com a vigência de uma política que, na prática, muitas vezes se contrapõe, os cuidados ambientais às necessidades de sobrevivência econômica, os resultados obtidos com seu incentivo são impressionantes.

"O aumento de todas as formas de poluição, principalmente aquelas causadas pelos combustíveis fósseis, tornou imperativa a busca de outras formas de energia para manter o ritmo do desenvolvimento sem agredir a natureza, garantindo uma qualidade de vida saudável para as populações" (Leão, 2002).

Uma das alternativas mais viáveis é gerada pela biomassa, que vem sendo estudada em vários pontos do mundo. Neste contexto, o Brasil deu o exemplo com o emprego do álcool combustível, pois ele tornou-se o primeiro país bem sucedido do mundo a utilizar uma fonte de energia renovável em larga escala. O fator ambiental nos dias de hoje é de longe o maior benefício proporcionado por este produto, verificado em todas as fases do processo, desde a obtenção da matéria prima até o uso final. Graças ao emprego do etanol no Brasil, houve redução das emissões de gases poluentes, principalmente monóxido de carbono, de hidrocarbonetos e de óxidos de nitrogênio. Somando-se a isso, esse

emprego possibilitou ao país ser o pioneiro no mundo a eliminar totalmente o chumbo tetraetila da gasolina e a ser o "pioneiro também na redução efetiva das emissões de gases relacionados com o efeito 'estufa' no setor energético" (Geplacea, 1999). No ponto de vista ambiental, pode-se destacar as vantagens do uso do álcool como a função de fixação de dióxido de carbono da atmosfera, por meio da fotossíntese da cana de açúcar, a matéria prima da cana-de-açúcar, a matéria prima de sua fabricação e a possibilidade de aproveitamento dos sub-produtos originários da produção, inclusive resíduos sólidos (como a coo-geração de energia) e efluentes líquidos, que apresentam considerável valor econômico.

"A esses benefícios, soma-se ao fato do álcool ser um combustível líquido de manuseio simples e seguro, limpo pode ser facilmente incorporado nos atuais sistemas de estocagem e distribuição" (Branco & Szwarc, 1992).

Ressaltamos ainda a reconhecida característica do etanol com sua alta octanagem, que possibilita seu uso como aditivo antidetonante da gasolina, em substituição aos compostos tóxicos à base de chumbo.

No aspecto ambiental, Leão (2002) retrata que...

"o álcool é também superior a outros aditivos derivados do petróleo dos disponíveis no mercado, como o MTBE (Metil-Terci-Rutil Éter), cujo uso começa a ser proibido em muitos países, como nos Estados Unidos".

Mesmo com os diversos aspectos positivos que envolvem o ciclo de produção e a utilização do álcool, seu custo no mercado internacional ainda é superior ao do

metanol e ao dos combustíveis fósseis.

"Essa constatação é real quando se considera, na comparação econômica entre o etanol e os demais combustíveis, somente os conceitos clássicos adotados no levantamento de custos e formação de preços de mercado" (Branco & Szwarc, 1992).

Segundo Leão (2002), o monóxido de carbono é bastante conhecido por sua elevada toxicidade. Os óxidos de nitrogênio e hidrocarbonetos além de serem também prejudiciais, reagem entre si, na presença de luz solar, dando origem aos compostos oxidantes que constituem o Smog fotoquímico, causadores da irritação dos olhos e pulmões nos seres humanos e, paralelamente, de danos à vegetação. Já o etanol é considerado um combustível limpo porque as emissões resultantes do seu uso nos centros urbanos são, geralmente, menores e menos agressivas, em comparação com as geradas com a gasolina e o diesel. Os estudos realizados sobre emissões de gases por automóveis mostram que os veículos movidos a álcool emitem menos monóxido de carbono, hidrocarbonetos, material particulado e dióxido de enxofre que os veículos à gasolina. Levando em consideração o cenário automobilístico hoje, "segundo relatório da ONU, o nível de motorização deve praticamente dobrar em 2020, embora em ritmo menor nos países industrializados" (Leão, 2002).

5. A importância do álcool e os seus benefícios socioeconômicos

Pela falta de opção de trabalho no campo houve uma evasão de trabalhadores e pequenos produtores rurais para os grandes centros urbanos na perspectiva de conquistar trabalhos com melhores salários, o que acabou por deixar no campo uma lacuna de difícil resolução. E o que era para ser melhoria de vida acabou por aumentar ainda mais os problemas sociais.

Porém, o progresso obtido com o Proálcool não tem sido destacado nos inúmeros estudos sobre o assunto, mas ele foi fundamental para diminuir a pressão social nos grandes centros urbanos. Quando atingiu seu auge, movimentou verdadeiros batalhões de trabalhadores que migraram para as regiões canavieiras em busca de melhores oportunidades de emprego.

Dessa maneira, o Proálcool apresentou um grande fator para alavancar o trabalho no campo, não só em nível de trabalhadores rurais, mas muitas outras funções foram acrescidas neste mercado. Podemos citar como exemplo: os motoristas, trato-ristas, técnicos, engenheiros e funcionários administrativos e, uma gama de fornecedores de materiais, peças e produtos químicos. Além destes, podemos destacar também os consultores, prestadores de serviços em geral, ficando caracterizados em empregos diretos e indiretos. O grande desenvolvimento da lavoura canavieira, com o advento do Proálcool trouxe relevantes mudanças na zona rural brasileira. Acentuou-se a diminuição do número de pequenos sítiantes, arrendatários e colonos que se dedicavam a uma agricultura de subsistência em unidades fami-

liares no Brasil.

Outro ponto importante a se destacar, são os ganhos em âmbito regional, isto é, os benefícios trazidos aos municípios onde estão instaladas as destilarias, pois com o aumento de arrecadação de impostos, sensivelmente é destacada a melhoria da qualidade de vida das pessoas no âmbito educacional e sócio-econômico, entre outros.

Portanto, do ponto de vista puramente da geração de empregos, as vantagens da agroindústria sucroalcooleira ultrapassa relativamente àquelas de seus concorrentes diretos, como a eletricidade e o petróleo. Essas vantagens são, no entanto, circunstanciais e permanecerão enquanto o Brasil mantiver o estado de crescimento acelerado.

"A automação progressiva da atividade alcooleira é inevitável, mas certamente pelo menos até o ano 2010 deverá manter-se com um importante gerador de empregos e divisas no cenário nacional" (Leite, 1990).

6. Considerações finais

De acordo com as análises presentes neste estudo, percebemos que o Brasil é hoje o maior produtor e consumidor de álcool no mundo. Além de algumas aplicações para as indústrias químicas, farmacêuticas e de alimentos, seu grande potencial de crescimento está relacionado com a possibilidade de uso como combustível. Em face da maior preocupação com a questão ambiental observada principalmente nos países desenvolvidos, esse mercado tem se ampliado muito. Verificamos

ainda que nos últimos anos, o álcool hidratado vem perdendo mercado para o anidro, usado como aditivo para a gasolina. Ambos, porém, apresentam perspectivas de crescimento em todo o mundo.

Sendo assim, no início do novo milênio a produção e a utilização de álcool carburante se revelam como uma interessante alternativa de desenvolvimento sócio-econômico, em especial nos países que possuem uma agroindústria sucroalcooleira já instalada em seus territórios, como é o caso do Brasil. Do pon-

to de vista ambiental, essa atividade reduz a poluição atmosférica e melhora a qualidade de vida nos centros urbanos, gera empregos e agrega maior valor e importância à atividade agrícola como fonte de insumos energéticos, contribuindo ainda para a diminuição do êxodo desordenado de meio rural para as cidades. Desta forma, consideramos que seria difícil imaginar o desaquecimento desse importante setor da economia brasileira, pois a produção do álcool gera empregos diretos e indiretos. Sendo assim, seria fácil ava-

liar a força do impacto social, econômico e ambiental negativo que teria, se houvesse a redução do uso e produção do álcool carburante no Brasil.

Portanto, é preciso considerar a relevância dos fatores econômicos, pois a diversificação proporcionada com a produção de álcool é uma importante estratégia para a obtenção de maior desenvolvimento e sustentabilidade econômica, proporcionando assim, a modernização competitiva, ante o processo de integração dos mercados internacionais ocorridos nos últimos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANCO, A. e SZWARC, A. Etanol fonte de energia para a sociedade auto-sustentável. São Paulo: AIAA: Sopral, 1992.

BUENO, E. Capitães do Brasil: a saga dos 10s. colonizadores. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

CARVALHO, L. Metanol: Impactos econômicos no Brasil. São Paulo: Única, 1999.

GRUPO DE PAÍSES LATINOAMERICANOS Y DEL CARIBE EXPORTADORES DE

AZÚCAR – GEPLACEA. Projeto para a promoção do álcool carburante. São Paulo: Oesp, 1999.

LEÃO, R. M. Álcool Energia Verde. São Paulo: Igual, 2002.

LEITE, R. Proálcool a única alternativa para o futuro. Campinas: Unicamp, 1990.

MATOS, A. Açúcar e álcool no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

SANTOS & NETO.

Competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar. São Paulo: PENSA/ FIA/ FEA-USP, 2002.

Internet:
www.altoalegre.com.br/alcool-anidro.aspx, acesso em 27/08/2004.

www.cibergio.org/abgnacional/vicbe-2004, acesso em 25/08/2004.

www.jornaldacana.com.br, acesso em 25/08/2004.

www.unica.com.br/pages/cana, acesso em 25/08/2004.



Faculdades Integradas Urubupungá

Letras Ciências Contábeis Pedagogia
Normal Superior Matemática Administração

Av. Jonas Alves de Mello, 1660 Tel: (18) 3704-4242 Fax: (18) 3704-4222



Faculdades Integradas Urubupungá
PEREIRA BARRETO - SP